

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
FILOSOFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA**

GERALDINE AUGUSTO DE ARAUJO E SILVA

**Dinâmicas sociais, organização política
e conflitos da pesca artesanal na foz do
rio São João (RJ).**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

**NITERÓI
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Geraldine Augusto de Araujo e Silva

DINÂMICAS SOCIAIS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONFLITOS DA PESCA
ARTESANAL NA FOZ DO RIO SÃO JOÃO (RJ).

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Antropologia Social.

Orientador: Fabio Reis Mota
Co-Orientador: Ronaldo Lobão

Niterói, 2012

SILVA, Geraldine Augusto de Araujo e

Dinâmica sociais, organização política e conflitos da pesca artesanal na foz do rio São João (RJ). / Geraldine Augusto de Araujo e Silva, UFF/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA. Niterói, 2012.

113 f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

1. Pesca artesanal; 2. Conflitos; 3. Meio ambiente, 4. Organização política. I. Dissertação (Mestrado).

DINÂMICAS SOCIAIS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONFLITOS DA PESCA
ARTESANAL NA FOZ DO RIO SÃO JOÃO (RJ)

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Antropologia Social.

Aprovada em agosto de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabio Reis Mota (orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão (co-orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva (examinador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Colaço Dias Neto (examinador)
Universidade Cândido Mendes

Prof. Dr. Lenin dos Santos Pires (examinador)
Universidade Federal Fluminense

Niterói, 2012

AGRADECIMENTOS

Muitos são os que de algum modo, direto ou indireto, conscientemente ou não, colaboraram para a realização desta pesquisa. É provável que eu venha a ser injusta deixando de mencionar alguém. Todavia, tal falha poderá ser parcialmente perdoada se consideradas as circunstâncias particulares que marcaram a conclusão do trabalho. Ainda assim, cumpro o dever de expressar minha gratidão.

Meu muito obrigada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e a todos os professores e funcionários que fazem parte deste programa de excelência.

Ao meu orientador, professor Fabio Reis Mota, pela orientação segura, pela paciência, compreensão e confiança. Sou grata por ter tido o privilégio de iniciar meu amadurecimento profissional a partir de nossa convivência.

Ao professor Ronaldo Lobão pela co-orientação e a dedicação nesses dois anos. Um grande mestre que não só com seu conhecimento e experiência, mas principalmente com sua serenidade, foi importantíssimo nessa trajetória.

Aos professores Edilson Almeida da Silva, José Colaço e Lenin Pires, que aceitaram fazer parte da minha banca. Muito obrigada pela disponibilidade.

A todos os pesquisadores e colaboradores do INCT/InEAC e do Nufep, especialmente ao Professor Roberto Kant de Lima, que me apoiou com toda a estrutura institucional necessária para que essa pesquisa fosse realizada, e aos demais colegas do grupo, que proporcionaram um ambiente muitíssimo rico em vários sentidos. Foi um privilégio poder fazer parte deste excepcional ambiente de trabalho.

Meu muito obrigada também a todos os colegas de pesquisa do Giped, da faculdade de Direito da UFF, por terem me acolhido e por terem me proporcionado discussões ricas que muito contribuíram para o trabalho. Agradeço especialmente ao Pedro Heitor de Barros Geraldo, apoio sempre generoso e presente; às colegas Carolina Llanes, Luciana Loto e Tatiana Calandrino, as “pesquisadoras do mar”, por suas contribuições tanto acadêmicas como extra-acadêmicas; aos graduandos do Direito, especialmente Yanne Milano, Allan Sinclair e Patrícia Louise; ao Ricardo “Papu” Martins Monge, que com a dedicação e paixão pelo seu trabalho muito me incentivou a seguir em frente; ao Jovelino Muniz, que mesmo

após se afastar fisicamente se manteve presente “virtualmente”; e finalmente àqueles que se juntaram ao grupo na parte final da minha trajetória, mas que foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho: Thatiana Figueira, a quem sou grata pelo otimismo e, principalmente, pela amizade; e finalmente ao Ismael Stevenson e ao Bruno Mibielli, pelas risadas, pelos conselhos e por todo o apoio.

Devo agradecer também ao Victor Carvalhido, que se fez presente desde o início do curso, inicialmente por termos em comum o tema de pesquisa, mas que ao longo desse período se mostrou um amigo para todas as horas; à Luiza Ovalle e à Yolanda Ribeiro, que muito contribuíram ao trazerem suas experiências aos nossos encontros semanais de discussão; e ao graduando Julio Cesar Cruz, que esteve presente nos primeiros momentos do trabalho de campo. Mesmo após tomando outros rumos de pesquisa, sempre se mostrou interessado e entusiasmado com o trabalho e, por isso, acabou sendo um grande incentivador. Muito obrigada!

À CAPES, pelo financiamento que permitiu que eu pudesse me dedicar exclusivamente à pesquisa.

A todos os meus amigos e familiares pelo apoio. São muitos os que eu gostaria de citar, mas agradecerei especialmente à Laura Carvalho, que com seu companheirismo, palavras, incentivo, apoio, generosidade (e tantas outras qualidades) foi fundamental para a conclusão do trabalho. Peço desculpas desde agora por provavelmente nunca conseguir retribuir à altura. Obrigada, de coração.

Não poderia deixar de agradecer à todos os meus interlocutores no campo, tanto pescadores como lideranças locais. Sem eles esse trabalho não seria possível. Um agradecimento especial deve ser feito ao Luiz, ao Luisinho e ao Sival, da ALA, que foram muito importantes como primeiro contato no trabalho de campo. Agradeço também à Nadia, da Capatazia da Colônia de pesca de Cabo Frio, e ao Valmir e Dona Uia, do quilombo da Rasa.

E, finalmente, à minha irmã, Gabrielle, e aos meus pais, Geraldo e Magda, por tudo.

RESUMO

O acesso a direitos por parte dos pescadores está diretamente ligado a um processo histórico em que diversas intervenções foram realizadas na tentativa de ordenamento e controle da atividade por parte do Estado. Desta forma, as diferentes fases desta trajetória, desde os primeiros ordenamentos da pesca e, depois, a modificação das mesmas, tiveram reflexos nas dinâmicas sociais das comunidades pesqueiras e nas suas formas de organização. Instrumentos como as entidades de Colônias de Pescadores eram as responsáveis exclusivamente por fazer o papel de representantes e de controladores dos trabalhadores do mar perante os diferentes órgãos estatais. Com a criação de diversas associações e sindicatos no contexto de redemocratização do país, houve significativas mudanças nessa dinâmica. Na pesquisa etnográfica realizada, pretendeu-se identificar como os diferentes papéis e categorias são acionados localmente em um contexto de disputa (tanto simbólica como material) nas localidades que compõem a foz do rio São João, litoral norte do Rio de Janeiro. Os atores buscam sua legitimidade e visibilidade em um espaço público permeado por questões como a apropriação dos espaços e recursos pesqueiros, a implantação de unidades de conservação por órgãos ambientais e as compensações decorrentes da exploração do petróleo na região.

Palavras-chave: conflitos, pesca artesanal, dinâmica política.

ABSTRACT

The access to their rights by fishermen is directly connected to a historical process in which multiple interventions were performed in attempt to planning and control of the fishing activity by the state. Thus, the different stages of this journey, from the first orders of fishing, then the modification of the same, had repercussions in social dynamics of fishing communities and their organizational forms. Instruments such as entities like the “Colônias de Pescadores” were solely responsible for making the role of representatives and drivers of seafarers to the different state agencies. With the creation of various associations and unions in the context of redemocratization of the country, there have been significant changes in this dynamic. In ethnographic research, we sought to identify how the different roles and categories are triggered locally in the context of dispute (both symbolic and material) in the localities near the São João river, in coast of the state Rio de Janeiro. The actors try their legitimacy and visibility in a public space pervaded by issues such as ownership of spaces and fishing resources, the deployment of conservation and environmental agencies for compensation arising from oil exploration in the region.

Keywords: conflict, artisanal fisheries, political dynamics.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ALA – Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João.

APA – Área de Proteção Ambiental.

APSJ – Associação dos Pescadores do rio São João.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CF – Constituição Federal.

CILSJ – Consórcio Intermunicipal Lagos São João.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

GIPED - Grupo de Introdução à Pesquisa em Direito.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade.

NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa.

ONG – Organização Não-Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PCAP – Plano de Compensação da Atividade Pesqueira.

PESCART – Plano de Assistência a Pesca Artesanal.

Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente.

RESEX – Reserva Extrativista.

RIAS – Relatório de Impacto Ambiental de Sísmica.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFF – Universidade Federal Fluminense.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LISTA DE FOTOS, ILUSTRAÇÕES E MAPAS

Figura 1. Localização geográfica da Armação de Búzios, a Praia Rasa, a Foz do rio São João e Rio das Ostras.....	17
Figura 2. Localização geográfica da Praia de Unamar, o Morro São João, o Pontal de Santo Antônio e o Praião de Barra	18
Figura 3. Casarões antigos preservados na Beira Rio, centro Histórico de Barra de São João, município de Casimiro de Abreu/RJ.....	19
Figura 4. Igreja de São João Batista, de 1619, localizada na Prainha – Barra de São João/RJ	20
Figura 5. Localização de Tamoios, 2º Distrito de Cabo Frio.....	21
Figura 6. Praia do Pontal de Santo Antônio com a Igreja de São João Batista (em Barra de São João) ao fundo.....	22
Figura 7. Localização geográfica do bairro do Arroz	24
Figura 8. Barcos a remo na praia Rasa – Búzios/RJ.....	34
Figura 9. Parte do Mangue de Pedra, na Rasa, em Búzios.....	36
Figura 10. Venda de peixes no Pontal de Santo Antônio. Pescadores se organizam em frente aos seus respectivos barcos e expõem o produto da pescaria do dia.....	40
Figura 11. Aglomeração de limpadores de peixes, atravessadores, pescadores e compradores, além dos quiosques da praia do Pontal de Santo Antônio.....	41
Figura 12. Fachada da sede da Associação dos Pescadores do São João (APSJ)..	52
Figura 13. Amendoeira na beira-rio, ao lado do prédio da APSJ.....	59
Figura 14. Ilustração da propagação das ondas sonoras produzidas pelos canhões de ar do sistema de aquisição de dados sísmicos.	65
Figura 15. Expositores da empresa de consultoria na reunião sobre o PCAP da Petrobras.....	78
Figura 16. Pescadores presentes na reunião do PCAP da Petrobras.	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Contextualização da pesquisa.....	1
2. A escolha da região do rio São João e a entrada no campo.....	2
3. Apresentação dos capítulos.....	6
CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO DAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES	7
1. As trajetórias das políticas públicas voltadas para a pesca e a organização dos pescadores.....	7
2. As primeiras tentativas de controle da atividade pesqueira no Brasil.....	7
3. A missão Villar e a primeira “libertação” dos pescadores.....	10
4. O Estado e a ‘modernização’ da pesca.....	12
5. A Pastoral da Pesca e o novo paradigma de libertação.....	14
6. Os ecos das reivindicações da pesca na Constituinte de 88.....	14
7. A pesca e seu Ministério.....	15
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO ETNOGRÁFICO.....	17
1. A ocupação da localidade – Tamoios e Barra de São João.....	18
2. A localização dos pescadores.....	21
3. O vínculo com o lugar da pescaria.....	25
3.1. Os tipos de pescaria.....	25
3.2. A pesca da Praia Rasa.....	33
4. A venda dos recursos pesqueiros.....	39
5. A visão sobre o trabalho da pesca.....	42
6. As organizações políticas representativas dos pescadores artesanais.....	42
6.1. Em Barra de São João.....	43
6.1.1. Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João (ALA).....	43
6.2. Em Pontal de Santo Antônio (Tamoios).....	51
6.2.1. Associação dos pescadores do rio São João (APSJ).....	51
6.2.2. Capatazia da Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio.....	55
CAPÍTULO 3 – NOVOS ATORES NO CENÁRIO DA PESCA LOCAL	61
1. A chegada do “meio ambiente”: A Área de Preservação Ambiental (APA) do rio São João.....	62
2. A chegada do petróleo – o PCAP de Barra de São João.....	64
2.1. Breve explicação sobre o licenciamento da atividade de sísmica.....	66
2.2. O que são os Planos de Compensação da Atividade Pesqueira?.....	67
3. O primeiro PCAP na região - CGG.....	69
4. A Resex-Mar como desafio e redenção.....	70

5. A reunião do segundo PCAP – Petrobras: um evento paradigmático	72
6. O dia anterior – mobilização para a reunião.....	73
7. A assembleia de validação de projetos como parte do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) da Bacia de Campos - O dia da reunião.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
BIBLIOGRAFIA	93
LEGISLAÇÃO	98
ANEXO 1.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 2.....	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

1. Contextualização da pesquisa

Temas relacionados às interações sociais e a problemática ambiental começaram a fazer parte da minha vida profissional e acadêmica desde o ano de 2008. Ainda na graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fui contratada como estagiária de Ciências Sociais no Departamento de Meio Ambiente em Furnas Centrais Elétricas, empresa estatal responsável por uma boa fatia dos empreendimentos governamentais de geração e transmissão de energia. Furnas possui, no departamento onde trabalhei, uma equipe multidisciplinar responsável por acompanhar todos os procedimentos que envolvem o chamado licenciamento ambiental de diversos projetos. Inclusive, a implantação dos programas e exigências dos diferentes órgãos ambientais para com as populações afetadas, etapas legalmente obrigatórias para a continuidade das atividades da empresa, eram de responsabilidade deste departamento.

Foi a partir desta experiência que adquiri um conhecimento mais aprofundado do direito ambiental, da Política Nacional do Meio Ambiente e de outros tantos mecanismos do aparato legal que regulam a dinâmica entre o governo, a sociedade, ‘desenvolvimento’ e o ‘meio ambiente’.

Como fiquei responsável por revisar muitos dos EIA/RIMA¹ produzidos por empresas de consultoria contratadas, chamava minha atenção a superficialidade que caracterizava grande parte dos diagnósticos ‘socioeconômicos’ realizados, que deveriam abranger diversos aspectos das chamadas ‘áreas de influência’² dos empreendimentos.

Desta forma, em minha monografia de graduação desenvolvi uma discussão relativa ao processo de licenciamento ambiental e, a partir deste, busquei entender quais lógicas regiam a emergência do discurso da proteção ambiental no direito brasileiro e

¹ Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental. Consistem em estudos técnicos obrigatórios legalmente para a aquisição de licenças ambientais de determinados empreendimentos, tais como hidrelétricas. Para mais detalhes sobre as diretrizes desses estudos, ver Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

² São as áreas identificadas pelos estudos como sujeitas a sofrer os ‘impactos’ causados pelo empreendimento.

também quais os ecos dessa nova lógica perante a necessidade do desenvolvimento econômico do país. Orientada pela Professora Rosane Prado, com quem cursei a disciplina Antropologia e Meio Ambiente, debrucei-me sobre questões relativas ao modo como o ‘meio ambiente’ se torna uma nova justificativa no espaço público para os atores envolvidos nesses processos.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2010, minha intenção foi dar continuidade a esta reflexão, agora com a pretensão de analisar um caso empírico, do ponto de vista dos atores diretamente afetados por essa nova ordem da regulação do ‘meio ambiente’. Foi então que me aproximei do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (Nufep) e de meu orientador, o Professor Fabio Reis Mota.

Além do Nufep, participei das discussões empreendidas no Grupo de Introdução à Pesquisa em Direito (Giped), coordenado pelo professor Ronaldo Lobão na Faculdade de Direito da UFF, que veio a ser escolhido como co-orientador da minha pesquisa. Desta forma, o trabalho foi fruto da reflexão do ponto de vista da tradição de pesquisas antropológicas sobre os conflitos na ciência jurídica e as discussões voltadas às diferentes lógicas que a problemática desencadeia.

Foi assim que, pelo meu interesse de pesquisa, fui incorporada ao projeto Ciências do Mar contemplado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), permitindo, com isso, dar o contorno da pesquisa etnográfica em que pude ter os elementos para a discussão antropológica que busco apresentar aqui. Voltei meu olhar para questões relativas às formas de gestão dos recursos marinhos pesqueiros, que abrangem uma ampla gama de conflitos envolvendo os direitos diferenciados das populações tradicionais, a ‘proteção’ ao meio ambiente e as disputas internas entre os grupos envolvidos nos processos das políticas públicas locais de gestão dos recursos naturais.

2. A escolha da região do rio São João e a entrada no campo

A escolha da região estudada foi motivada por uma demanda de criação de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar) na região do rio São João, mais especificamente de uma das cidades cortadas por ele: Barra de São João, que corresponde ao segundo

distrito do município de Casimiro de Abreu, localizado na região litorânea ao norte do Estado do Rio de Janeiro.

As Reservas Extrativistas Marinhas são categorizadas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as quais se encontram na Lei nº 9.985/00 – que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³. De acordo com esta lei as Resex são,

Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art. 2º, I, Lei nº 9.985/00).

As Unidades de Conservação são áreas protegidas que, por seus aspectos físicos, biológicos e socioculturais são objetos de ações do poder público, que se caracterizam por um tratamento diferenciado por meio de regimes especiais de administração dos espaços e dos recursos naturais renováveis.

A demanda pela reserva extrativista marinha na localidade onde desenvolvi minha pesquisa fez parte de um projeto almejado por um grupo específico de Barra de São João, cuja preocupação recai sobre a necessidade de preservar os recursos pesqueiros do rio, que apresenta extensa área de mangue e sofre a ameaça constante dos efeitos negativos da supressão da vegetação e o assoreamento de suas margens, o que conseqüentemente prejudica a qualidade da água e a reprodução das diferentes espécies aquáticas. O adensamento urbano e a expansão turística são elementos fortes de impacto, percebidos também pela parte dos pescadores que exercem suas atividades na área costeira. Deste lado, além dos dois problemas anteriores, somam-se os impactos causados pelo aumento das atividades da indústria petrolífera e os constantes embates com a pesca industrial.

A proposta inicial da área de abrangência da Resex-Mar vai além do município de Casimiro de Abreu, de onde originalmente partiu a iniciativa de implantação e onde há um movimento sólido de resistência à ameaça de sua reprodução cultural e da permanência em seus territórios. Desta forma, seguindo a área de abrangência da proposta da Reserva Extrativista Marinha, pretendi fazer um perfil da atividade pesqueira desde Barra de São

³ A trajetória de criação e as diferentes formas do conceito de Resex, desde o decreto nº 98.897, de 30 de Janeiro de 1990 até a lei de 2000, são discutidas por Lobão (2010).

João, passando pelo Pontal de Santo Antônio e chegando à praia Rasa, em Búzios. Nesta área extensa encontramos diferentes modalidades de pesca, tanto marinha quanto de água doce, o que abrange uma gama diversa de organizações, práticas, costumes e cosmovisões entre os pescadores locais.

Assim sendo, foi a partir da demanda da criação da Resex que pude me inserir no campo, ao cumprir uma espécie de assessoria para a implantação desta pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Apesar do longo período de reivindicação dos representantes dos pescadores locais, iniciado no ano 2000, o processo não avançou nem mesmo após a elaboração de um estudo técnico prévio que diagnosticou a possibilidade de implantação desta unidade de conservação na área. Constavam, no órgão ambiental citado, pendências no estudo realizado pela empresa de consultoria Habtec⁴ para identificar a viabilidade da criação da Resex do rio São João. Sem a complementação desses dados, o processo de avaliação da viabilidade de criação pelo órgão ambiental continua parado.

Desta forma, ao unir a pesquisa acadêmica com a assessoria, optei por contribuir com a complementação dos dados e, ao mesmo tempo, utilizar esse levantamento como facilitador da entrada no campo em Barra de São João.

Entretanto, essa estratégia não pôde ser mantida durante os oito meses em que realizei o trabalho de campo. Não há na localidade uma única população tradicional, homogênea, como pode aparentar para um olhar de fora, desatento. Estas diferenças entre os pescadores acarreta conflitos devido às perspectivas diversas com relação a propostas como a da Resex-Mar e seus desdobramentos para a gestão dos recursos pesqueiros. Enquanto em Casimiro de Abreu há uma grande preocupação e mobilização pela implantação da Resex, em Pontal de Santo Antônio, onde se encontra uma atividade pesqueira mais intensa, há rejeição e até mesmo o desconhecimento por grande parte dos pescadores das regras e das implicações da criação de uma reserva extrativista marinha.

Ao perceber a grande recusa e receio existentes entre os moradores de Pontal de Santo Antônio acerca da proposta da Reserva Extrativista, não pude dar continuidade ao levantamento, caso contrário colocaria em risco o acesso a esse grupo. Minha estratégia de

⁴ O referido estudo foi fruto de um PCAP – Plano de Compensação da Atividade Pesqueira consequente de uma sismica da empresa CGG Veritas. O projeto escolhido pela comunidade de pescadores locais para ser realizado com a verba do Pcap foi o estudo necessário para dar continuidade ao processo de criação da Resex na região. Este episódio será retomado mais a frente.

entrada foi outra, através de um contato feito com a filha de um pescador de Barra de São João que conheci durante a primeira etapa do campo neste município. Desta forma, perante as dificuldades encontradas, minha inserção no campo foi diferente nas duas localidades descritas nesta dissertação.

Como dito anteriormente, ainda há outra localidade que fez parte da área de abrangência da proposta da Resex-Mar do rio São João: a praia Rasa, em Búzios. Apesar de sua proximidade, durante o trabalho de campo não pude aprofundar meus dados sobre o local com etnografia. Porém, acredito que as três visitas realizadas foram suficientes para mapear a influência na dinâmica da pesca com Barra de São João e Santo Antônio e as questões pertinentes à localidade que surgiram durante meu trabalho.

* * *

Ao longo da pesquisa, as nuances dos conflitos e visões entre os pescadores foram se tornando mais complexas, se mostrando interligadas com aspectos que abrangiam não só as posições divergentes com relação à proposta de criação da Resex do rio São João. Desta forma, com o andamento do trabalho e da observação etnográfica, foi se delimitando o objeto de minha pesquisa.

Essas nuances só puderam ser percebidas devido ao método de pesquisa de campo. Tal pesquisa foi pautada nas técnicas tradicionais da investigação antropológica: observação direta das comunidades pesqueiras por meio do convívio diário, ao longo de oito meses; entrevistas com o uso de gravador – quando permitidas pelos meus interlocutores –; conversas informais e participação em eventos políticos, tais como reuniões dos pescadores com órgãos do governo e/ou outros parceiros, tais como representantes de universidades.

A partir desta experiência, o contorno da pesquisa foi se modificando. Na pesquisa etnográfica realizada, foi identificado como os diferentes papéis e categorias são acionados localmente em um contexto de disputa (tanto simbólica como material) nas localidades que compõem a foz do rio São João.

Foi observado como os atores buscam sua legitimidade e visibilidade em um espaço público heterogêneo permeado por questões, tais como: a apropriação dos espaços e

recursos pesqueiros, a implantação de unidades de conservação por órgãos ambientais e as compensações decorrentes da exploração do petróleo na região.

O trabalho de campo, ao abrir novos caminhos, forneceu outras pistas. Ganhou destaque o conflito entre as entidades da pesca, cujos discursos concorrentes evidenciavam a tentativa de legitimar suas visões e ganhar o prestígio e a confiança dos pescadores artesanais locais.

3. Apresentação dos capítulos.

Incluídas a introdução e a conclusão, esta dissertação foi dividida em cinco partes.

No Capítulo 1, será englobada uma discussão que apresenta, primeiramente, um processo macrosocial que culminou nas formas de associação de pescas que encontramos atualmente. Uma apresentação dos principais aparatos legais criados na tentativa de controle por parte do estado da atividade dá início à discussão sobre a personificação dos papéis nessas instituições e personalização das identidades evidenciadas na primeira parte do trabalho. Os sentidos dessas disputas serão evidenciados através de uma genealogia na tentativa de aprofundar os questionamentos e contextualizar o encontro etnográfico.

No Capítulo 2, apresentarei os dados de campo propriamente ditos. Nesta fase do “estar lá”, como preconizado por Geertz (1989), apresento dados relativos à ocupação geográfica dos pescadores, as artes de pesca utilizadas, as entidades representativas da pesca da região. Desta forma poderemos pensar como o cenário se apresentou de modo que ficaram evidenciados as tensões e os sentidos das organizações, identidades e conflitos entre os atores locais.

Finalmente, no **Capítulo 3**, a partir da análise situacional (GLUCKMAN, 1987) de três processos que trouxeram mudanças ao contexto da pesca local, pretendo evidenciar as formas que os atores dramatizam suas ações. Assim, veremos as conformações das estruturas políticas locais e as operações realizadas no contexto interacional.

CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO DAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES

1. As trajetórias das políticas públicas voltadas para a pesca e a organização dos pescadores

As mudanças relativas à regulação e tentativa de ordenamento do trabalho da pesca ao longo da história, no Brasil, servem de pano de fundo para compreender o processo contemporâneo de organização política da pesca. Assim, ao nos voltarmos para a trajetória das diversas políticas implantadas por parte do Estado para regular a pesca na costa do país, poderemos compreender as lógicas distintas de organização que serão apresentadas neste trabalho. Tais políticas se mostraram fundamentais quando pensamos na forma organizativa dos pescadores.

O breve histórico que será traçado neste capítulo diz muito sobre as instituições representativas e o papel desempenhado por estas nos diferentes contextos e momentos políticos do país com relação à atividade pesqueira, já que

No que se refere aos pescadores, a atitude dominante tem sido a de enquadrá-los como um segmento marginal desviante do processo de transformação da sociedade brasileira, sob uma perspectiva técnica, econômica ou política (BRITTO, 1999, p. 37).

2. As primeiras tentativas de controle da atividade pesqueira no Brasil

Ainda no período colonial, o Brasil era submetido a Portugal de maneira que a economia da pesca ficava atrelada aos interesses da metrópole.

Os pescadores deste período eram, em sua grande maioria, indígenas e escravos – grupos oprimidos da sociedade colonial.

Do ponto de vista da pesca, entretanto, pode-se dizer que a economia escravista-colonial apresentou três formas básicas de atividades: uma primeira forma era a exercida pelos próprios escravos, após suas jornadas de trabalho. Uma segunda forma de atividade era a dos escravos que pescavam e participavam do comércio do peixe, sob a exploração dos seus senhores. A terceira forma era a dos pescadores livres, sobretudo indígenas, que vendiam seu peixe, como os escravos, nos mercados de peixe ou diretamente aos engenhos (SILVA, 1988, p. 45).

No início do século XIX o mercado da pesca na Colônia se fortaleceu, pois houve um aumento do número de pessoas que viviam da atividade pesqueira, não só da caça e venda do peixe, mas também da comercialização de instrumentos como linhas, redes e barcos.

(...) os pescadores, aos poucos, constituíram um grupo fundamental e imprescindível para a reprodução da sociedade colonial. A maioria da população – os escravos – bem como os demais grupos dominantes, não tendo meios para obter seu próprio alimento, precisavam tanto dos pequenos agricultores quanto dos pescadores (SILVA, 1988, pp. 49-50).

Como a pesca começou a se mostrar um dos braços fundamentais da economia colonial, houve as primeiras tentativas de dominação desse mercado por parte do estado metropolitano português. As classes dominantes da colônia também começaram a se movimentar no sentido de tentar restringir um eventual crescimento do poder econômico das classes subalternas envolvidas com a pesca. Desta forma, a metrópole e as classes dominantes da colônia adotaram medidas com a finalidade de controlar o crescente mercado pesqueiro,

à revelia dos interesses concretos dos grupos sociais ligados à pesca. (...) E mais: o intuito, mais ou menos explícito, dessa convergência de interesses foi, sobretudo, manter as classes oprimidas coloniais (os escravos indígenas e africanos) e a classe oprimida metropolitana (o campesinato) em seus locais tradicionais, enquanto classes dominadas. (SILVA, 1988, pp. 51-52).

Uma das primeiras formas de tentativa de controle da pesca foi a cobrança do dízimo do pescado, adotada na primeira metade do século XVI e que perdurou por todo o período colonial. Para cada dez peixes capturados, um era obrigatoriamente doado a algum representante do Estado, que inicialmente foi representado pela Ordem Jesuítica, depois pelas Câmaras das Vilas (a partir do século XVII) e finalmente a Provedoria da Fazenda Real (século XVIII).⁵

A criação da Marinha de Guerra Brasileira após a independência do país frente a Portugal e o estabelecimento da Capitania dos Portos em 1846 geraram novos mecanismos de intervenção do Estado na vida litorânea e marítima brasileira.

⁵ Ver mais detalhes sobre outras medidas adotadas na época em SILVA (1988). O texto cita, entre outros, o controle da pesca da baleia “uma das mais significativas atividades pesqueiras do período colonial” (p. 53) através da organização das Feitorias de Pesca ligadas à Fazenda Real.

No ano de 1845 foi criada a primeira lei federal que regulamentou as Capitânicas dos Portos⁶. Esse primeiro passo foi tomado atendendo a uma demanda das forças armadas brasileiras diante das dificuldades de proteção da costa e da necessidade em se criar uma reserva de guerra. De viés exclusivamente militarista, a nova regulamentação voltada aos pescadores obrigava-os a se apresentarem uma vez ao mês exclusivamente na capitania a qual estavam matriculados para o controle do seu quantitativo. Esta forma de controle limitava a mobilidade dos trabalhadores, uma vez que, caso não cumprissem a obrigação mensal de comparecimento ou não servissem à Marinha de Guerra, poderiam sofrer sanções de multa ou prisão de um a oito dias (SILVA, 1988, p. 128).

Embora o uso de certos jargões na regulamentação profissional do pescador, como matrícula e inscrição no Rol Portuário, possa sugerir a ideia de voluntariedade, quanto à sua integração ao “Pessoal da Marinha Mercante”, de fato, o alistamento dos pescadores como “força-reserva da marinha” se constitui imposição legal ao exercício dessa atividade. Tal constatação indica que, embora, no plano ideológico, inscrever-se na Capitania dos Portos constitua um ato inteiramente distinto de alistar-se na Marinha, trata-se, na verdade, de dois procedimentos de um mesmo sistema de controle social que os diferencia enquanto cidadãos, na medida em que lhes é negado o atributo de “reservistas de primeira classe”, ao mesmo tempo que lhes é imposta a identidade de “marítimos”, submetendo-os à tutela da Marinha (BRITTO, 1999, p. 47).

Assim, realizou-se uma forma alternativa de serviço militar obrigatório, e os trabalhadores marítimos começaram a sentir insatisfação perante o recrutamento, gerando alguns conflitos.

Em 1846 foram criados os embriões das atuais Colônias através de um regulamento da Marinha. Cada Capitania foi dividida em distritos e, cada um deles, foi entregue a um “capataz” responsável pela fiscalização (LOBÃO, 2010). Desta forma, “gestão e controle no espaço se articulavam, então, harmonicamente, na tentativa de tolher qualquer ação ou iniciativa própria dos pescadores” (SILVA, 1988, p. 129).

Vimos, portanto, que a iniciativa de regulamentação da profissão dos trabalhadores da pesca não partiu da luta da classe por melhorias de trabalho e qualidade de vida, mas sim foi imposta de cima para baixo, através da Marinha.

⁶ DIM 358/1845 (DECRETO DO IMPÉRIO) 14/08/1845. Autoriza o governo a estabelecer capitânicas de portos nas províncias marítimas do Império (ILEMA).

3. A missão Villar e a primeira “libertação” dos pescadores.

Nas primeiras décadas do século XX houve uma tentativa por parte da Marinha de diminuir os conflitos e melhorar a imagem negativa adquirida perante a estratégia da convocação obrigatória.

Em 1912, as Capatazias ligadas a cada Capitania foram transformadas nas Colônias de Pesca. Em 1920, foi organizada a “Missão Villar” no âmbito da recém-criada Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral da Marinha. Embarcado no cruzador José Bonifácio, o capitão-de-corveta Frederico Villar teve a missão, durante aproximadamente quatro anos, de percorrer o litoral brasileiro levando os ideais de “modernização”, organização e nacionalização da pesca. Foram fundadas mais de mil Colônias por toda a costa do país e houve um aumento significativo do cadastro de pescadores (PESSANHA, 1977), atraídos pelo propósito “libertador” da missão de Frederico Villar. Ele próprio classificou a criação das Colônias como “a obra mais genuinamente republicana realizada pela Republica” (VILLAR, 1931, p. 16):

Dessa missão, que se transformou na mais brilhante campanha cívica jamais realizada em nosso paiz, campanha ruidosa e inolvidavel, só comparável à Abolição dos escravos, resultou a Nacionalisação da pesca e a organisação dos seus serviços (VILLAR, 1931, p. 16).

Desta forma, a missão Villar demonstrava que os ideais da Marinha a esta altura estavam caminhando em uma direção que ia além do simples militarismo e da preocupação com a defesa da costa. A ideia de fornecer o “amparo social do nosso bravo praiano” (VILLAR, 1931, p. 19) denuncia uma lógica sanitaria e, principalmente, tuteladora, que marca profundamente o tipo de relação estabelecida entre o Estado - representado pelas entidades das Colônias - com as populações de pescadores a partir deste período.

Em 1921 e 1923 foram criados, respectivamente, a Confederação dos Pescadores do Brasil e os primeiros estatutos de Colônias, da Confederação e das Federações estaduais.

Na década seguinte, mais precisamente em 1938, houve a promulgação do novo Código de Pesca. Nele buscou-se uma inovação ao desvincular a caça da pesca. Além disso, com este novo código, o controle sob os pescadores e suas associações de classe ficou mais rígido ao restringir alguns aparelhos e embarcações de pesca.

No governo Vargas, com a Fundação das Escolas de Pesca nos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, ocorreu uma mudança na lógica do trabalho da pesca, transformando os pescadores em espécie de “proletários do mar”. As Escolas de Pesca tinham como objetivo dispor para cada pescador brasileiro um “barco a motor e uma casa” (PONDÉ, 1977 *apud* MOTA, 2004, p. 95).

Ainda, segundo Mota (2004, p. 95), “as políticas para o setor pesqueiro caracterizavam-se pela tutela destes grupos por parte do Estado com forte teor desenvolvimentista”.

Quando a intervenção do Estado gerava políticas assistencialistas, era vista como positiva pelos pescadores, pois na época, reconhecida pelos pescadores como “idade de ouro”, o registro na Colônia permitia o acesso aos primeiros direitos como assistência médica e para-médica gratuita na policlínica da Praça XV, a inscrição no IAPM (Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Marítimos) e a habilitação dos pescadores registrados à obtenção de empréstimos pela caixa de Crédito da Pesca⁷. Ou seja, era reconhecida como “época de ouro”, pois

A forma corporativa apresentada pelo Estado vinha não só cobrir necessidades imediatas da reprodução, mas também fornecer um órgão de expressão da identidade do grupo, legitimando-o como digno de merecer as atenções do Governo e o respeito dos demais segmentos da sociedade abrangente. (DUARTE, 1999: p. 37).

Em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial, a partir do Decreto-Lei 4.890 de 1942, a Marinha passou novamente a fiscalizar as práticas pesqueiras. As Colônias, então, passaram a ser subordinadas aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos, para os assuntos de vigilância e defesa das águas territoriais, permanecendo o fomento e a orientação técnica da pesca a cargo do Ministério da Agricultura⁸. Esta decisão demonstra que, em momentos estratégicos, a Marinha buscava ter o controle da atividade,

semelhante ao acontecido em 1920, quando se intensificou um processo de controle pela Marinha que resultou em seu fortalecimento institucional e a garantia de sua presença, mesmo que “simbólica”, ao longo de todo litoral brasileiro (CALLOU, 2007 *apud* VIANNA, 2009: 22).

⁷ A Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca é criada em 1938, através do Decreto-Lei nº 794, que cria o Código da Pesca.

⁸ Fonte: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper): <http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/setores15.htm>

4. O Estado e a ‘modernização’ da pesca.

A partir da década de 1960, as políticas do Estado brasileiro continuaram a seguir o caminho para um investimento maciço na ‘modernização’ e industrialização da pesca, tendo por base a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, também vinculada ao Ministério da Agricultura. Consistia em uma política de fomento e subsídio para a criação de uma pesca empresarial e industrial no país. Em um primeiro momento, tal política promoveu a expansão das capturas. Após mais de uma década de incentivos à pesca industrial, os estoques explorados passaram a declinar e muitas das empresas de pesca surgidas na época faliram.

Sobre o fato do governo parecer insistir em políticas de ‘modernização’ da pesca, Duarte (1999) destaca que

A ação governamental sobre a pesca tem-se proclamado como uma luta contra a “irracionalidade” das práticas produtivas nesse setor. O desconhecimento das condições reais de produção e da lógica subjacente àquelas práticas, ao lado de uma preocupação em reproduzir aí à força um desenvolvimento capitalista clássico, tem redundando em um recorrente “fracasso”, reconhecido oficialmente pela própria reiteração dos termos dos sucessivos diplomas legais, numa tradição que remonta à Lei nº 876, que, já em 10 de setembro de 1856, dispunha sobre o desenvolvimento da indústria pesqueira (DUARTE, 1999, pp. 79-80).

Com o insucesso das políticas da SUDEPE, surgiu em 1972 um incentivo para a pesca artesanal, o Plano de Assistência a Pesca Artesanal (PESCART), que durou até 1983. A partir deste plano, cujo objetivo era prestar assistência técnica às organizações e aos pescadores, muitas das Colônias se reorganizaram administrativamente. Em 1973, através do Decreto nº 471 do Ministério da Agricultura, as Colônias ganharam estatuto de “organização de classe”. Entretanto suas estruturas autoritárias ainda eram mantidas, já que os presidentes das Federações Estaduais podiam interferir em sua conduta. Normalmente estes presidentes não tinham ligação com a pesca e eram políticos locais, comerciantes, dentre outros. As Colônias ainda não eram um atrativo para os pescadores, e estes só as procuravam por ser obrigatório seu registro para a regularização de suas embarcações (DIEGUES, 1995, p. 121).

Essa trajetória demonstra controle estatal das organizações, alternado entre Marinha e Ministério da Agricultura, sempre em função dos interesses do Estado à época, resultando em falta de autonomia e representatividade dos pescadores.

Em 1973, mesmo com a aprovação dos novos estatutos, ainda houve a homogeneização da categoria de pescador. Dirigentes ainda eram militares, armadores, políticos, dentre outros atores alheios à atividade da pesca artesanal propriamente dita.

Neiva (1990 *apud* VIANNA, 2009) destaca o total abandono dos pescadores artesanais nos processos políticos. O autor chega a essa conclusão a partir de aspectos que direcionaram as ações do governo com relação à pesca, como vimos até o presente momento. Destacam-se os seguintes pontos:

O direcionamento equivocado ao incentivar a produção com vista às exportações e não ao consumo interno; o estímulo à captura de alguns recursos pesqueiros acarretou a sua sobrepesca e o seu colapso; a “entrada” de empresários sem compromisso com a pesca, que visavam vantagens e lucros, contribuiu para o aumento da corrupção, da degradação ambiental e redução dos estoques pesqueiros (p.24).

Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), através da Lei 7.735 de 1989, houve a extinção da SUDEPE⁹, o que teve como consequência a migração do setor da Pesca para este órgão. Paiva (2004 *apud* VIANNA, 2009), destaca que

a administração pesqueira incorporou a componente ambiental e acabou fragilizada pelas outras inúmeras atribuições decorrentes da absorção das competências de quatro grandes órgãos públicos extintos (p. 24).

Neste contexto, foi criado o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro (GESPE). Subordinado à Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, do Conselho de Governo da Presidência da República e secretariado pelo Ministério da Marinha. Segundo Dias-Neto (2008 *apud* VIANNA, 2009: 24) o GESPE foi uma alternativa encontrada pelo governo para atender aos anseios dos representantes do setor que solicitavam o retorno de posições governamentais mais favoráveis às suas demandas. Foi desativada em 1998, ao mesmo tempo em que se deu a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Criado pelo decreto 2.681 de 1998, ao DPA era competido a responsabilidade de gerenciar as atividades e fomentar a produção da pesca. Este departamento permaneceu

⁹ O IBAMA foi formado pela fusão de quatro órgãos. Foram extintas, além da Superintendência da Pesca – SUDEPE, a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; a Superintendência da Borracha – SUDHEVEA; e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF.

com suas funções até a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR)¹⁰, vinculada diretamente à Presidência da República.

O desenrolar da criação da SEAP não pode ser pensado sem antes nos apercebermos das mudanças ocorridas nas organizações políticas da pesca em função do contexto da redemocratização do país, nos anos 80. Houve mudanças no interior destes grupos da pesca artesanal, porém o direcionamento das políticas públicas se manteve alheio aos seus interesses.

5. A Pastoral da Pesca e o novo paradigma de libertação

Nos anos 80 a Pastoral dos Pescadores foi criada e, por meio de Frei Alfredo Schnüettgen, difundiu entre os pescadores discussões relativas a temas como representação democrática, comercialização, aposentadoria e previdência. Começaram as lutas para a tomada democrática de algumas Colônias. O objetivo geral da Comissão Pastoral dos Pescadores era

Anunciar aos pescadores a força libertadora do Evangelho revelado aos pobres, para que, pela sua organização, transformem as estruturas geradoras de injustiças, tornando-se agentes de sua história, na construção de uma nova sociedade (SCHNÜETTGEN, 1988, p. 19).

Na mesma época iniciou-se o movimento para inserir na nova Constituição artigos que garantissem a liberdade de associação entre os direitos dos pescadores. É então quando se questiona a filiação compulsória às Colônias de Pesca para que os pescadores pudessem acessar seus direitos.

6. Os ecos das reivindicações da pesca na Constituinte de 88

Ainda na década de 80, de acordo com Maia (2009) o Movimento pela “Constituinte da Pesca” foi organizado, muito em função do trabalho de Frei Alfredo pela Pastoral da Pesca, difundindo o debate sobre o setor da pesca artesanal no Congresso Nacional em Brasília e em encontros realizados na maioria das regiões do território nacional. Um desses encontros foi um grande evento em Brasília, considerado um marco

¹⁰ Instituída pela Medida Provisória 103 de 01/01/2003.

no processo de organização do setor, uma vez que ampliou o cenário de debate e os representantes fizeram suas ideias audíveis no cenário político nacional. Mesmo que muitos dos presentes no evento não fossem pescadores, Furtado (1981 *apud* MAIA, 2009: p.45) pode constatar diversas demandas, tais como: a livre associação; sindicatos; incentivos fiscais; linhas de créditos ao pequeno produtor; a mulher na pesca; pesca predatória; poluição do litoral e rios; reconhecimento do pescador como um produtor rural; preço do pescado; direitos trabalhistas e de seguridade social à categoria; conflitos, etc.

Com a Constituição Federal de 1988, as Colônias foram equiparadas a sindicatos¹¹. Desde então as estas entidades ganharam autonomia para instituírem seus próprios estatutos e quem são os que podem ou não se filiar, acabando com a homogeneização dos trabalhadores da pesca.

Aspecto importante com essa mudança foi a conquista à livre associação, eclodindo vários movimentos de criação de “associações livres”.

Com a criação das diversas Associações Livres, os pescadores viram um certo aumento de sua autonomia. Porém, ao longo dos anos posteriores, foram criados mecanismos que obrigavam os pescadores a continuarem a manter o vínculo com as Colônias e a associação compulsória a estas. Exemplo disso é a Lei nº 10.779/2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Segundo o artigo 2º, inciso IV, para se habilitar ao benefício, o pescador deveria apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros documentos, o atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, porque só esta poderá comprovar seu exercício da profissão, sua dedicação à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

7. A pesca e seu Ministério

O cenário do setor pesqueiro que se apresenta na atualidade teve início com a criação da SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), diretamente ligada à Presidência da República.

¹¹ Através da promulgação do Artigo 8º da Constituição Federal.

Como visto anteriormente, a Secretaria foi criada em 2003. Trata-se de uma promessa feita durante a primeira campanha à presidência de Lula. À época, uma das principais mudanças para a categoria dos pescadores artesanais foi a promulgação da Lei do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003), já citada anteriormente.

Em 2009 a SEAP deu lugar ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Apesar desta conquista, foram mantidas nas políticas do novo Ministério as lógicas desenvolvimentistas (com incentivo maior à pesca empresarial e à aquicultura). Tal como constatado por MENDONÇA e VALENCIO (2008), as diretrizes políticas da SEAP, em nome de uma lógica baseada na ‘modernização’ da atividade, causa efeitos perversos para a pesca artesanal.

Para a SEAP, a aquicultura não é uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal, mas, significa o mecanismo de sua extinção. O governo Lula, na sua primeira gestão, propôs uma política de crédito para o setor pesqueiro incentivando uma progressiva conversão da atividade pesqueira artesanal para a aquicultura em todo o território nacional. Partiu do argumento que tal política vinha como alternativa aos pescadores artesanais cujas espécies em que se baseiam sua atividade encontram-se, segundo critérios técnicos, sobreexploradas. (...) a ausência de participação, ou acompanhamento, do pescador artesanal no processo de avaliação perita dos estoques bem como de consideração perita ao saber tradicional no que concerne ao status da pesca ou, numa palavra, de dialogicidade entre tais conhecimentos, é o que inviabiliza que uma alternativa menos radical do que a aquicultura seja proposta como um elo possível entre tradição e modernidade (MENDONÇA e VALENCIO, 2008, p. 112).

Práticas controladoras (como o recadastramento através de Colônias e Associações para o acesso aos direitos e benefícios como o defeso) mantiveram a filiação compulsória a estas entidades, o que demonstra que poucos avanços ocorreram com relação às formas de associar-se dos pescadores artesanais, tais como vistas desde a criação das Colônias de Pesca no início do século XX.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTO ETNOGRÁFICO

A região do rio São João apresentada no presente trabalho corresponde à área de sua foz. Primeiramente, será descrito Barra de São João, segundo distrito do município de Casimiro de Abreu, localizado na região litorânea ao norte do Estado do Rio de Janeiro.

Na sua parte sul, o distrito é cortado pelo rio São João, que faz a divisa com a região conhecida como Pontal de Santo Antônio, localizado em Tamoios, segundo distrito de Cabo Frio. Toda extensão de Barra de São João é banhada pelo mar e, ao norte, seu limite chega à divisa com o município de Rio das Ostras.

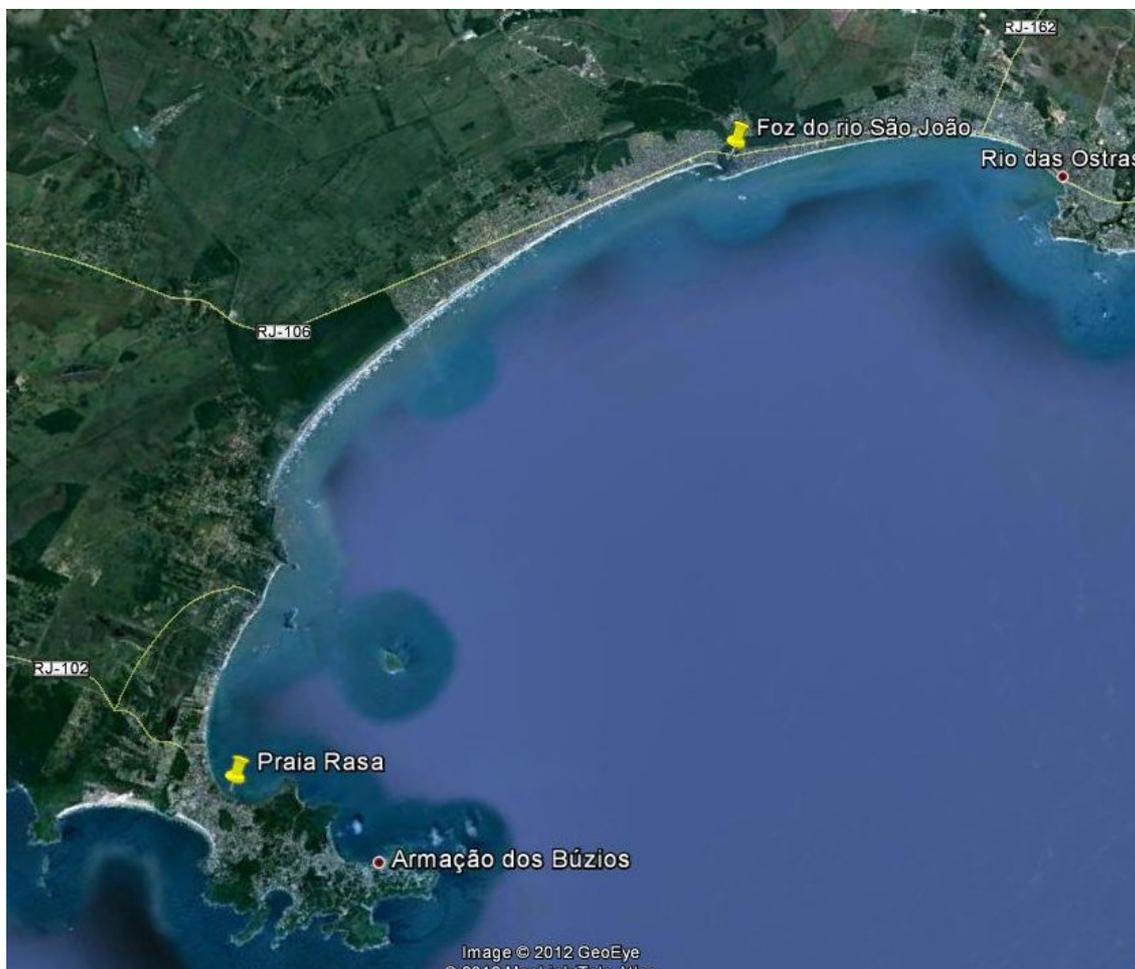


Figura 1. Localização geográfica da Armação de Búzios, a Praia Rasa, a Foz do rio São João e Rio das Ostras (Fonte: Google Earth).

Já Tamoios tem seu limite localizado na margem direita do rio e apenas o bairro de Pontal de Santo Antônio é abrangido por suas águas. Todo o resto do seu litoral forma uma longa faixa de areia contínua, que formam praias como a Praia de Unamar, que leva o

nome do loteamento construído em frente. Outras praias seguem o mesmo padrão de nomenclatura e divisão, tais como a Praia de Aquarius e Praia Verão Vermelho (também nomes de condomínios locais).

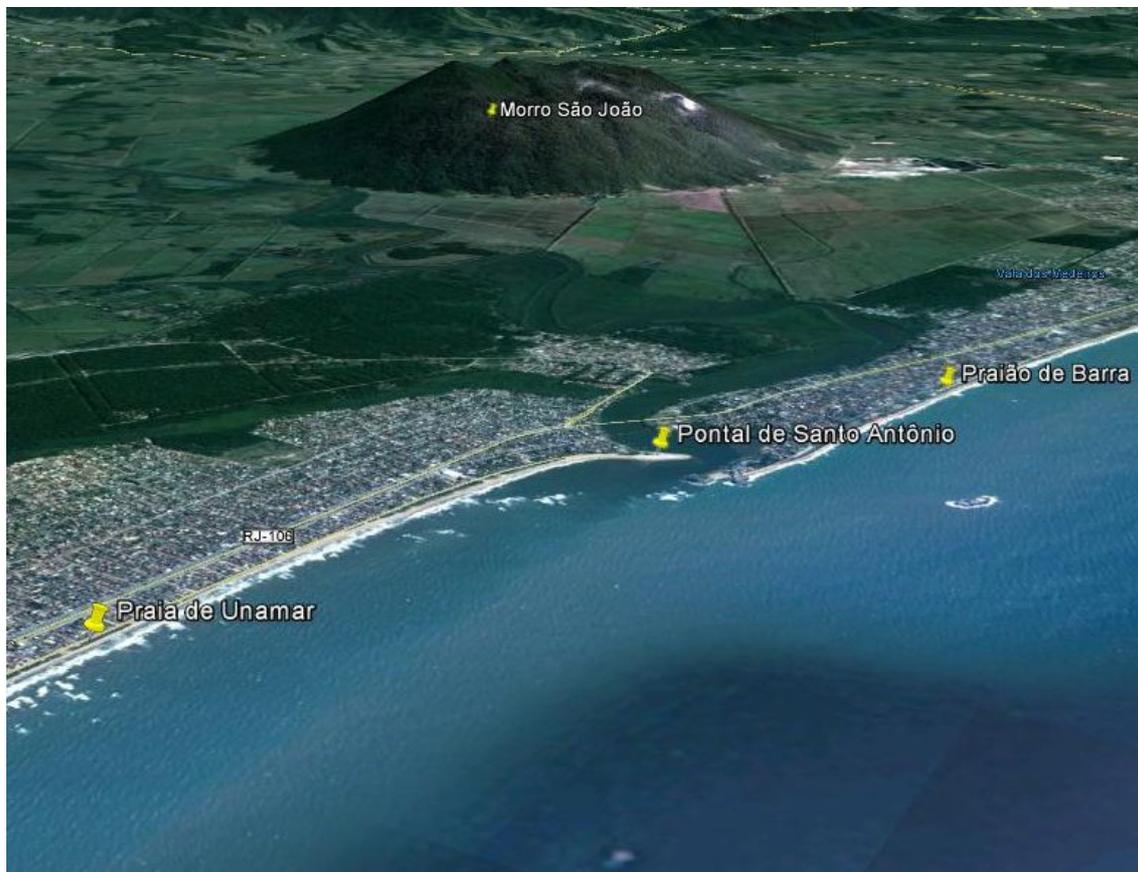


Figura 2. Localização geográfica da Praia de Unamar, o Morro São João, o Pontal de Santo Antônio e o Praião de Barra (Fonte: Google Earth).

Continuamente, chegaremos à Praia Rasa, já no município de Búzios, que fecha a principal área utilizada pela pesca artesanal do grupo de pescadores estudado.

1. A ocupação da localidade – Tamoios e Barra de São João.

Há claramente duas lógicas distintas quando falamos dos aspectos da ocupação territorial nos distritos de Barra de São João (Casimiro de Abreu/RJ) e de Tamoios (Cabo Frio/RJ). Essas diferenças estão diretamente ligadas a vários fatores, tais como aos investimentos realizados pelos governos municipais e também aos tipos de moradias utilizadas por sua população.

Barra de São João é distrito de um município (Casimiro de Abreu) que possui originalmente uma ocupação mais antiga. Por ser cortado pelo rio São João e possuía grandes fazendas no passado, o distrito era utilizado nos séculos XVIII/XIX como entreposto comercial devido ao seu fácil acesso e posição estratégica para o escoamento da produção rural. O casario antigo, as ruas de pedra na beira do rio e o clima de cidade bucólica desta época foram preservados, o que contribui para que Barra de São João seja reconhecido por parte do governo municipal de Casimiro de Abreu, devido ao seu valor histórico, o grande potencial turístico. Barra de São João, apesar de estar localizada em uma área típica de ocupação de veraneio, diferencia-se do perfil de alguns municípios da região. Muito procurada por aposentados, é uma cidade calma, aprazível e com uma população fixa estabelecida em maior quantidade quando comparada a Tamoios. Também há na cidade, de uma forma geral, uma boa infraestrutura urbana, com serviços de saneamento, limpeza e comércio bem distribuídos.



Figura 3. Casarões antigos preservados na Beira Rio, centro Histórico de Barra de São João, município de Casimiro de Abreu/RJ. Foto: Luis Carbone.



Figura 4. Igreja de São João Batista, de 1619, localizada na Prainha – Barra de São João/RJ. Foto: Gilson de Oliveira.

É crescente a ocupação da região da baixada litorânea do Rio de Janeiro, porém sua intensificação se deu a partir da década de 70. Com a construção da Ponte Rio-Niterói e a abertura de novas estradas, houve a facilitação para o aumento do fluxo na região, especialmente de veraneio, para cidades como São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Búzios, que logo demonstraram um grande potencial turístico.

Segundo relatos das entrevistas, no distrito de Tamoios, a expansão foi sentida de forma mais intensa a partir de meados da década de 80. É nesse período que há a chegada de novos moradores e, com isso, a repartição e venda desordenada dos loteamentos e as invasões a áreas até então não ocupadas ou desvalorizadas, tais como os manguezais.

Apesar do aumento populacional na região, até os dias de hoje é notável o número de residências utilizadas exclusivamente para veraneio. Desse modo, a ocupação sazonal de Tamoios resulta em uma quantidade muito inferior de eleitores se comparado à área

central do município de Cabo Frio¹², o que pode ser uma das explicações para a falta de investimentos na região do segundo distrito por parte do governo municipal.

O saneamento básico em Tamoios é precário, sendo uma das maiores reclamações dos pescadores devido ao lançamento do esgoto diretamente nas águas do rio São João. Não é perceptível a intervenção na orla local em Tamoios assim como vemos nas praias localizadas no centro de Cabo Frio, tais como as praias do Forte e Perú, que receberam nos últimos anos elevados investimentos para seu ordenamento.

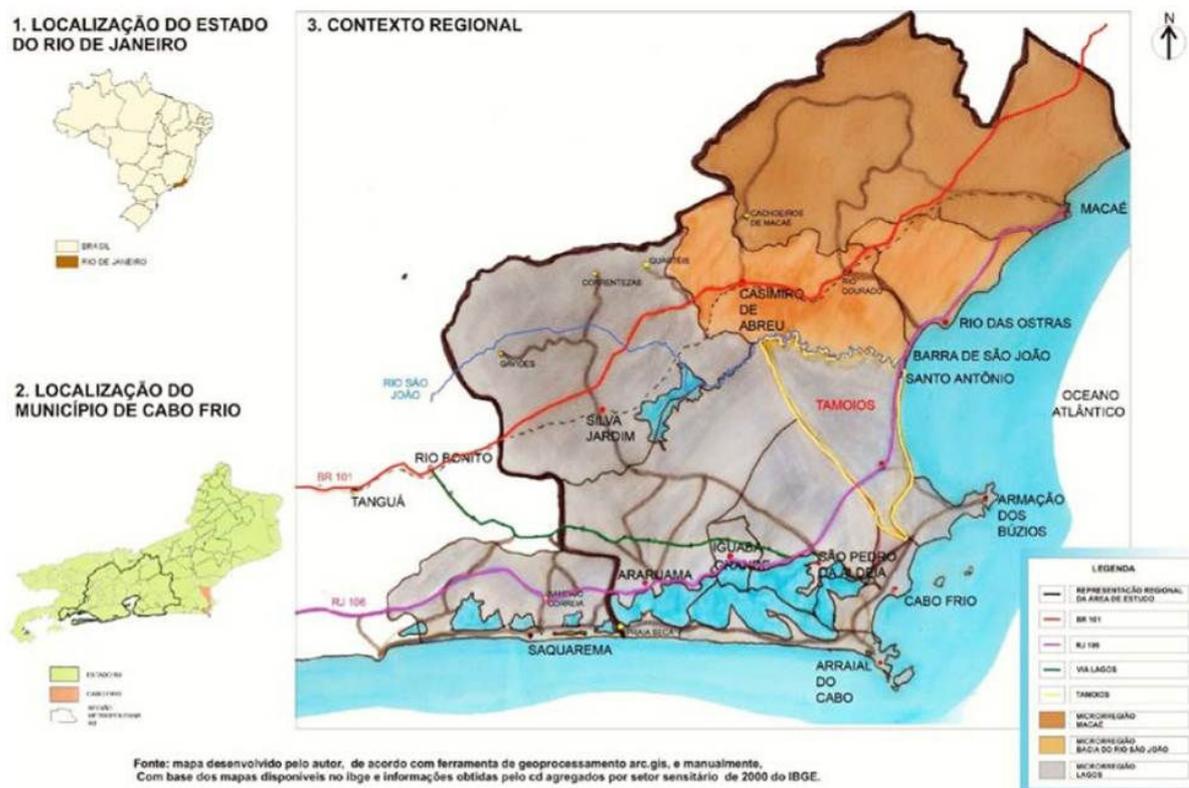


Figura 5. Localização de Tamoios, 2º Distrito de Cabo Frio. Fonte: CALVENTE, 2008, p.21

2. A localização dos pescadores

Em Tamoios, os pescadores residem no bairro de Santo Antônio, localizado às margens da foz do rio São João. Segundo o testemunho de um dos primeiros moradores do distrito e pescador mais antigo da região, Seu João de Madalena, a ocupação de Tamoios começou na década de 50, quando ele e seus dois irmãos, suas esposas e filhos (e mais tarde alguns primos) se estabeleceram suas residências na beira do rio, na praia chamada Pontal.

¹² Tamoios – população de 21.237 habitantes – 13% do total do município. Fonte: Censo – IBGE.



Figura 6. Praia do Pontal de Santo Antônio com a Igreja de São João Batista (em Barra de São João) ao fundo. Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

Oriundos de Atafona, distrito de São João da Barra, litoral norte fluminense, o motivo de sua mudança procederam dos problemas que já começavam a se manifestar nessa época, ligados principalmente à poluição das águas pelo vinhoto¹³ e a consequente escassez do pescado, que os obrigava a pescar em lugares mais afastados. Ainda nos dias atuais, a maioria dos residentes no bairro descende dos primeiros pescadores que iniciaram a ocupação de Tamoios, e muitos deles ainda sobrevivem da atividade pesqueira.

Este pescador antigo conta que quando chegaram, na primeira metade dos anos 50, já havia alguns pescadores na região da foz, na outra margem do rio, ou seja, em Barra de São João. Porém, a maioria destes antigos pescadores, naturais de Barra, já faleceu. Hoje, na outra beira do rio, vive apenas um pescador desta época. Na sua família apenas um dos

¹³ Resíduo industrial tóxico, subproduto da cana-de-açúcar, proibido de ser utilizado desde a década de 70. O vinhoto também foi um grande problema para os pescadores no rio São João. Alguns dizem que encontram intoxicação causada por vinhoto até os dias de hoje. Para mais informações sobre o contexto da poluição industrial no rio São João, ver HENZE, Roland. O Grito do Rio (disponível em http://youtu.be/j4iBRCKs_YU). Curta metragem de 1979, o qual, inclusive, conta com a participação de Seu João de Madalena.

genros é pescador e ambos já não conseguem viver exclusivamente da pesca há muitos anos.

Olha, minha filha, o único que sobrou aqui de antigamente foi eu mesmo. Já morreu tudo(...) Ninguém quer mais ser pescador aqui, não. Eu criei minhas filha com o dinheiro da pesca, mas depois de uns anos tive que trabalhar de pedreiro. Depois de aposentado aí comecei esse trabalho de reciclagem que consigo tirar um dinheirinho, né? Porque da pesca ninguém vive mais aqui, não, há muitos anos mesmo(...) Que nem era antigamente ninguém vive mais, não. (Seu Guinho – pescador de Barra de São João).

Este é um problema muito comum em Barra de São João: a escassez de pescadores remanescentes do município, visto que muitos deles já faleceram ou abandonaram a pesca há muitas décadas, exercendo outras atividades – majoritariamente na construção civil ou na prefeitura. Por conta principalmente da diminuição de peixes no rio, muitos pescadores se viram obrigados a abandonarem sua profissão e procuraram alternativas de renda mais estáveis que a pesca. É comum o pessoal “do outro lado”¹⁴ (ou seja, Santo Antônio) dizer que “em Barra de São João não tem pescador”. Essa é uma afirmação que está relacionada com o número restrito dos que permanecem em atividade, mas que também tem ligação com o tipo de pescaria que é praticada, como veremos mais adiante.

Entretanto, o número de pescadores não era tão restrito quanto o anunciado. Na localidade do Arroz¹⁵, há casas localizadas estrategicamente na beira do rio e do mangue, algumas delas com os barcos ancorados em píeres improvisados na parte dos fundos de seus quintais, cujos pescadores vivem muito próximos uns aos outros.

O Arroz é um bairro relativamente novo: segundo depoimentos, surgiu há aproximadamente sete anos, após a invasão do terreno de uma antiga fábrica de arroz desativada, fato que originou o nome popular da região. É um bairro notadamente pobre e sem infraestrutura: não há ruas calçadas, saneamento básico e as propriedades não possuem registro. Entretanto, o local vem sendo escolhido como moradia por muitos pescadores devido ao seu baixo valor imobiliário e sua localização estratégica – beira-rio e

¹⁴ “Do outro lado” é expressão nativa comumente usada na região, tanto em Barra de São João quanto em Pontal de Santo Antônio, para se referir a um dos dois municípios pelos moradores de um lado ou de outro do rio.

¹⁵ Nome popular do bairro de Vila Nova.

mangue (o que também propicia a cata do guaiamum¹⁶, atividade econômica também muito comum).

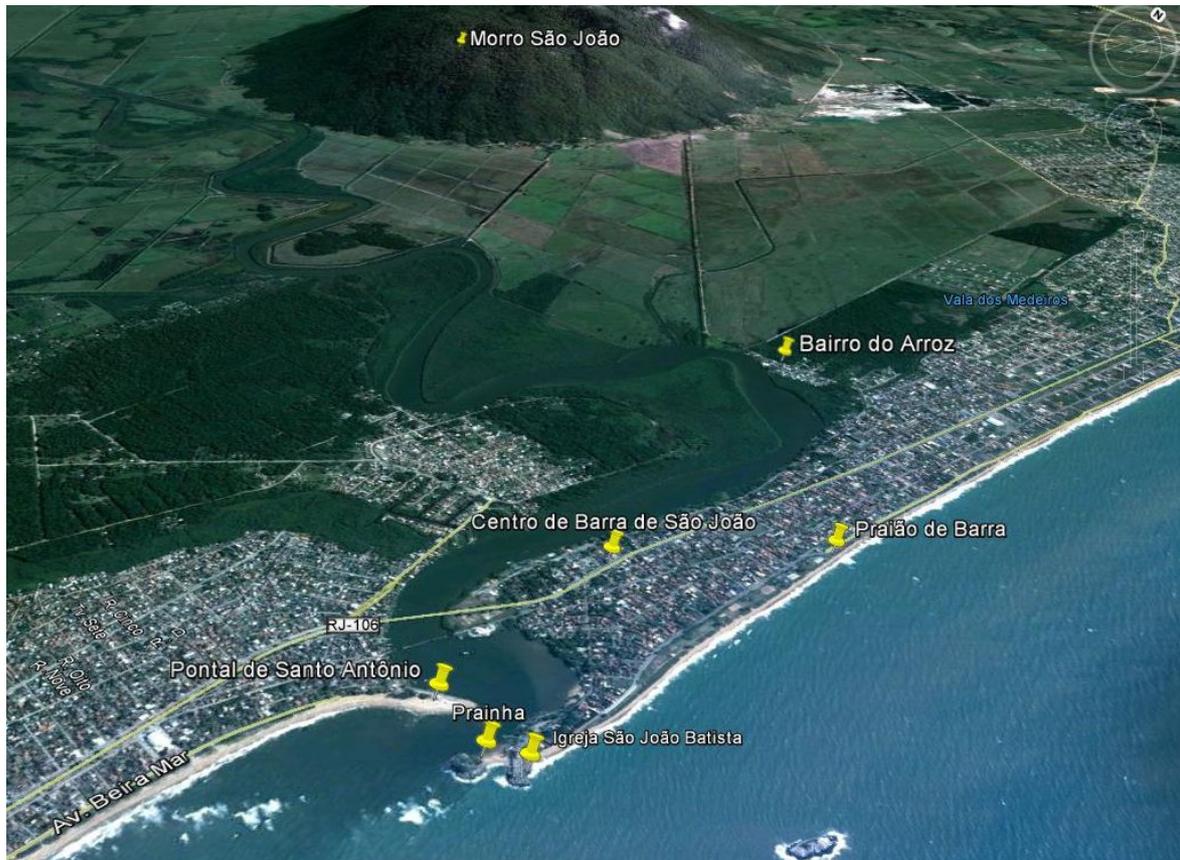


Figura 7. Localização geográfica do bairro do Arroz (Fonte: Google Earth).

Fato curioso é que muitos dos pescadores que atualmente moram no Arroz viviam em Santo Antônio. Quando se intensificou a ocupação na região, aproximadamente no início da década de 2000, alguns dos pescadores venderam suas casas no Pontal (mais próximo à praia e onde há turistas)¹⁷ e compraram terrenos a preços inferiores no Arroz. Portanto, estes antigos moradores de Santo Antônio estão estabelecidos há quase uma década em Barra de São João. Entretanto, quando confronto esta afirmação de que “não há pescador em Barra” e digo que existem “os pescadores do Arroz”, é comum ouvir exclamações como “Ah, aquele pessoal é daqui, mas mora lá. Eles são daqui!”.

Alguns destes pescadores possuem vínculo com a atual principal instituição da pesca de Santo Antônio, a Capatazia da Colônia Z-4 de Cabo Frio, o que, além de outros

¹⁶ Guaiamum é uma espécie de caranguejo, muito encontrado no sudeste e no nordeste brasileiro em áreas de mangue. Há o defeso do guaiamum, regulado pela Portaria nº 53 do IBAMA, de 30 de setembro de 2003.

¹⁷ Contudo é um turismo de baixa renda, portanto não tão valorizado quanto outras localidades da chamada Região dos Lagos.

fatores, especialmente o fato de muitos parentes ainda se dividirem entre as duas localidades, fazem com que estes não percam o sentimento de pertencerem ao 2º Distrito de Cabo Frio.

Ainda que seja expressivo frente ao pequeno número de pescadores residentes em Barra de São João, pelas entrevistas realizadas e a observação do local, não há como afirmar que estes “novos” moradores sejam maioria entre os pescadores. Muitos de Barra estão estabelecidos no município há décadas, muito antes da criação do bairro do Arroz. Alguns deles são membros da Associação Livre de Aquicultores das Águas do São João (ALA), entidade local representante dos pescadores e aquicultores, cujo papel na elaboração de projetos e reuniões ligadas à pesca é notável. Há ainda os aposentados que continuam pescando e tirando alguma renda da atividade. Além destes, há os que estão totalmente parados, mas que reconhecidamente possuem grande saber naturalístico e que, havendo oportunidade e condições ‘ambientais’ mais favoráveis, voltariam a pescar.

3. O vínculo com o lugar da pescaria

Neste item, pretendo fazer uma descrição das pescarias de cada uma das três localidades, com o objetivo de demonstrar como estas estão diretamente ligadas com as diferentes formas de vínculo que os pescadores artesanais criaram com as áreas onde exercem suas atividades.

3.1. Os tipos de pescaria

A partir dos relatos dos pescadores locais – tanto os aposentados como os que continuam em atividade – foi possível perceber as diferenças existentes entre os tipos de pescaria dos distritos de Tamoios e Barra de São João. Apesar de compartilharem os mesmos espaços de pescaria, os mesmos fornecedores de combustível e gelo, de terem familiares em ambas as margens do rio, enfim, de aparentemente serem um grupo homogêneo, um olhar mais atento aponta diferenças sutis, porém fundamentais, no que tange os arranjos sociais locais, entre as pescarias e, conseqüentemente, entre a percepção do que é ser pescador em Barra de São João e o que é ser pescador no 2º Distrito de Cabo Frio.

Há também a praia Rasa, apesar de ser um pouco mais afastada do rio São João, é uma localidade em que muitos pescadores do Pontal de Santo Antônio costumam pescar, e com isso o contraste entre os tipos de pescaria praticados acabam por aparecer nas entrevistas.

Em Barra de São João predominam as pescas de linha e mergulho entre os moradores mais antigos ou nativos da região; as pescarias de rede de espera, de caída e o arrasto de camarão, prevalecem entre os pescadores mais “novos”, que moram predominantemente no bairro do Arroz e tem alguma ligação com a pesca em Santo Antônio. Vale destacar a prática de catar guaiamuns. Muitas pessoas entrevistadas vivem exclusivamente da cata do guaiamum, e para os pescadores essa é também uma forma de complementar a renda da pesca (é muito comum vermos na frente das casas placas com a informação “vende-se guaiamum” em ambos os distritos). Em Barra de São João há ainda um pescador artesanal registrado no Ministério da Pesca que vive da cata de ostras, sendo um dos poucos que tem o registro regularizado no município.

Em Santo Antônio vigoram as pescarias de rede de espera¹⁸, seguida da pescaria de arrasto de camarão. Alguns poucos pescam também de linha¹⁹, mas é comum a afirmação de que não são “muito chegados” a esse tipo de pescaria. Em menor escala, utilizam tarrafa e espinhel²⁰. As três últimas artes de pesca são utilizadas por eles de forma alternativa, especialmente linha e tarrafa. Quando o “mar está muito quebrado”, o que dificulta a saída “mais pra fora”, ou seja, em alto-mar, essas formas alternativas são utilizadas.

Os barcos destes pescadores possuem motores mais potentes e são maiores, com comprimentos que variam de oito até quinze metros em média, o que caracteriza a pesca

¹⁸ Consiste em estender a rede em determinado ponto pesqueiro no final da tarde e recolhe-se de manhã bem cedo. Em Pontal de Santo Antônio os pescadores costumam sair por volta das 15 horas. Navegam por volta de uma hora e meia ao destino, “largam a rede” e retornam ao Pontal às 18 horas. No dia seguinte, saem às 4 horas da manhã para o mar, navegam, recolhem a rede e desembarcam com o pescado às 9 horas da manhã na praia.

¹⁹ Linha = todas as pescarias com linhas de fundo ou de superfície, com comprimento variável em função da profundidade e das espécies a serem capturadas. O nylon utilizado é do tipo monofilamento, com espessura variando de 0,3 mm. a 2 mm., possuindo um ou mais anzóis na extremidade da linha. Engloba os petrechos conhecidos como linha de curso, linha-de-mão, linha-de-fundo, linha-de-superfície etc. (JABLONSKI, 2004, *apud* BRONZ, 2005, p. 135).

²⁰ Tarrafa = é uma rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha; Espinhel = pescaria que consiste na utilização da várias linhas com anzol, amarradas, espaçadamente, por distorcedores e uma linha mestra, na qual, horizontalmente esticada, fixam-se duas boias nas extremidades ou, na vertical, com uma boia e uma chumbada, em uma das extremidades (*ibidem*).

feita por eles: é uma pesca predominantemente realizada em águas oceânicas. Já os pescadores de Barra, que fazem as pescarias de linha (especialmente corrico)²¹, mergulho e cata de ostras, utilizam embarcações menores, de até cinco metros, e motores menos potentes, já que não há a necessidade de “sair muito pra fora”, restringindo sua atividade às águas do rio São João.

É curioso notar o desprestígio da modalidade de pesca de linha entre os pescadores do Pontal de Santo Antônio. Poucos admitiram realizar esse tipo de pesca, e todos que o fizeram foram assertivos em afirmar que só praticam quando não há alternativa. Este foi um dos fatos que ao longo da pesquisa corroborou para o entendimento da frase comumente enunciada pelos meus interlocutores moradores de pontal de Santo Antônio: “não há pescador em Barra”, visto que nessa localidade é praticada pesca de linha. Era comum eles rirem, tratarem de forma jocosa essa minha não concordância com eles. Mesmo quando citava “e o Seu Guinho (considerado tradicional em Barra de São João)? Ele não é pescador?” eles diziam que não, não era porque ele só pescava no rio. Muitos acreditam que “isso não é pescaria. Pescador é aquele que vai para o mar, que pesca de rede.” Para eles o mergulho também não se caracteriza como pescaria, “é caça”. E foi então que pude perceber porque só os pescadores do Arroz, “que na verdade são daqui, não de lá”, são de fato considerados pescadores, e que “de Barra mesmo não existe nenhum”.

Pode ser apontado como um dos aspectos subentendidos no discurso de tentativa de desqualificação da pesca artesanal de linha frente à de rede a relação destas modalidades com o risco. Como afirma José Colaço em sua tese,

A vida de pescador artesanal é, portanto, considerada por eles como dura e perigosa. O perigo é uma condição inerente ao ofício. É percebida como perigosa, porque, em sua prática cotidiana, os pescadores são submetidos a um leque de situações nas quais o dualismo entre a vida e a morte torna-se aparente. Muitas coisas podem acometer pescadores no desempenho de suas atividades haliêuticas. Por mais que existam vicissitudes nas técnicas pesqueiras ou na constituição do ecossistema lacustre, ao longo do tempo, **ser pescador artesanal significa conviver com esta condição** (COLAÇO, 2012, p. 300. Grifos meus.).

Sendo assim, o pescador de Barra de São João, com sua pesca restrita à região do rio, enfrenta menos riscos que aqueles que vão para alto-mar em busca do seu sustento.

²¹ Corrico = pescaria de anzol que consiste em lançar a linha enquanto a embarcação desliza pelas águas, fazendo os peixes saltarem atrás da isca que, em função da velocidade de deslocamento, permanece à superfície (*ibidem*).

Expostos a menores perigos, aqueles que pescam no rio não convivem permanentemente com as condições inerentes à própria atividade da pesca artesanal profissional que a maioria dos pescadores do Pontal entende como rotineiras.

Por se tratar de uma pescaria “maior”, muitos ainda conseguem sobreviver exclusivamente da pesca em Pontal de Santo Antônio. Isso garante a eles um orgulho e um prestígio dentro do grupo, principalmente quando comparam a si próprios com os pescadores de Barra de São João. Há muitas décadas estes últimos sofrem com a poluição do rio São João, além da pesca predatória e desordenada, o assoreamento e muitos outros problemas ‘ambientais’²², que, segundo o depoimento da maioria dos pescadores, trouxeram como consequência a diminuição drástica da disponibilidade de recursos pesqueiros em suas águas.

Desta forma, muitos deles não conseguiram sobreviver exclusivamente dessa atividade, buscando fontes alternativas de renda, especialmente na Prefeitura²³ e construção civil, ou mesmo abandonando em definitivo a pesca. Como estamos falando de décadas, não de anos, esta tradição de Barra de São João foi sendo perdida. Hoje quase todos os filhos e netos de pescadores da cidade não se envolvem mais com a atividade da pesca, o que é explicado por eles como consequência da grande dificuldade e a quase inviabilidade de algumas pescarias tradicionais dentro do rio, o que causa um desinteresse por parte dos mais jovens. Desta forma, como muitos dos pescadores de Barra pescam ou por lazer ou para complementar a renda de seus trabalhos formais, em Pontal de Santo Antônio eles não podem mais ser vistos e enquadrados na sua concepção de pescador. Todos eles “já foram um dia, mas não são mais porque não são como a gente”.

O aspecto do “tamanho” da pescaria surgiu em uma conversa com Seu João de Madalena. Questionado sobre o porquê dos pescadores tradicionais de Barra estarem desaparecendo, alegou que

²² Destaco como problema a invasão de peixes no rio de espécies exóticas, tais como bagre africano e tilápia, vindos de criadouros de peixe localizados nas fazendas ao longo das margens do rio, subindo em direção à Casimiro de Abreu. Estas espécies são predadoras de outras locais e já são apontados por alguns pescadores como grande causa do desaparecimento de algumas delas.

²³ A Prefeitura exerce papel importante neste quesito em ambas as localidades. É prática comum, já há algumas décadas, pescadores serem empregados da prefeitura. Antigamente, por falta de informação, muitos deles conseguiam um trabalho pra complementar a renda e hoje, ao tentar se aposentar pela Previdência Social como segurados especiais, descobrem que não tem direito ao benefício já que uma das condições é que tenha contribuído exclusivamente como pescador por todo o período.

O camarada aí, aquelas pessoas, eles saíam de manhã. Quando chegava 9 horas da manhã eles vinham pra cá e ficavam batendo perna por aí. Nunca quiseram enfrentar uma pescaria bastante, uma pescaria mais sofrida, com mais tempo (...). Então eles ficavam limitado de pegar só aquela quantidade por baixo, pra necessidade deles. E nós na nossa pesca não pensávamos assim. Na nossa a gente sempre pensou “se eu puder eu pego 20. Se eu puder pegar 40, eu pego 40”. Sempre foi assim. Por isso que hoje nós temos nossas coisinhas, graças a Deus. (...) Temos moto, carro. Temos tudo isso porque a gente batalhou, a gente quis mais, se esforçou. Você já imaginou um camarada que nem eu, magrelo, começar a pescar às 4 horas da tarde e chegar às 5 da manhã em casa? É muito querer trabalhar, não é? Quer dizer, diferente de ir ali, pegar um canicinho, jogar, matar 10 quilinhos, botar dentro do meu cesto e ir embora pra casa. É diferente. Então o nosso trabalho é pensando em ganhar mais (Seu João de Madalena, pescador de Pontal de Santo Antônio).

Ainda perguntado sobre o que é ser pescador artesanal, Seu João apontou os saberes sobre artes de pesca variadas como a principal característica que diferencia um pescador artesanal de um industrial, por exemplo.

Nós aqui na nossa região nós temos 32 modalidades. Nós como pescador artesanal nós temos escolha do que é que queremos pescar. Como pesca de puçá, pesca de espinhel, tarrafa, zangareio pra lula, linha pro baiacu, pro pargo... são 32 modalidades que temos na nossa região. Então na pesca artesanal nós temos alternativa. Olha, essa não tá dando nada, não, vamos partir pra outra. E mar a fora [se referindo à pesca industrial] não, é só aquilo ali.

Junto a isso, temos o fator “tamanho da pescaria” praticada por um sujeito, que pode estar diretamente ligada a sua ambição enquanto profissional. Aponta-se, assim, quem pode ser considerado profissional artesanal ou não. Pescar de linha significa “matar” menos peixes e, conseqüentemente, ganhar menos. Se frente a isso o pescador não busca alternativas ou uma pesca “mais sofrida”, este não pode sobreviver única e exclusivamente da sua atividade pesqueira.

Entre os mais jovens, os dados demonstram que há desinteresse pela pesca dentro do rio. Este aspecto foi notado na observação e citada nas diversas entrevistas com pescadores de faixa etária entre os 15 e 35 anos. Diferentemente destes, alguns dos pescadores mais velhos consideram prazeroso pescar no rio, ainda que não o façam com muita frequência. Notamos que houve uma mudança na percepção dos pescadores do 2º Distrito sobre a prática da pesca no rio São João ao longo dos anos.

G: Porque eles [os pescadores mais novos] não gostam [de pescar no rio]?

J: Um fator principalmente é o mosquito e o maruí, que dá muito. O segundo fator: a maré grande. Você coloca e dá lixo na rede. Aí arrebenta a rede, perde a rede e coisa e tal. E uma pescaria pra pessoa ficar lá eles não querem, a mocidade não quer. A mocidade quer tá aqui... Vai ficar fazendo o que no meio do mato? Acampar no meio do mato? Eles querem tá por aqui zoando, como eles dizem, né? Mas nós mais velho gosta de ficar lá, ir num dia e voltar no outro. A gente gostava de subir o rio e ficar lá. Eles não gostam. Eles querem ficar aqui o tempo todo jogando bola, passeando... (Risos) Quando a gente chamava, chama um jovem pra ir eles riem da nossa cara. “Pô, coroa, vou lá comer mosquito por um acaso?”. É isso aí. Ele não quer, não. Já nós mais velhos, nós coroa, a gente encara tudo. Eu encarava isso desde quando era jovem. Eu vim morar aqui com 20 anos. (Seu João de Madalena).

Outro aspecto é o fato da visão sobre a pesca de linha estar muito ligada à pesca esportiva ou amadora. Com isso, um pescador que diz praticar apenas esta modalidade não é visto como “artesanal profissional”. É difícil desvincular o amadorismo predominante dos praticantes desta modalidade de pesca para os pescadores de Pontal de Santo Antônio. Em um diálogo sobre a modalidade de arrasto de praia, surgiu uma evidência desse discurso:

Uma vez ou outra, no verão, sair de madrugada, com o mar bem calminho, fazem a pescaria [de arrasto] de manhã e vão embora. **Porque aí tem seu doutor que tá com o canicinho dele lá e não quer... tem seu advogado (...) que também acha ruim.** Os grandes nos incomodando.

(...) Olha, eu não vou menosprezar o caniço. Mas o caniço, uma varinha custa uns 15 reais. Seu material fica por 50 reais. Uma canoinha custa 500, 600 reais. O nosso barquinho é de 20 mil pra cima e nossas redes ficam um dinheirão. Então quando a gente pode apanhar 800 quilos de robalo vocês só podem pegar um de cada vez. Então vocês ficam com bronca da gente. **Só que quando você vai olhar a situação o pescador que tá pescando assim não vive daquilo** (Seu João de Madalena. Grifos meus).

Segundo outro pescador, chamado Leonardo²⁴, a pesca de arrasto de praia já foi mais praticada pelos pescadores de Santo Antônio, principalmente para a pesca do robalo. O local onde costumavam fazer esse tipo de pesca era o “praião de Barra”, portanto dentro de Barra de São João e fora dos limites do 2º Distrito. Por ser uma pesca tradicional em Atafona, lugar de origem de seus familiares, eles tentaram reproduzir esta tradição no local, mas sem sucesso. A justificativa é a forte fiscalização em Barra de São João, no seu

²⁴ Filho de um dos primeiros pescadores da região (sobrinho de Seu João). Vai ser candidato a vereador em 2012.

entender, feita pra beneficiar os “poderosos de Barra”, que praticam pesca amadora e, supostamente, o arrasto atrapalharia essa atividade.

Tanto Leonardo quanto Seu João mencionaram casos de apreensão de material e até mesmo a prisão de um pescador que praticava a pesca de arrasto de praia. Durante conversa informal, o pescador confirmou a história, dizendo inclusive que não sabe até hoje sob qual alegação foi preso. Ele argumenta que usava na época rede de malha de 160 mm, que segundo ele é permitida, pois os peixes pequenos “passam direto”. Além disso, ele disse estar, na ocasião, a uma distância de 1000 metros da “boca da Barra” e que a proibição abrange a área de até 500 metros²⁵. Também afirmou que quem o prendeu foi o “pessoal de Casimiro” e que, na ocasião, uma funcionária do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) intercedeu e só então ele conseguiu ser solto, porém sem nunca ter recebido de volta o material. O pai desse pescador, dono de uma peixaria, disse que tem um processo correndo na justiça sobre o episódio, mas eles não sabem se há ou não uma definição sobre o mesmo.

Perguntei ao Seu João se antigamente, antes de ter a fiscalização, eles realizavam a pesca de arrasto. Ele disse que sim, que há muitos anos atrás ele inclusive foi mestre de uma dessas pescarias, mas que desistiu. Justificou dizendo que não é uma pescaria que vale a pena em Santo Antônio, porque o material é muito caro e a quantidade necessária de pessoas pra realizar a pescaria é maior, e lá ele sentiu certa dificuldade de unir as pessoas com frequência para realizar o arrasto, o que era trabalhoso e até mesmo impossibilitava a pesca. Porém ele destaca que o maior impedimento é mesmo o da fiscalização.

G.: E arrasto de praia?

J.: Não, a gente já fizemos muito, mas devido a proibição deles a gente resolveu...

G.: Se não tivesse proibição ia ter?

J.: É, continuava porque é só de peixe grande, só do robalo. Aí o camarada fez uma pesca de 800 kg, um arrasto que deu ali, o pessoal chamou o IBAMA. Uma doutora viu o peixe no frigorífico e ficou indignada.

²⁵ Na verdade consta na portaria do IBAMA nº 82 de 16 de dezembro de 2003 que está proibida a pesca na bacia hidrográfica do rio São João “a menos de 200 metros a montante e a jusante de (...) confluências e desembocaduras de rios e lagoas”.

Em Barra de São João, pescadores já haviam mencionado a prática da pesca de arrasto de robalo feita no Pontal.

Leno: A rede pra apanhar o robalo tem que ser boa e forte, própria, e o robalo dá muito azar pra passar onde tá a rede. O arrastão é diferente. Na época que eles vêm desovar no rio, vem costeando, é onde eles arrastam e pegam tudo ovado. E cadê os homem pra proibir? Quando mostra a malha pros homem da lei, os boneco que não entende nada, a malha tá assim grandona, mas eles não sabem que quando eles puxam, quando tá forçando, a malha fecha com o peso do barco. A malha em cima do barco, parada, ela é grandona.

Gelton: O cara pegou 92 robalo no cerco. Eles alegam que é pesca artesanal, mas eles pegam os peixe quando tão subindo pra desovar!

Como vimos, os pescadores de Barra disseram que “era um crime”, pois, diferentemente dos depoimentos dos pescadores de Pontal de Santo Antônio acima citados, eles os viram colocando a rede de arrasto bem na entrada da “boca da Barra”, ou seja, na entrada da foz do rio, exatamente na época em que os robalos migram do mar e sobem o rio para se reproduzirem. Assim, é capturada uma quantidade grande de peixes, muitas vezes “ovados”, causa apontada pelos pescadores do rio para a falta do peixe durante um longo período de tempo, uma vez que seu ciclo reprodutivo fora supostamente prejudicado.

Perguntado se o arrasto é prejudicial e se diminui os peixes, Seu João de Madalena respondeu que não é se for feita da forma certa. Lá em sua terra natal sempre foi feito o arrasto, é uma tradição, e nunca prejudicou a quantidade de recursos pesqueiros. Disse que é prejudicial se fizer de forma criminosa, com a malha da rede menor. Ainda enfatizou que criminosa é a pesca de parelha. Segundo Seu João, esta é que deveria ter uma fiscalização mais forte e eficiente, não a que eles praticam.

As pescas de parelha (ou parejas) são realizadas por grandes barcos da pesca empresarial, que estão cada vez mais próximos da costa, onde é área tipicamente utilizada pela pesca artesanal. Estas pescas consistem em dois grandes barcos que arrastam, desde o fundo até a superfície, uma rede de grandes dimensões que, ao ser puxada, leva qualquer espécie que esteja pela frente. Devido a isso, há um grande descarte e prejuízo aos recursos marinhos e, conseqüentemente, aos pescadores menores.

Há outro fator que acentuou este conflito entre as pescarias de rede e de linha dentro das águas do rio. Há a portaria do IBAMA²⁶ que proíbe a pesca com petrechos como redes, tarrafas e espinhéis. São admitidas apenas as linhas de mão, caniço simples, caniço com molinete ou carretilha. Quando perguntados de o porquê da proibição, os pescadores de Santo Antônio afirmam que são “os poderosos de Barra” os responsáveis, por não gostarem deles e de sua pesca de rede, pois esta atrapalharia seus interesses não só pessoais, mas também os da pesca esportiva voltada para o turismo. Desta forma, o pescador de Santo Antônio se sente injustiçado e prejudicado, já que quando o mar “tá quebrado” ele não tem a alternativa de “dar um lance dentro do rio”, ficando muitas vezes sem ter seu sustento por um longo período de tempo, especialmente durante o inverno, época em que as condições climáticas são menos favoráveis para a pescaria em alto-mar na região. Essa acusação aos “poderosos de Barra” e a questão da proibição podem ser melhor entendidos quando falarmos do contexto político em que foi criada a portaria, presente no Capítulo 3 desta dissertação.

3.2. A pesca da Praia Rasa

Próximo dali, na praia Rasa, no município de Armação dos Búzios, temos uma diferente configuração com relação à pesca.

A praia da Rasa fica localizada no bairro de mesmo nome. É uma localidade conhecida por ser o mais populoso do município. É periférico, e por isso não recebeu um tratamento urbanístico tal qual vemos nas regiões mais centrais de Búzios. Sua ocupação se deu de forma mais desordenada e, apesar de populoso, há algumas áreas não exploradas pelo mercado imobiliário, o que indica que há ainda potencial de crescimento para esta região.

Sua população é em sua maioria descendente de escravos quilombolas²⁷, fato que o faz conhecido por ser o “bairro negro” de Búzios. Os quilombolas são o grupo majoritário dentre os pescadores artesanais da praia Rasa – segundo as entrevistas, a proporção gira em torno de 90%.

²⁶ A mesma já citada na nota anterior.

²⁷ Esta definição parte da inclusão do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Provisórias (ADCT) da Constituição Brasileira de 1988, que prevê os direitos territoriais das denominadas comunidades remanescentes de quilombo.

As particularidades da pescaria praticada ali remetem diretamente a esta origem. Os pescadores utilizam canoas pequenas, todas a remo. Devido a essa característica, suas áreas de pescaria são bastante restritas.



Figura 8. Barcos a remo na praia Rasa – Búzios/RJ. Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

A arte utilizada pelos quilombolas é a pesca de linha no mar e a principal e mais valorizada pescaria é a da “pescada amarela”, que se apresenta somente naquele pedaço da praia Rasa e que também é muito visada pelos pescadores de fora. Assim, muitos pescadores de Pontal de Santo Antônio (e de outros lugares próximos) costumam “arrastar rede” na área da pescada amarela (em um pesqueiro conhecido como “buraca”), gerando um conflito com os pescadores locais quilombolas. Estes alegam que as redes “acabam com o fundo”, prejudicando sua principal fonte pesqueira. Desse modo, a estratégia adotada pelos quilombolas para evitar o arrasto foi a colocação de manilhas no fundo do mar com o objetivo de rasgar as redes, além do embate direto com xingamentos e ameaças de cortar as redes direcionadas àqueles que não respeitam suas regras locais. Contudo não houve relatos de agressões físicas dentre os pescadores.

E a preservação é fundamental porque a rede de duas pontas, a chamada *pareja*, ela está acabando com o nosso fundo, o nosso pescado, que daqui a mais 3, 4 anos não vai mais existir nenhum tipo de peixe se não houver uma preservação (...) Então a gente tem que trabalhar muito nesse sentido (Valmir – pescador quilombola da praia Rasa).

Com tal estratégia, podemos notar como na Rasa se constituiu um quadro também identificado por Pessanha (2003) em sua etnografia sobre Itaipu, Niterói. Em certo momento, a autora afirma que

sobre o mar indivisível para aqueles que são cidadãos do estado brasileiro, superpõem-se, portanto, uma repartição social do espaço, e os pescadores tomam posse, em grupos definidos, de parcelas do mar e das lagoas, que a tradição incorporou como deles. A posse da praia e/ou da lagoa incide sobre um bem que aparece como comum a todos os membros do grupo, e sua utilização é, para eles, os nativos que mantêm sua posse, potencialmente livre, assim como para “os outros”, os “de fora”, é proibida, interdita (PESSANHA, 2003, p. 76).

Sobre as disputas diretas que vemos na Rasa com relação à gestão do seu espaço costeiro, para complementar a ideia contida na afirmativa de Pessanha, podemos dizer que esta é uma característica inerente à própria atividade da pesca, já que os diferentes grupos necessitam se apropriar dos recursos cada vez mais escassos,

(...) disponíveis num território cujas regras são estabelecidas localmente, e muitas das vezes apropriadas particularizadamente. É de se notar que brigas, insultos fazem parte da atividade na medida em que os modelos locais de administração de conflitos são estabelecidos por estes mecanismos. Como dizia um experiente pescador de Itaipu, “romper um trato de cavalheiros (referindo-se ao direito à vez) implicava em *tomar porrada*”. O fato é que estas brigas e insultos, ocasionadas em grande parte por disputas na pesca, levam à constituição de grupos antagônicos, possibilitando por vezes ações associativas em pequenos grupos, por interesses circunstanciais, mas dificilmente em ações associativas que atinjam a comunidade local em geral (KANT DE LIMA, *et al*, 2007, p. 12).

Como o Quilombo da Rasa ainda se encontra em processo de titulação, um fato que os isola das demandas dos pescadores das localidades do entorno é a questão da luta pelo reconhecimento de sua própria identidade. Há uma forte reivindicação vinculada à identidade quilombola, que não está necessariamente ligada à pesca. Ela está muito mais ligada a disputas fundiárias em terra do que em mar.

A ênfase na questão da proteção do ambiente marinho da região da Rasa em Búzios não é direcionada necessariamente à questão da pesca, já que, para esta, existem estratégias

locais de proteção, tais como a colocação das manilhas. O discurso ambiental prevalece como necessário para o resguardo de locais da praia importantes culturalmente, tais como o “Mangue de Pedra”, que, segundo Valmir, só existe em três locais no mundo. Trata-se de um mangue que se mantém na beira da praia, em água salobra, caso raro em um ecossistema como esse. Além da sua importância em termos biológicos, há o fato pescadores do quilombo utilizarem o local para realizar a pesca de “facho”, cuja técnica foi herdada dos escravos. Consiste em um bambu com saco de lona na ponta, aceso à noite, e é um costume que os quilombolas se preocupam em manter.



Figura 9. Parte do Mangue de Pedra, na Rasa, em Búzios. Foto: Julio Cesar Cruz.

Outro problema identificado por Valmir é a abundante presença de tartarugas marinhas na região e a constante preocupação com as mesmas, pois ficam presas às redes de espera. A preservação das tartarugas foi constante na entrevista realizada, sendo mais

um elemento do discurso da preservação ‘ambiental’ que reforça uma acentuada preocupação com o ‘meio ambiente’ e não com a pesca propriamente dita.

Recentemente, houve um episódio polêmico envolvendo essa região. No dia 23 de janeiro de 2012 foi divulgada reportagem em um jornal de grande circulação nacional em que era noticiada que a prefeitura do município concedeu licença para a construção de um condomínio em terreno próximo ao Mangue de Pedra. Segundo a própria reportagem, caso fosse de fato construído um condomínio nas proporções previstas pelo projeto, as chances do Mangue de Pedra resistir ao impacto seriam pequenas. Após a reportagem e a repercussão causada, o Ministério Público estadual investigou o caso. Em maio, através de liminar, a obra foi suspensa após medida cautelar proposta pelo promotor do MP²⁸. Devido à polêmica, cresceu a mobilização pela preservação ambiental do Mangue, causa há muito já reivindicada pelas lideranças do Quilombo da Rasa.

O Mangue de Pedra para gente é essencial. A gente quer que o governo olhe com mais carinho para ele. É o segundo manguezal em mar aberto no mundo. (...) E a gente consegue manter aos poucos essa tradição que aqui se fazia a pesca de facho que é uma pesca oriunda dos afro-descendentes há mais de 150 anos. E a gente então preserva. Fazemos a pesca de facho como fazemos a pesca artesanal, que é no mar. E a gente mantém a tradição. A gente queria que o ministério da pesca olhasse mais para isso aqui (...). Vocês estão vendo muitos plásticos, então isso está exatamente acabando com nosso manguezal. E a gente percebe isso com muito carinho. É um lugar das pessoas passearem, é um lugar de estudo porque quem desbravou isso foram os afro-descendentes que veio de Angola (...) e a gente preserva toda essa história, toda essa cultura. Vamos buscar apoio (...) para poder implantar esse projeto que é de suma importância para nossa sobrevivência, para o nosso povo (Valmir – 2011).

Desdobramento da manifestação de moradores, incluindo os quilombolas, com o apoio de ambientalistas, cientistas de universidades tais como UFRJ e UFF e políticos, em 30 de maio foi criado projeto de lei (Nº 1.625/2012) que tramita na ALERJ para a criação do Parque Estadual do Mangue de Pedra. Segundo texto da justificativa do Projeto de Lei,

A presente proposição tem o objetivo de criar uma unidade inter-municipal de conservação da natureza, com limites entre os municípios de Armação de Búzios e de Cabo Frio. A área a ser protegida tem importância geológica, ambiental e cultural, com a presença do raro ecossistema do Mangue de Pedra e seu contexto geológico (Falha do Pai Vitório e Ilha Feia), sendo um dos três únicos mangues de pedra do planeta (...).

²⁸ Reportagem disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/justica-suspende-obra-de-condominio-em-buzios-5051181>. Acessado em 30 de agosto de 2012.

Além disso, a criação do Parque Estadual objetiva o reconhecimento de direitos da população tradicional formada pelos quilombolas da Praia Rasa e de pescadores artesanais. Naquela região, ocorreu, no passado, a chegada de escravos vindos da África.

Portanto, em última análise, teremos, com a aprovação deste projeto de lei, o fortalecimento da vocação econômica da região para o ecoturismo e proteção do Mangue de Pedra do assédio da especulação imobiliária (Projeto de Lei nº 1.625/2012 – Grifos meus).²⁹

Conforme vimos até aqui, Barra de São João, Pontal de Santo Antônio e Praia Rasa apresentam distintas configurações da atividade pesqueira. Um aspecto que merece destaque é o fato de cada vez mais os pescadores de Pontal de Santo Antônio necessitarem ir “pra fora” para ter sucesso na pescaria, suscitando conflitos com muitos outros tipos de pesca. Eles competem com pescadores de alto mar, com grandes barcos empresariais, com as plataformas de petróleo, enfim, eles estão em uma área que “é de todos”, “sem regras”. Desta forma, em Santo Antônio os pescadores se confrontam não só com este fator, mas também, como vimos anteriormente, com as restrições locais impostas por estratégias adotadas tanto na Praia Rasa (com a colocação das manilhas no fundo) quanto em Barra de São João (proibição da pesca de rede no rio e no “praião”), que mantém muito claras as fronteiras entre seu local de pescaria relacionada com o tipo de pesca praticada: a pesca de beira, no caso da Rasa, e a pesca dentro do rio, no caso de Barra. Já em Santo Antônio os pescadores não têm uma pescaria definida, um local que seja “só deles”. Não há esse vínculo forte entre a pescaria e o seu local pelo fato de pescarem em áreas muito abrangentes, oceânicas. As ameaças das paelhas de fora da cidade não são combatidas com estratégias locais. A única solução vista por estes pescadores para que possam combater a “injustiça” da pesca industrial frente a sua prática artesanal sempre remete ao poder público. A fiscalização e a restrição deverá “vir de cima” e só assim eles poderão resistir ao processo que cada vez mais impede sua reprodução cultural e econômica.

²⁹ Pode ser consultado na íntegra no site <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/37834160/doi-erj-poder-legislativo-13-06-2012-pg-3>. Acesso: 30 de agosto de 2012.

4. A venda dos recursos pesqueiros

A venda dos recursos pesqueiros se concentra principalmente na praia do Pontal de Santo Antônio. Isso vale para pescadores de ambos os distritos³⁰. Contudo, o tipo de pescaria praticada e até mesmo a época do ano ou o dia da semana podem influenciar no local da venda do produto.

Às sextas, sábados e domingos, durante a manhã (de 9 horas ao meio dia), é intenso o movimento na praia do Pontal de Santo Antônio. Principal local de desembarque pesqueiro, é ali que a maioria dos pescadores realiza a venda do peixe diretamente para o turista e para o morador das redondezas. Desta forma, são nesses dias que há o encontro dos diversos atores envolvidos diretamente na cadeia produtiva da pesca – pescadores, atravessadores, beneficiadores de pescado – e os indiretamente ligados, como seus familiares, os comerciantes dos quiosques, ambulantes, dentre outros.

Marco da ocupação da região pelos pescadores, a praia do Pontal é onde as embarcações ficam paradas durante toda a semana. Na beira do rio é realizada não só a venda do peixe e as negociações do produto da pescaria, mas também a manutenção dos barcos, o conserto de redes, o encontro diário nos quiosques da praia, os churrascos semanais, todas as segundas, e também onde se reúnem os membros da Colônia, embaixo de uma amendoeira, ao ar livre, já que esta não possui uma sede oficial atualmente. Enfim, é na praia que encontramos o local de maior relevância para os pescadores, não só nos aspectos econômicos, mas também como espaço de sociabilidade.

Em sua entrevista, o pescador Leonardo disse que não costuma vender na praia e me explicou que a pescaria dele não serve pra ser vendida ali no Pontal. As espécies de peixe que ele costuma matar (cação e robalo) possuem valor mais elevado, e quem costuma comprar na praia não paga um bom preço. Normalmente é aquele turista ou morador que quer comprar peixe barato e não se importa com a qualidade. Por isso, segundo Leonardo, eles não querem pagar o quanto o peixe vale. Ele costuma vender esse tipo de peixe apenas para peixarias. “Pra quem pesca peixe pequeno e de valor reduzido é melhor vender na praia mesmo, porque é onde tem mercado pra eles, onde alguém paga alguma coisa” disse o pescador em uma entrevista. Segundo sua explicação, a peixaria não

³⁰ A praia Rasa não está incluída, pois normalmente os pescadores vendem o (cada vez mais raro) excedente para peixarias.

paga por espécies que não têm bom valor comercial, então para quem pesca apenas essas espécies não valeria a pena vender o produto nesses estabelecimentos.



Figura 10. Venda de peixes no Pontal de Santo Antônio. Pescadores se organizam em frente aos seus respectivos barcos e expõem o produto da pescaria do dia. Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

Conseqüentemente, encontrei com pescadores que diziam que durante os dias de semana vendem o pescado para peixarias, devido ao esvaziamento do movimento da praia, que é frequentada nesses dias apenas pelos moradores locais e pescadores. Nos finais de semana esse mesmo pescador vende exclusivamente na praia, apenas repassando para a peixaria o excedente de uma ocasional pescaria bem sucedida.

Não presenciei conflitos gerados em função da dinâmica da venda no que diz respeito à presença de pescadores ou vendedores de fora da região. Meus interlocutores dizem em seus depoimentos que qualquer pescador de fora da cidade pode encostar o barco na localidade e que isto é conhecido por todos que passam por ali. Entretanto, observei que não é tão comum a presença de barcos estranhos, de fora da localidade, nos finais de semana de venda. Foi relatado um episódio a respeito de atravessadores de Macaé que certa ocasião tentaram vender camarão no mercado informal de Pontal de Santo

Antônio. Esse pescador disse que os vendedores chegaram, sem conhecer ninguém, e venderam o camarão a preços muito inferiores aos dos pescadores de Tamoios, que saíram no prejuízo. O camarão em Macaé é mais abundante e, por isso, esses atravessadores lucrariam mais vendendo na praia do Pontal, onde conseguiriam lucrar mais do que se vendessem em Macaé e ainda concorreriam com preços abaixo dos praticados normalmente no 2º Distrito. Sentindo-se prejudicados, o grupo de pescadores de camarão “se juntou” e conseguiu impedir que os mesmos vendessem o camarão na praia. Contudo, o meu interlocutor destacou que a venda de peixes por pessoas de fora, principalmente de Macaé, é feita na praia com frequência, mas justifica dizendo que “o pessoal da rede não se mobilizou como nós do camarão”. Ainda segundo ele, esses vendedores de fora vendem peixes menos frescos (“até peixe podre”), mas com preços muito abaixo dos praticados por eles, e isto estaria “queimando” a imagem do mercado da praia do Pontal de Santo Antônio como local conhecido pelo peixe de qualidade e com preço justo.



Figura 11. Aglomeração de limpadores de peixes, atravessadores, pescadores e compradores, além dos quiosques da praia do Pontal de Santo Antônio. Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

5. A visão sobre o trabalho da pesca

A pescaria como profissão desperta sentimentos ambíguos, que aparecem nos discursos de forma muito corrente.

Muitos destacam como aspectos positivos o fato da pesca ser “livre”. O pescador muitas vezes é seu próprio patrão. Ele faz seu horário, seus dias de trabalho e depende praticamente de si para trabalhar. Só não depende por completo porque há a influência da natureza, e este é um dos aspectos negativos. O pescador fica à mercê do tempo, dos ventos, do mar, da “sorte”. Mesmo para quem possui um alto grau de conhecimento naturalístico e, de certa forma, “domina” esses aspectos naturais, a pesca é uma atividade imprevisível e inconstante. Mesmo que de certa forma um pescador possa prever se dá para pescar em um determinado período de tempo ou não, os riscos que ele corre no mar são muito grandes, e podem, muitas vezes, pegar o pescador de surpresa no meio do oceano, pondo em risco seu material (barco, redes, etc.) e mesmo sua própria vida.

É que nós precisamos de um barquinho bom, de pelo menos 20 mil reais pra cima, aí vem um gasto danado. A rede não fica barata porque a gente não pesca de 10, 15 redes; precisa de 40, 50, 60 peças de rede e fica caro. É meio pesadinha pra nós.

Para Seu João, o custo da pescaria de rede praticada em Santo Antônio é alto, o que faz com que muitos pescadores questionem a viabilidade de continuar na profissão. O custo médio de um barco e das redes na modalidade de pesca realizada por eles é de 30 mil reais. Um barco avariado, um motor, uma rede rasgada pode significar meses de trabalho para um pescador que encontra pela frente tantas dificuldades como as relatadas até aqui, de acordo com meus interlocutores.

6. As organizações políticas representativas dos pescadores artesanais

Até aqui caracterizei as pescarias e as visões do que é ser pescador principalmente em Barra de São João e em Tamoios. Apesar de utilizarem os mesmos espaços pesqueiros e de fazerem parte da mesma dinâmica econômica da atividade, notamos diferenças estruturais entre as duas comunidades. São a partir dessas diferenças que os pescadores artesanais se percebem como pertencentes a dois lugares distintos e, em certas ocasiões, até mesmo rivais.

Tal conjuntura delineou as formas em que se criaram as diferentes entidades que pretendem representar os pescadores nas duas localidades.

6.1. Em Barra de São João

Há apenas uma entidade que faz o papel de representante dos pescadores no município de Casimiro de Abreu. Este papel foi assumido mesmo sem ter sido o motivo inicial de sua criação.

6.1.1. Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João (ALA)

A Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João (ALA) foi fundada em julho de 2001. A trajetória desta entidade está ligada com a de Luiz Maciel no distrito de Barra de São João. Foi ele quem teve a iniciativa e articulou a fundação da ALA. Apesar de nunca ter coordenado a Associação oficialmente, ele é reconhecidamente sua principal liderança.

Em 1995, Luiz mudou-se de Teresópolis para Barra de São João. Funcionário público aposentado, ele encontrou na cidade um refúgio perto do rio e do mar, um local tranquilo onde poderia exercer novas atividades.

Foi nesse mesmo ano que conheceu Leno, pescador nascido em Barra de São João e que pratica até hoje a atividade nas águas do rio. Foi com ele que Luiz aprendeu a pescar, utilizando as artes de linha, com a técnica do corrico, e mergulho. Depois de um tempo, Luiz começou a conhecer outros pescadores, com quem manteve contato constante através da prática regular da atividade. Luiz nunca tinha praticado a pesca e, após esse primeiro contato, se envolveu de forma definitiva com ela. Chegou a ter dois barcos e até mesmo obteve uma renda como pescador artesanal profissional com carteira por um curto período de tempo.

O filho de Luiz, Luisinho, mudou-se junto com o pai e também participava da pesca. Foi ele quem me contou mais detalhadamente sobre esse primeiro contato com os pescadores.

L: Comecei a conhecer a galera por causa de mergulho. A gente ia pra frente desse terreno na casa do lado e ficava mergulhando no rio São João mesmo, aprendendo a matar peixinho

G: Que ano mais ou menos?

L: 95... até 99, que morei aqui na época. Aí assim, muita gente ia pegar ostra no rio São João na época. (...) Muita gente pegava ostra e ia vender em vários lugares, até hoje é assim. Aí a galera começou a fazer tipo uma fazendinha marinha ali em frente do terreno. As sobras de obra, aqueles tijolos maciço, jogava ali com os galhos de pedra em volta, botava umas poita pra amarrar o barco, então começou um cultivo de ostra, pegar ostra...

G: Mas uma coisa informal, não é?

L: Informal, a galera foi fazendo na amizade. E começou a meio que impor um respeito pra outras pessoas não ficarem indo ali e só arrancar ostra sem mais nem menos, e puxar um debate. Nego vinha de tudo quanto é lugar só pra tirar, tirar, tirar... Não debatia a qualidade da ostra, pra onde vendia, como tirava nem nada. E aí a ideia da galera era ir tirando e montar alguma coisa com a ostra, só não sabia muito bem o quê. E aí começou naturalmente a ter um conflito entre a galera dali, que tava em frente ao terreno jogando os tijolos, os galhos, as pedras, pra fazer a fazendinha marinha e tirar ostra e ficar pescando, com a galera de fora que vinha mergulhava ali e arrancar todas as ostras e deixar a gente sem nenhuma ostra. (Luisinho).

Ao terem maior contato com os pescadores, com a pesca e a frequentarem esses locais, pai e filho começaram a se atentar para os problemas enfrentados por quem sobrevivia da atividade. Chamou a atenção dos dois principalmente a maneira como era praticada a extração de ostras no rio, segundo eles de forma predatória. As discussões com pessoas de fora do grupo eram cada vez mais constantes, questionando a forma como estes exploravam o recurso da ostra do rio. Um grupo cada vez maior foi se aproximando de Luiz e de seus amigos pescadores mostrando a preocupação com a forma como isto era feito. Este aspecto foi um dos primeiros motivadores que levou Luiz a pensar a maricultura como uma possível forma alternativa e reguladora da extração das ostras e que, posteriormente, o mobilizou neste sentido.

Daí a gente começou a ver que havia também no rio São João o extrativismo de ostras. E era realmente uma forma muito grotesca de tirar as ostras, cortando de facão os galhos de mangue pra tirar as ostras. Isso preocupou a gente porque a gente já tinha uma visão ambientalista da questão do estuário e a gente procurou saber como era feito isso sem ter que afetar tanto o meio ambiente (Luiz).

A partir desta ideia, Luiz procurou o Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande (IED/BIG), localizado em Angra dos Reis. Ele então se articulou junto à Associação de Pescadores do São João (APSJ), localizada em Tamoios, e foi enviada uma carta solicitando curso de ostreicultura a um biólogo do Instituto especialista no assunto. O convite foi aceito pelo Instituto e o curso foi realizado em Cabo Frio, com a presença de 6 pessoas de Barra de São João, incluindo Luiz, e aproximadamente 12 pessoas do distrito de Tamoios que eram ligadas à Associação. A maioria dessas pessoas era pescadores artesanais que atuavam na foz do rio São João.

Com o curso, os pescadores e Luiz aprimoraram seu conhecimento na forma de utilizar os materiais. Como vimos no depoimento de Luisinho, um grupo já atuava de forma amadora à beira do rio em Barra de São João, e já era improvisada por eles a criação das ostras com o aproveitamento de materiais como garrafas pet, por exemplo. Além disso, o curso proporcionou o acesso a técnicas de cultivo para acelerar a reprodução das espécies e também foram doadas algumas bombonas para a confecção dos flutuadores necessários à criação.

Logo após esse curso, novamente membros da Associação de Pescadores localizada no Segundo Distrito de Cabo Frio (APSJ) e pescadores de Barra de São João participaram de um curso sobre técnicas de mergulho organizado pela FUNDACENTRO³¹, que foi mais um importante passo para o incremento das atividades de aquicultura do grupo atuante em Barra de São João. Estas pessoas começavam a se firmar em volta da atividade, juntando pescadores e não pescadores que tinham vontade de explorar o potencial de ostras do rio lançando mão de novas técnicas.

Após aproximadamente dois anos de atividades informais, surgiu, pelo incentivo de uma palestra do SEBRAE de Casimiro de Abreu, a ideia de abrir uma Associação de Aquicultores. Na mesma época, o então Ministro do Trabalho Francisco Dornelles fez uma visita à cidade, e foi aventada a possibilidade de conseguirem verba através de um projeto de incentivo à criação de ostras. Porém para apresentarem a proposta deveriam estar organizados em uma Associação. Como conta Luiz em uma de suas entrevistas,

³¹ Fundação ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego que realiza cursos e palestras com o objetivo de prevenir acidentes de trabalho. Há, no âmbito fluminense da Fundação, o Projeto Aqua Fórum, que tem por objetivo a saúde e segurança dos trabalhadores nas atividades de pesca e mergulho. Fonte: <http://www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=CTN&C=1073&menuAberto=1> (acessado em 01/08/2012).

A gente viu que o associativismo era o mais simples da gente criar porque o cooperativismo dependia de ter no mínimo 20 pessoas pra gente criar. Então criamos essa Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João. Pra chegar aos estatutos que dessem condição da gente se organizar democraticamente, e ter uma direção que não tenha presidente, e sim só coordenadores, a gente procurou uma outra ajuda, que foi a do Sindicato dos Previdenciários. E aí um advogado cedido pelo sindicato nos orientou como fazer os estatutos que permitisse que a democracia reinasse dentro dessa entidade e que tivesse suas regras garantindo o acesso e a pesca para de fato os pescadores. Pescador e aquicultor que iriam gerir essa entidade. A gente criou a ALA então com essa finalidade. Primeiro a questão ambiental, esse sempre foi o principal ponto de vista aqui da ALA. E o segundo a defender os interesses dos pescadores, aquicultores e ambientalistas afins do rio São João. Esses foram os primeiros passos que a gente deu (Luiz)

Vale destacar aqui a ajuda do Sindicato dos Previdenciários (SINDSPREV/RJ). Luiz fez parte do quadro do sindicato durante muitos anos, sendo um dos seus fundadores, o que possibilitou uma articulação entre a ALA e este Sindicato não só na época da elaboração do estatuto, mas também com apoio em outros projetos da Associação. Um deles foi o ALA Jornal, publicação realizada entre os anos de 2005 e 2007 com o apoio do Sindsprev-Comunitário. Essa divisão do sindicato é responsável por projetos que beneficiem trabalhadores do estado do Rio de Janeiro, filiados ou não a esta instituição, cumprindo uma espécie de função de ‘responsabilidade social’ do Sindicato.

Vemos que através do contato com diversas instituições a ideia do associativismo se fez predominante dentro do grupo. Incentivados por cursos e palestras, esses trabalhadores viram na atividade da aquicultura uma fonte alternativa de renda, com possibilidade de sucesso pelo potencial de recursos que o rio já demonstrava ter.

Logo após sua fundação, em menos de um ano, a ALA conquistou para seus associados verbas do Ministério do Trabalho pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para fomentar a aquicultura nas águas do rio. Tomado esse passo, a verba foi destinada à compra de material.

G: E quem participou da fundação da ALA, você lembra?

L: Dentro dos pescadores tem uns 8 tradicionais que estavam juntos. O resto foi se agregando depois. Porque muita gente ficava em volta. Vinha ajudar, mas não participava muito de reunião, não tinha uma constância. Essa galera é difícil de acreditar nas coisas. Quando pintou esse projeto com a graninha pra eles terem a fazenda marinha deles, pra eles poderem ter material, as bombonas, cabos... Porque na verdade a galera começou a catar pet, eles começaram a organizar o povo pra catar pet. Aí veio 30 mil

de crédito nos lugares por causa do projeto do FAT (...). Veio esse crédito pra comprar parafuso, bombona, cabo, 29 mil só pra usar naquele terreno todo que você vê. E a mão de obra toda foi a nossa galera que fez. 25 famílias mais essa galera flutuante que ficava em volta. Tipo eu, um monte de gente que tava ali ajudando de todas as formas, mas não se agregaram organicamente à ALA. Tem muita gente em volta além das 25 famílias, um monte de gente em volta. Iam trabalhar mesmo, sabe? Porque eles começaram a fazer com bambu, tudo sem dinheiro. Eles, por conta deles, tirando dinheiro do bolso deles, fazendo com bambu e catando pet na rua. E experimentando, fazendo esteiras pro crescimento das ostras e tudo com bambu. E tudo sem dinheiro, aí começaram a vender ostra e tal (Luisinho).

Com essa conquista da verba, houve um incentivo e uma visibilidade ao projeto da ALA e muitas pessoas se associaram, formalmente ou não, aumentando o número de participantes desde a fundação da associação. A Associação cresceu, e se formalizou não só devido a um CNPJ, mas também à verba do FAT, transitando de um trabalho feito artesanalmente a uma criação com materiais mais ‘profissionais’ e modernos.

Começou a vir jornal, os prefeitos da cidade chamando, aquela fazenda bonita, o pessoal passava e via aqueles travesseiro cheio de ostra lindão. Negozinho ficava de cara. E a gente com muita ostra mesmo. Dava ostra pra galera, festival de crustáceo a gente entrava com muita ostra. Brincando mesmo. A gente queria entrar com um selo, a gente não tinha era análise de massa, essas coisas, era o próximo passo da galera esse (Luisinho).

A “análise de massa”, a qual Luisinho se refere, era uma preocupação que norteava o trabalho das lideranças da ALA na época: certificar a qualidade da ostra produzida no rio São João para poder aumentar seu valor no mercado a partir da credibilidade dada por um estudo oficial. Porém esse objetivo não chegou a se concretizar, pois em 2005 houve um incidente de envenenamento nas águas. Até hoje não ficou comprovado pelos órgãos competentes de onde partiu o despejo da substância química – porém a desconfiança dos pescadores e membros da ALA é que tenha vindo de uma grande fazenda próxima à foz, que segundo eles utiliza valas onde são acumulados os dejetos tóxicos oriundos de sua produção. Com esse vazamento, foi destruído o trabalho realizado até então pelas 25 famílias associadas, muitas delas compostas por pescadores artesanais que estavam esperançosos com a renda que poderiam obter pela atividade, já que a pesca no rio tornou-se economicamente inviável.

A ALA infelizmente também nesse momento não tá com sua atuação que teve no passado. Nós, no passado, toda última terça do mês tinha reunião ordinária. E sempre tinha muita gente nas reuniões. Depois que em 2005

veio o primeiro envenenamento e que o pessoal perdeu toda a sua produção, diminuiu a presença nas reuniões. E isso é justificável (...). Quando a gente tava no segundo ano com essas mesas que começou a ter essa produção, a gente tava com ostra quase na época de venda, apareceu o primeiro grande envenenamento, aí matou todas as ostras. Com isso diminuiu o incentivo dos aquicultores porque não se vê nada, trabalha pra ganhar daqui a 7, 8, 9 meses que é o tempo da ostra crescer e tá no ponto de comércio, você perde tudo... Aí cada um arrumou seu jeito. Um voltou pra construção civil, outro pra pesca e tal. E até hoje estão na expectativa de ter uma certeza da questão da qualidade da água pra voltar a produzir.

Esse episódio foi um golpe na mobilização que a associação tinha conquistado até então entre a comunidade pesqueira de Barra de São João.

Aqui nesse período que a gente criou a ALA, que conseguiu o financiamento desse projeto, você via as pessoas, todo sábado e domingo um grupo trabalhando ali, como se fosse uma fábrica que funcionava no fim de semana. Porque as pessoas tinham seus trabalhos no meio da semana e investia o sábado e o domingo lá. Agora outros que tinham meio de semana livre trabalhava também, mas no final de semana era o grosso. Porque tinha organização de fato. Agora perdeu-se aquela quantidade de ostra e perdeu a motivação do pessoal (Luiz).

Como notamos no depoimento de Luiz, a justificativa ambiental sempre esteve presente no discurso das lideranças da ALA. No estatuto que rege essa entidade (ANEXO 1) não poderia ser diferente. Conforme descrito em seu artigo 3º, a Associação tem a natureza de:

Art. 3º – Organizar e conscientizar os pescadores tradicionais, e artesanais, os guias turísticos, os pescadores de mergulho e afins, na tentativa de garantir sustento pesqueiro e por uma melhor qualidade do Meio Ambiente e água de boa qualidade do rio para que os aquicultores possam desenvolver suas atividades.

Porém, a preocupação ambiental tornou-se objeto central das suas ações após o episódio do envenenamento de 2005, já que atividade voltada à prática do cultivo foi esvaziada a partir deste momento. A visão que prioriza o discurso da preservação ambiental tem como princípio que, promovendo projetos como o monitoramento da qualidade das águas, as atividades tanto da aquicultura como da pesca artesanal podem voltar a ser bem sucedidas.

Depois do envenenamento a ALA virou burocrática. Agora é tudo de pé seco, é essa a expressão que conheci dos pescadores quando tive lá visitando o rio São Francisco. Ninguém mais molha o pezinho lá no rio. Isso tem 6 anos já que é assim (Luisinho).

A ALA possui uma forte articulação na região, atuando ativamente nos conselhos municipais de saúde, de meio ambiente, de turismo, além de fazer parte do Consórcio Intermunicipal Lagos São João e do conselho gestor da APA do São João. Esta articulação política, classificada como burocrática na fala acima, é feita principalmente pelas duas pessoas que continuaram ativas mesmo após seu esvaziamento, que são o Luiz e Sival, outro membro que participou da fundação da ALA e que não é pescador. Seu cargo atualmente é o de 1º Secretário.

Uma forma de continuar trabalhando em prol dos objetivos preconizados à época da criação da Associação é através de parcerias com universidades públicas.

E hoje a gente tem um convênio com o IFF [Instituto Federal Fluminense] que tá fazendo o monitoramento das águas aqui do São João. Então pode ser que, se o resultado for satisfatório ou se o problema não for muito difícil pra resolver, a gente volte a produzir. Agora enquanto não tá produzindo o pessoal da direção e alguns filiados tão trabalhando na questão ambiental, né? Agora vamos começar a replantar mangue em alguns lugares... Estar procurando uma forma de conscientizar as pessoas da necessidade de ter fossa filtro sumidouro, pra não mandar contaminação pro rio São João, participando da Rede Solidária da Pesca, que é uma entidade que tem colaborado conosco ligada ao pessoal da UFRJ, temos um trabalho também feito com a UFF e com o CEFET. Enfim, a gente tá com vários trabalhos visando principalmente a questão ambiental. Estamos também fazendo o estudo da vida do robalo, o ciclo da vida do robalo, pra gente saber o tempo de, a época de reprodução, o local e tal pra ver a viabilidade de se criar o robalo em cativeiro ou então pra ter noção pra se criar o defeso desse animal, é um peixe que estão pescando inclusive na época de sua desova, infelizmente (Luiz).

Essa forma de engajamento político perpassa a demanda por uma representação dos pescadores em Barra de São João perante órgãos públicos, em especial o IBAMA, por conta de questões que serão tratadas no próximo capítulo desta dissertação. Este papel acabou sendo o predominante por conta das conjunturas vistas até aqui, porém não era essa a intenção inicial da Associação. Em seu estatuto, podemos ver que há a abertura para esse tipo de atuação:

Art. 4º – A Associação tem por objetivos:

A - Defender os direitos e interesses coletivos e individuais dos aquicultores e afins de Barra de São João e adjacências.

B - Representá-los junto a instituições federais, estaduais e municipais e privadas, sempre que solicitada.

C - Promover a assistência comunitária através de recursos técnicos, financeiros e sociais, visando seu desenvolvimento, **encaminhar reivindicações da comunidade junto a autoridades competentes.**

D - Zelar sempre pela melhora da qualidade de vida do aquicultor, exigindo do poder público seus direitos.

E - Congregar e organizar os esforços dos aquicultores do rio São João no seu desenvolvimento, promovendo seminários, debates e palestras referentes à organização, conscientização e participação, para que possa lutar pela defesa do meio ambiente e recursos naturais.

F - Promover atividades culturais, esportivas e exigir os direitos e interesses dos associados e da comunidade ribeira.

G - Organizar atividades com outras entidades visando melhor qualidade de vida.

H - Firmar convênios de interesses dos aquicultores com órgãos públicos e instituições de ilibada reputação, nacionais e internacionais.

I - Congregar e organizar os aquicultores e afins para garantir atividades pesqueiras e artesanais (ANEXO 1 - Grifos meus).

No entanto, Luiz acredita que uma entidade como a ALA não é um equivalente a uma entidade representativa da classe dos pescadores tal como uma Colônia. Apesar de avocar para si esta função, a ALA não tem uma estrutura e não foi pensada inicialmente para este fim.

A ALA na verdade não veio pra ocupar o espaço de Colônia nem da questão da pesca, até por que se você vê a história da ALA ela começou com a questão da discussão ambiental, da parte do mangue da extração da ostra, e logo depois se organizar em grupo familiar, que é importante ter essa visão, saber que o que a gente queria não era grupo individual, era grupo de famílias. A criação de ostra era um movimento da família, cada família tinha uma mesa, e cada uma cuidava daquela ostra. No início esse era o pensamento, apesar de nos estatutos avançar e incluir a questão do pescador também (Luiz)

Desta forma, eventualmente a ALA cumpre o papel de representante dos pescadores. Porém sua ideia primordial nasceu da defesa do meio ambiente. A defesa dos direitos dos pescadores é ato secundário. A luta principal, a da preservação do 'meio ambiente' é, indiretamente, a luta pela manutenção da forma de sobrevivência do sujeito

que é pescador. Por conta disso, e pela participação de pescadores na sua fundação e na execução das atividades, a ALA também se autoriza a representá-los, já que é a única entidade de Barra de São João mais próxima destes atores.

Embora ela vise cobrir a representação da pesca, a aquicultura se inscreve em uma atividade com outra lógica. Por acaso tem pescadores envolvidos na Associação e foram eles os membros mais ativos e que mais esperaram tirar lucro do projeto de criação de ostras. A lógica que se distingue da pesca artesanal tradicional da região, ou seja, que visa o desenvolvimento da aquicultura nas águas do rio, foi levada a frente com o intuito de “promover uma alternativa para os pescadores que se encontravam afastados da atividade, e também libertá-los da dependência e do sistema perverso das Colônias” (fala de Luiz). Contudo, como vimos, não é obrigatoriamente necessário ser pescador para participar da ALA. Há uma grande abrangência de atores que fazem parte desta Associação por conta da busca interna de um caráter “democrático” para a instituição, em contraste com a visão não democrática de instituições como as Colônias.

De qualquer maneira, por sua consciência, iniciativa política e pela trajetória não só da associação mas também de suas lideranças, esta entidade acabou assumindo esse papel de representante dos pescadores de Barra de São João.

6.2. Em Pontal de Santo Antônio (Tamoios)

Na localidade do segundo distrito de Cabo Frio, temos duas entidades de representação política dos pescadores. Fundadas em momentos e por motivações diversas, veremos como se deu o declínio de uma delas e a oportunidade de aparecimento da outra, que hoje conta com o maior número de associados dentre os pescadores da foz do rio São João.

6.2.1. Associação dos pescadores do rio São João (APSJ)

Como vimos anteriormente, a Associação dos Pescadores do Rio São João (APSJ) teve papel ativo nas primeiras movimentações em prol do projeto de aquicultura que, posteriormente, culminou com a criação da ALA. Contudo, atualmente, esta Associação não está envolvida em nenhuma atividade. Apesar disso, é importante traçar a trajetória de

uma entidade que pretendeu representar os interesses de pescadores da região e que, inclusive, obteve uma sede na beira-rio. A presença dessa construção no local de entrada da praia do Pontal de Santo Antônio, frequentada não só pelos pescadores, mas também outros atores, tais como turistas, traz grande visibilidade e desperta curiosidade pela sua presença, ainda que o prédio não seja utilizado.



Figura 12. Fachada da sede da Associação dos Pescadores do São João (APSJ). Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

O movimento em torno da primeira ideia da criação de uma associação partiu de um grupo de pescadores tradicionais. O levantamento deste histórico foi feito a partir da entrevista com um deles, que terá sua identidade preservada a pedido do entrevistado.

O pescador conta que a ideia surgiu quando “chegou o IBAMA”.

Nós pescávamos aqui abertamente. A gente respeitava aquilo que tinha que ser respeitado, mas pescávamos abertamente. A gente como pescador profissional temos consciência de algumas coisas, que não deve usar uma rede de malha muito fina, muito pequena (...). O pessoal do IBAMA inclusive colocou a gente pra não subir o rio com barco grande...

Sobre a “chegada do IBAMA” o pescador não lembra o motivo exatamente. Inicialmente pensei que poderia ser por conta da implantação da APA do rio São João, porém seu decreto é de 2003. À época de sua implantação, a APSJ já estava estabelecida na região. As datas também não cruzam: o pescador afirma que esse movimento de abertura da Associação aconteceu antes dos anos 2000, mas ele não recorda exatamente a data. Portanto, não pude apurar com precisão as circunstâncias do aumento da fiscalização do IBAMA nessa época, por falta de fontes. O fato é que em determinada época, no final da década de 90, a fiscalização do órgão ficou mais intensa na região do rio São João, com relatos inclusive de apreensão de material de alguns pescadores.

Ao sentirem a necessidade de travar um diálogo com o então recém chegado IBAMA a fim de defender seus interesses, os pescadores, a partir da orientação de um comerciante local, tiveram a iniciativa de abrirem uma nova Associação. Contudo, alguém os alertou que já existia uma Associação de pescadores registrada, com CNPJ, mas que nunca tinha sido aberta de fato.

Quando nós estamos lá conversando, preparando como organizaríamos numa associação alguém do nosso meio disse: olha, já existe uma. Está na mão de Zé Couto. Aí mandamos chamar ele e realmente existia registrada no papel. Então inclusive essa associação de Zé Couto foi feito na época do prefeito Ivo Saldanha [1989-1992]. Então Zé Couto disse: já existe realmente, só falta um lugar. Já tá tudo pronto, com CNPJ, etc. Foi aí que ele ficou como presidente.

Zé Couto e seu irmão, Silvio, são pescadores conhecidos na região por terem se envolvido com a “política”.

A gente deixou na mão dele porque ele e o irmão eram lá em Niterói, em Jurujuba, alguma coisa lá dentro daquela associação e já tinha assim o irmão dele, o Silvio Couto, eles têm assim um vasto conhecimento da área a respeito de associação.

Além de já possuir o registro da Associação, Zé Couto acabou por ser o primeiro presidente por sua reconhecida experiência prévia sobre o funcionamento de uma associação, o que fez a diferença em meio aos outros pescadores que nunca tinham participado de associações como esta.

Com menos de um ano de funcionamento começaram as divergências internas entre os que estavam à frente da APSJ. Por conta disso, ao longo desse período, Zé Couto acabou por assumir por completo sua direção. Seu João de Madalena, por exemplo, em

uma de suas entrevistas já havia comentado rapidamente que foi um dos que se associou no início, mas saiu antes do primeiro ano, quando o prédio construído na beira-rio ainda não tinha sido inaugurado, sem dar maiores explicações das suas motivações para tomar esta decisão.

Outro que testemunhou as atividades da APSJ foi Luiz da ALA que, como vimos anteriormente, tinha um certo diálogo com esta Associação por conta dos cursos de aquicultura promovidos conjuntamente no início dos anos 2000. Em sua fala, surgem algumas possíveis explicações para tais divergências e o posterior enfraquecimento desta instituição.

Pois é. Quando eu comecei a frequentar e a fazer esses dois primeiros cursos era o Zé Couto o presidente. Só que, infelizmente, não posso garantir nada, ele já estava mal com o pessoal que era dono de barcos, donos de peixaria e tal, por ele não tá cumprindo com o compromisso que ele tinha com o pessoal de ajudar a ver essas questões de documentação de barco, a situação individual das pessoas junto à secretaria, e aí a credibilidade foi caindo e tal. Depois ele saiu e aí ele elegeu, deixou no lugar dele o Marquinhos, e aí infelizmente (...) veio diminuindo sua democracia, não tinha mais reuniões, e aí foi caindo. E aí tá aí hoje infelizmente uma associação que tem um espaço físico bom e tá fechada.

Houve relatos de pescadores no que diz respeito ao papel da Associação no repasse do defeso ou do encaminhamento para a aposentadoria. Do ponto de vista dos meus interlocutores, a Associação falhou na função de fazer o trabalho de facilitadora para o acesso a direitos, aspecto considerado essencial pelos pescadores. Podemos apreender, assim como Luiz apontou, que o desprestígio da APSJ pode ter começado nas tentativas frustradas dos pescadores em regularizar sua licença da pesca ou do barco, ou retirar os documentos necessários para a aposentadoria especial, através da Associação.

Seu João de Madalena, ao ser perguntado sobre as diferenças entre uma Associação e uma Colônia, ratificou este ponto de vista.

E isso você sabe que é uma coisa que a gente abre [se referindo a uma associação], se não tiver um bom funcionamento como é que fica? Então, aí no caso essa e outras que tem aí por fora é o contrário de uma Colônia. Na Colônia tem lá seu presidente, seu secretário, seu tesoureiro e as outras pessoas. E lá as pessoas trabalham direitinho. O pescador saía, ia pra lá tirar uma documentação e lá vinha o cara documentado. Lá é tudo certinho. Aqui não, vai entregar quem? Documentar quem? Ficava um negócio difícil. Aí fica isso aí [apontando para o prédio da APSJ], fechado. Esse ano ainda não abriu.

Esses problemas enfrentados para a retirada dos comprovantes necessários fez com que se espalhasse uma imagem negativa da Associação frente às facilidades vistas nas Colônias, até porque na época as exigências do governo iam em direção de uma legitimidade das Colônias como entidades representativas dos pescadores, e o contrário acontecia com as Associações.

Pra começar a diferença é que o poder da Colônia de documentação é muito diferente da Associação. A Colônia é um órgão que toda a documentação que quando chega na hora de um INSS, de alguma coisa, eles pede a documentação da Colônia é válido, e da Associação não é. Pelo menos da nossa aqui nunca foi, porque todas as vezes que se precisou pra encostar alguém ou alguma pessoa que teve algum problema, nós tivemos que arranjar as declarações na Colônia. Tentaram fazer pela Associação e o INSS pediu documentação da Colônia, se o cara era matriculado, desde quando...

Havia cerca de 50 pescadores vinculados à Associação de Pescadores de Barra de São João antes de seu fechamento. Apesar da inatividade, ainda hoje a APSJ tem como presidente Marco Aragão, o Marquinho, pescador que sucedeu Zé Couto depois de sua saída, que não consegui apurar em qual data precisa ocorreu.

Marco é figura controversa no universo da pesca de Santo Antônio devido aos sucessivos erros à frente da Associação, que culminaram em seu fechamento e total descrédito do ponto de vista dos pescadores artesanais do Pontal, com suspeitas graves de uso indevido de recursos dos pagamentos das mensalidades. Também há boatos de que, em nome da Associação, o presidente conseguiu dinheiro de compensações ambientais e teria tirado proveito particular de tais verbas. Durante meu trabalho de campo, não o encontrei para ouvir seu ponto de vista. Marquinho hoje vive recluso em sua casa, aparentemente com problemas sérios de saúde, e dificilmente mantém contato com alguém.

6.2.2. Capatazia da Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio

As Colônias de Pesca podem possuir filiais em outras localidades mais afastadas da sede. A essas filiais é dado o nome de Capatazias³². Estas são subordinadas à sede da Colônia.

³² Com relação a esta nomenclatura, Mota (2003) lembra o fato de que “O capataz, no regime escravista, tinha a atribuição de regular o trabalho escravo na lavoura, assenhorando-os em unidades administrativas.

A chegada da Capatazia ao Pontal de Santo Antônio foi favorecida por uma conjuntura de fatores. A partir do depoimento de Seu João de Madalena, perceberemos como essa instituição se fixou na localidade.

A possibilidade de criação e a subordinação da Capatazia estão previstas no estatuto da Colônia Z-04 de Cabo Frio. Em seu Capítulo IV, “Das Disposições Gerais”, lemos o seguinte:

Art. 43 – A Colônia poderá ser dividida em zonas denominadas Capatazias

§ Primeiro – A Colônia de Pescadores poderá criar nas áreas de sua jurisdição tantas Capatazias quantas forem julgadas necessárias, desde que procedam de expressa aprovação por Assembleia naquela localidade.

§ Segundo – Nas Capatazias haverá um representante da Diretoria, denominado Capataz e que se encarregará do cumprimento do Estatuto, Regimento Interno e outras determinações da Colônia e da legislação vigente sobre a pesca.

Presidida atualmente por Nadia, a Capatazia da Colônia Z-4, localizada em Pontal de Santo Antônio, foi inaugurada em 2004. Segundo Seu João, a Capatazia foi criada a convite do presidente da Colônia de Cabo Frio, à época.

Aí esse seu Chico [Presidente da Colônia Z-04 na época], o nome dele é Aldenir, aí o seu Chico veio aqui, me conheceu, aí ele disse “João, já me falaram que você é o cara”. “mas seu Chico, não quero tá enrolado com isso, não. Eu tenho problema de saúde, não posso viajar nesses lugares que tem as reuniões” Ele me disse: “ah, o senhor faz o que der, aí vai outro em seu lugar”. Me encheu de coragem. Daí eu aceitei. Trabalhei 1 ano e 1 mês na Colônia.

Seu João se interessou em inaugurar uma Capatazia especialmente pela dificuldade que os pescadores encontravam para comparecer às reuniões na sede da Colônia em Cabo Frio. Do 2º Distrito para lá são aproximadamente 50 km e a oferta de transporte público para o centro é deficiente até os dias de hoje. Além disso, os pescadores tinham dificuldade de tirar a carteira de pesca, receber o defeso e encaminhar a aposentadoria. Muitos dos pescadores, por conta disso, não tinham carteira e, e os poucos que conseguiram, foram através de Colônias com sedes mais distantes, como Macaé. Com a baixa aceitação da

Friso que a ideia da regulação estava fortemente marcada pela lógica da punição e do castigo aos escravos” (p. 103).

Associação dos pescadores do São João (APSJ), esses pescadores sentiam a falta de uma entidade que pudesse responder por seus interesses locais. Sendo assim, seu João acabou por aceitar o convite e foi a primeira liderança a assumir a Capatazia da Colônia Z-4 de Cabo Frio.

Por conta dos compromissos e viagens que necessitava fazer como Presidente da Capatazia, Seu João decidiu contratar uma pessoa para auxiliá-lo nas atividades. Foi então que ele próprio convidou Nadia, então funcionária voluntária da associação de moradores do bairro e moradora do Pontal, para essa função. Nadia aceitou o convite, apesar de não ter conhecimento algum sobre pesca, nunca ter tido contato com a atividade e não ter parentes pescadores ou similares. Seu João lhe ofereceu um salário, com o intuito de ajudá-la, pois sabia da situação difícil que ela passava na época ao trabalhar sem receber remuneração alguma em outra instituição. Acreditava que, apesar de não ter conhecimento, ela tinha muita “garra”, “é uma pessoa muito lutadora”. Ele então passou a ser uma espécie de tutor, ensinando-a tudo sobre a atividade, os trâmites legais, o papel da Colônia e das outras entidades, enfim, apresentou-lhe o mundo da política e da pesca.

Entretanto, no estatuto da Colônia não há explicitamente abertura para pessoas de fora da pesca assumirem o cargo de Capataz. O único artigo que trata deste tema é o 7º, como veremos a seguir.

Art. 5º – A Colônia terá 03 (três) categorias de associados, a saber:

- a) Sócios efetivos, ou seja, pescadores ou pescadoras profissionais artesanais,, pequenos armadores ou armadoras de pesca, artesãos ou artesãs de pesca, pequenos fabricantes artesanais de embarcações, aquicultores ou aquicultoras, beneficiadores ou beneficiadoras de pescados que desenvolvem seu labor direta ou indiretamente ligado à pesca, em regime de economia familiar (...).

Art. 7º – **São direitos dos sócios efetivos**

- a) Gozar de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídos por Lei aos trabalhadores da pesca e aquicultores, bem como pelo presente Estatuto;
- b) Participar de todas as Assembleias, propondo, discutindo, votando e sendo votado, respeitando-se as disposições contidas neste Estatuto.

c) Exercer a função de capataz;

d) Representar contra atos da diretoria e recorrer aos órgãos superiores. (ANEXO 2 - Grifos meus).

Nadia não se configuraria na categoria "sócio efetivo, e nem nas outras que se apresentam no estatuto, por não viver da pesca direta ou indiretamente. Apesar disso, ela foi incorporada na entidade.

Após aproximadamente um ano, Seu João, já cansado do envolvimento político e das diversas consequências e responsabilidades que um cargo como o de Capataz pode trazer, resolveu sair da Colônia e de qualquer envolvimento de liderança institucional da pesca. Após sua saída, conta que Nádia não assumiu logo o cargo.

Tinha, sim, como Capataz o Atílio, mas ele saiu também. Teve por pouco tempo. Talvez 1 ano. Depois deixamos por conta de Nadia e ela ficou direto. Ninguém quis assumir, ela já tava lá e já entendia da coisa, então ela ficou comandando tudo.

A própria Nadia já havia mencionado sobre quando assumiu a liderança e confirmou a versão de Seu João. Disse que foi a única que restou na Capatazia e, por isso, assumiu as responsabilidades automaticamente.

Com a ida da filial da Colônia para a região, muitos pescadores passaram a retirar os documentos de pesca, já que agora havia uma maior facilidade. Consequentemente, os pescadores tiveram maior acesso ao seguro-defeso, fato que é enfatizado como uma importante mudança trazida após a organização da Capatazia.

Eu: A Associação repassava o defeso?

S. João: É, isso aí. Fazia uma documentação mas não era tão aceito como a Colônia. E aí depois que a Colônia entrou aí não, foi tudo aceito, foi tudo de verdade, inclusive a área do governo, do Banco do Brasil, financiamento, foi tudo bem aceito com a Colônia. Não podemos nem reclamar (Seu João de Madalena).

Contudo, durante os primeiros anos, a entidade sofreu algumas dificuldades. Os serviços da Capatazia eram realizados em uma sala cedida pela Prefeitura de Cabo Frio. Porém, há alguns anos atrás, o prédio onde era localizada foi desapropriado para a construção de uma creche no local. Desde então, o município não cedeu outro local adequado para a Capatazia. Segundo Nadia, foi oferecida uma outra sala, mas era mais distante da praia e, por isso, não foi aceita na época. Sem esse apoio, as reuniões e os atendimentos aos pescadores são realizados embaixo de uma amendoeira na beira-rio.



Figura 13. Amendoeira na beira-rio, ao lado do prédio da APSJ. Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

A menção ao fato da Capatazia não ter um local apropriado de atendimento é constante, especialmente entre os detratores de Nadia. É motivo de chacota de uma forma geral, mas é bastante reforçado por quem não dá credibilidade à presença da entidade na região.

Não é incomum encontrar pescadores que não concordam com a forma como ela conduz a Capatazia. Tanto moradores do Arroz, em Barra de São João, quanto do próprio Pontal de Santo Antônio, relataram episódios de conflito com Nadia. Houve relatos de bate-bocas devido à forma grosseira com que ela trata os pescadores. Segundo os relatos, o uso de xingamentos não é raro. Há também a falta de apoio em momentos difíceis tais como acidentes no mar e dificuldades financeiras para pagar as mensalidades cobradas pela Colônia (no valor de 15 reais por mês). Devido a essa falta de apoio muitos dos pescadores colocaram em dúvida a finalidade do pagamento feito à entidade, pois Nadia não tem despesas tais como aluguel ou manutenção de sala. Nem mesmo as eventuais necessidades

de transporte são pagas pela Capatazia. Esta possui uma espécie de convênio com a Petrobras, que cede com facilidade transporte para o Rio de Janeiro ou outros municípios tanto para resolver problemas burocráticos, como retirada das carteiras de pesca e participação em audiências públicas, como para eventos da empresa, como encontros, reuniões, festas, dentre outros.

Outro fator que chama a atenção nas entrevistas e conversas com os pescadores é o tratamento personalista em certas ocasiões. Nas ocasiões comemorativas ou em eventos como passeios e visitas a outros municípios, Nadia não costuma divulgar entre todos os associados à Capatazia. Pessoas que não estão em dia com a mensalidade geralmente são deixadas de fora. Mesmo assim, este não é o único critério para a escolha dos que participam ou não dos eventos. Em certa ocasião presenciei a saída para uma reunião em São João da Barra (cidade de origem de muitos dos pescadores dali) em que vi poucos pescadores artesanais de fato embarcando no ônibus. A maioria dos presentes eram mulheres, algumas crianças e pessoas que aparentemente não preenchem os supostos critérios para serem associados à Capatazia (ou seja, viver da atividade da pesca). Muitas dessas pessoas eram parentes de pescadores, mas outras eu desconhecia.

Ao comentar o episódio, uma ex-associada relatou que Nadia não a chamava mais para as reuniões porque ela “falava muito, fazia muita pergunta” e, segundo minha interlocutora, Nadia não gostava dessa sua característica. “Ela só leva quem é da bagunça, quem não quer saber as coisas. Pessoa séria ela não chama”. A mesma pessoa ainda contou que saiu da Capatazia não só por este motivo. O estopim que levou a “cortar relações” com Nadia foi um episódio em que caixas de um kit de material escolar (com mochila, cadernos, lápis, dentre outros) foram enviados pela Petrobras para que fosse distribuído entre os filhos de pescadores. Ao descobrirem, diversas mães foram até ela e tiveram seus pedidos negados. Nadia alegou que entregaria apenas àqueles que estivessem com a mensalidade em dia. Entretanto, a minha interlocutora conta que outras pessoas receberam, mas que na verdade a maioria do material nem fora distribuído, permanecendo encaixotado na casa de Nadia.

Muitas outras polêmicas envolvendo o nome da liderança da Capatazia foram relatadas, inclusive denúncias graves de distribuição irregular do auxílio-defeso, o que reforça a falta de confiança por parte dos pescadores nesta entidade refletida pela figura controversa de sua representante.

CAPITULO 3 – NOVOS ATORES NO CENÁRIO DA PESCA LOCAL

Neste capítulo, pretendo utilizar como alicerce teórico-metodológico o que Van Velsen (1987) denominou de “estudo de caso detalhado” ou “análise situacional”. A análise situacional consiste em um relato coordenado das ações de indivíduos específicos em que os registros de situações e eventos inter-relacionados tornam-se constitutivos da análise (VELSEN, 1987).

Normas e regras gerais de conduta são traduzidas em prática e são, em última análise, manipuladas por indivíduos em situações específicas para servirem a fins específicos (VAN VELSEN, 1987, p. 355). Por isso, é necessário que realizemos um estudo das ações ‘normais’ e ‘excepcionais’ dos indivíduos que operam a estrutura e os processos que ocorrem no interior da estrutura (VAN VELSEN, 1987, p. 361).

Ao tomar emprestado o conceito que Velsen aprimorou de Gluckman (1987), buscarei reconstruir, a partir do ponto de vista do etnógrafo, como as arenas públicas (CEFAÏ, 2011) que serão aqui apresentadas evidenciam as formas pelas quais os atores interagem e dinamizam suas ações de modo que elas se transformem em matéria prima para análise e interpretação do fenômeno da representatividade desses grupos no espaço público brasileiro.

Portanto, neste capítulo, pretendo relatar três situações que retratam as mudanças ocorridas na dinâmica que envolve os pescadores e suas entidades em decorrência de implantação (ou apenas na sua tentativa) de aplicar alguns dispositivos da legislação ambiental na região do rio São João.

O primeiro dos episódios é a implantação, por parte do IBAMA, de uma Área de Proteção Ambiental na região do rio São João. Este fato trouxe algumas mudanças na forma como os pescadores utilizam as águas do rio, cujos efeitos já foram brevemente descritos na primeira parte desta dissertação.

O segundo episódio foi consequência de uma ‘compensação’ para os pescadores por terem suas atividades ‘impactadas’ pelos estudos de sísmica realizados para a exploração de petróleo na Bacia de Campos. Arelado a este evento, descreverei também um processo que se prolonga por 11 anos: o da tentativa de implantar uma Reserva Extrativista Marinha que abranja a foz do rio São João e vá até os limites da praia Rasa, em Búzios.

A terceira descrição está também relacionada a um Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. Portanto, ambos possuem um aspecto em comum: a influência da indústria petrolífera não só nas atividades, mas na dinâmica política da pesca local.

Por conta do aumento das atividades de uma indústria de importância econômica notável, os órgãos reguladores, especialmente o IBAMA, exigem algumas ações por parte das empresas de petróleo, e estas tem por exigência legal a obrigação de ‘dialogarem’ com as populações diretamente e indiretamente afetadas por suas atividades. Como o processo produtivo do petróleo ocorre no mar, as populações de pescadores são especialmente contempladas por essas exigências que partem das leis ambientais.

Com isso, Barra de São João e Tamoios participaram diretamente desses dois processos realizados por empresas de petróleo em decorrência de exigência de leis e normas ambientais.

Deve-se destacar que o último episódio de PCAP ainda não teve uma conclusão definitiva até o momento do fechamento desta dissertação. Contudo, a maior parte de seu processo ocorreu no ano de 2011 e, por isso, pude estar presente na reunião de discussão do projeto para a pesca que a Petrobras deveria realizar na região como compensação por suas atividades. Esta reunião constituiu-se um locus privilegiado, onde aspectos do conflito existente entre as entidades da pesca foram explicitados nesse contexto de cada vez maior proximidade com as empresas que exploram o petróleo na região.

Tomo a reunião que presenciei como um evento paradigmático, ou um “imponderável da vida real” nos termos de Malinowski (1976). Assim, dou destaque maior à descrição deste evento no último item deste capítulo.

1. A chegada do “meio ambiente”: A Área de Preservação Ambiental (APA) do rio São João

No capítulo anterior, vimos como os relatos dos pescadores transpareceram as condições de mudanças no interior de seus grupos decorrentes da degradação do rio. Esta agiu sobre as condições naturais de reprodução da atividade, já que tornou a pescaria de rio inviável e afetou ainda a reprodução dos peixes marinhos, condições que fizeram com que, por exemplo, “não tenha mais pescador em Barra de São João”. Tais modificações acabaram servindo de referência para uma dicotomia na visão do tempo, percebidos a

partir dos discursos locais. Neles contrapõe-se o “antigamente”, marcado pela fartura dos recursos pesqueiros, ao “hoje em dia”, de escassez de peixes decorrente da deterioração do ecossistema, o que configura os significados concernentes às noções de tempo estrutural do grupo (EVANS-PRITCHARD, 2008).

A APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado é uma Unidade Federal de Conservação de Uso Sustentável com, aproximadamente, 150.700 hectares, abrangendo cerca de 70% da bacia hidrográfica do rio São João.

Levando em consideração as condições naturais de “hoje em dia”, com o decreto da APA da Bacia do rio São João, em 2002, já era previsto por seu plano de manejo a criação de mecanismos para a regulação da pesca dentro dos limites da APA, como forma de tentar reverter minimamente os prejuízos à pesca de certas espécies.

Foi assim que, em maio de 2002, em decorrência da implantação da APA, algumas entidades se reuniram no Centro Nacional de Peixes Tropicais – CEPTA/IBAMA em Pirassununga (SP), com a finalidade de elaborar a minuta da Portaria do IBAMA para a Regularização da Pesca na bacia do rio São João. Participaram da reunião, juntamente com os especialistas do CEPTA, representantes da Associação Livre de Aquicultores de Barra de São João (ALA), os Secretários de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu e Silva Jardim e o biólogo do Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CALSJ) Mário Flávio Moreira. Esta minuta resultou na futura portaria baixada pelo IBAMA em dezembro de 2003.

Como não faziam parte do Conselho Gestor e passaram alheios a todo o processo, os pescadores não se deram conta que poderiam vir mudanças na gestão dos recursos do rio, o que já estava previsto pelo Plano de Manejo da APA. Dentro de uma lógica conservacionista, foi, em dezembro de 2003 que se criou a portaria de gestão da pesca na bacia do São João, o que incluiu a proibição da pesca de rede dentro do rio. No citado decreto, no seu artigo 2º, decidiu-se

Proibir na bacia hidrográfica do rio São João a pesca com redes de espera, redes de arrasto, tarrafas, armadilhas tipo tapagem, pari, cercadas, ou quaisquer aparelhos fixos e arpão, excetuando-se o trecho compreendido pelo reservatório de Jurtunaíba (PORTARIA nº 82 do IBAMA, 2003).

Nota-se que, durante reuniões decisivas, não foram consultados membros das comunidades locais pesqueiras. A entidade mais próxima dos pescadores é justamente a

ALA. Porém, durante o período em que ocorreu este processo, o principal líder e fundador da ALA, Luiz Maciel, não estava morando na cidade. Sendo assim, quem acabou por assumir durante este período a liderança da associação foi Brandão, um engenheiro aposentado que pode representar a figura do “poderoso de Barra” tanto mencionada pelos pescadores tradicionais de Santo Antônio. Nesta ocasião, essa pessoa defendeu um ponto de vista contrário aos interesses dos pescadores tradicionais, o que pode ter contribuído para um certo desprestígio da ALA entre os mesmos.

A naturalização da ‘perspectiva ambiental’ e das interpretações dos órgãos públicos sobre as atividades do grupo representa uma forma fundamental da relação de tutela do Estado com os pescadores.

2. A chegada do petróleo – o PCAP de Barra de São João

Como vimos no Capítulo 2, as intensas atividades da indústria do petróleo na região do entorno da Bacia de Campos são responsáveis por mudanças significativas das sociodinâmicas dos municípios. Como não poderia ser diferente, a pesca é uma atividade que sente de forma mais intensa essa influência.

Dentro do processo de exploração do petróleo, ainda em sua fase de pesquisa, são realizados estudos para a descoberta de novos reservatórios no oceano. Ao método utilizado para tal fim dá-se o nome de **sísmica**, que mapeia e avalia o terreno geofísico de uma determinada área. Os dados são obtidos através da propagação e da captação de ondas sísmicas, que nada mais são que vibrações. Estas são geradas, no caso dos estudos em terra, por explosões com dinamite. No caso do petróleo, no mar, geralmente usam-se canhões de ar comprimido.

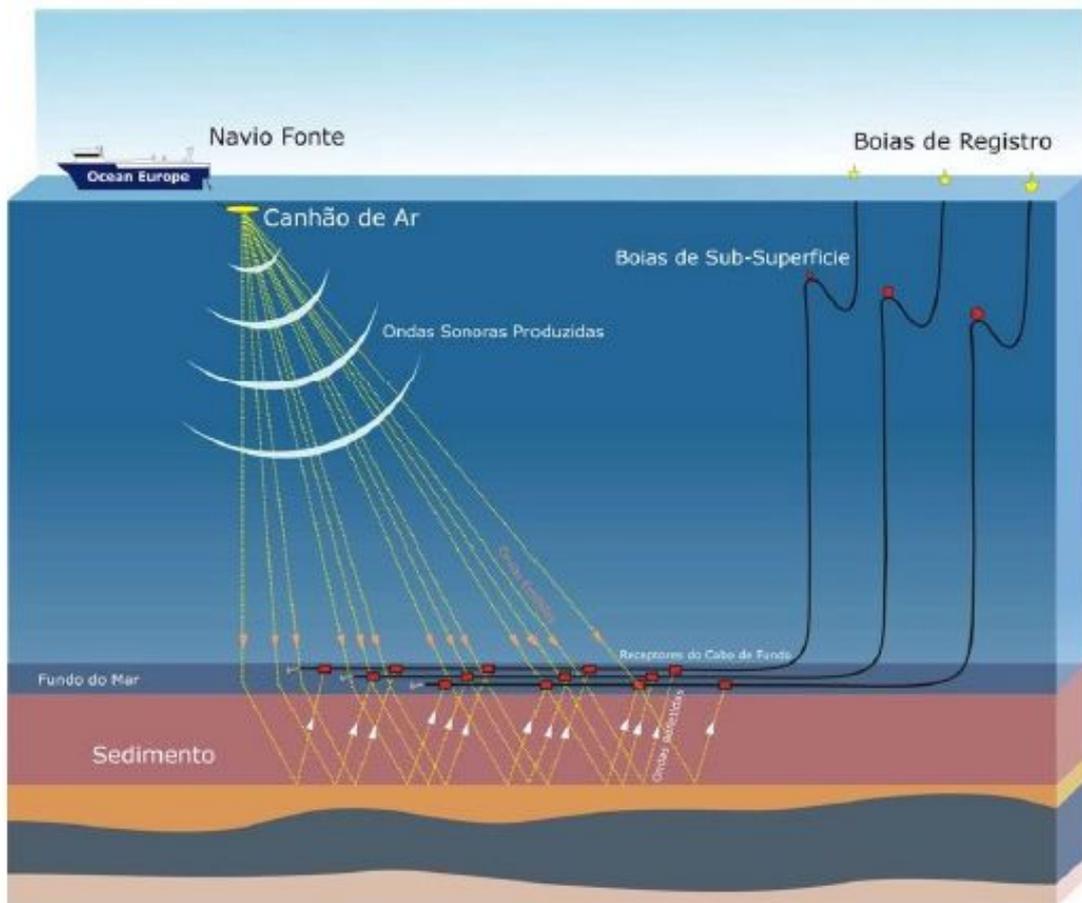


Figura 14. Ilustração da propagação das ondas sonoras produzidas pelos canhões de ar do sistema de aquisição de dados sísmicos. Fonte: PETROBRAS, 2009, p. 21.

Antes de realizarem uma exploração sísmica, as empresas responsáveis devem solicitar as devidas licenças aos órgãos competentes do governo. Estas exigências estabelecidas são reflexo dos efeitos gerados pela atividade em uma boa parte do território onde as sísmicas são realizadas.

Os ‘impactos’ mais comuns na pesca decorrentes da sísmica são relativos ao fato desta requerer uma apropriação do espaço marítimo devido ao aumento da circulação das embarcações de grande porte para a realização dos trabalhos técnicos e também a criação de uma área de exclusão temporária em relação a qualquer outra atividade humana, sendo desta forma a pesca a atividade afetada diretamente. As áreas de pesca abrangidas pelos determinados para a realização da sísmica ficam proibidas de serem utilizadas pelos pescadores artesanais durante este período. Desta forma, o mar deve ser “interditado” devido ao potencial perigo das embarcações que lançam as sondas. Esses navios são popularmente chamados “chupa-cabras” devido ao sumiço dos cardumes por semanas após

a realização da atividade e também à destruição causada em materiais de pesca como as redes de espera.

Vimos até aqui que as atividades de pesquisa de petróleo necessitam de licenças ambientais para que sejam realizadas. Mas o que preconiza o chamado ‘licenciamento ambiental’ no Brasil? Faz-se necessário apresentar alguns dos pressupostos estabelecidos pela atual legislação ambiental para entender sua influência na atuação das organizações da pesca, já que muitas vezes a atividade é afetada diretamente pelas empresas de petróleo na costa brasileira.

Essa intensificação da atividade petrolífera na região ocorre principalmente a partir de 1997, quando houve a quebra do monopólio estatal para a pesquisa, exploração e produção do petróleo.

2.1. Breve explicação sobre o licenciamento da atividade de sísmica

A licença ambiental é um ato administrativo que, segundo a definição da Resolução nº 237/97

estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadores dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/97, art.1º, I).

Existem diversos tipos de licença, dependendo do empreendimento em questão, e para a obtenção de cada uma destas é necessário fazer um estudo específico, de acordo com o Termo de Referência estabelecido pelo órgão ambiental, seja ele federal, estadual ou municipal.

Como visto anteriormente, a atividade petrolífera de sísmica trata-se de uma fase anterior à exploração, a de pesquisa, portanto uma atividade classificada pelo IBAMA como menos complexa, até mesmo por sua curta duração, que geralmente dura em média quatro meses. Com isso as exigências são menores, porém dependendo do grau em que a

atividade é classificada pelo órgão ambiental, baseado na resolução CONAMA³³ 350/04, a complexidade das exigências para o licenciamento são diferenciadas.

A resolução do CONAMA atribui essa complexidade a critérios como a distância da costa e a profundidade da pesquisa de sísmica. Dependendo destes fatores, a atividade pode ser classificada, com relação ao seu ‘impacto ambiental’, de classe I (baixo), II (médio) ou III (alto).

Ambas as sísmicas realizadas demandadas pela Petrobras na região da Bacia de Campos, que resultaram em alguma “influência” nas atividades de pesca de Barra de São João e Tamoios, foram classificadas como classe II, o que quer dizer que foram identificados impactos significativos para a pesca artesanal, resultando, para a aquisição da licença, na exigência (ou ‘condicionante’) por parte do IBAMA de um ‘Plano de Compensação da Atividade Pesqueira’ (PCAP).

2.2. O que são os Planos de Compensação da Atividade Pesqueira?

Os PCAPs são projetos de compensação para licenciamentos tanto de sísmica como de perfuração de curta duração. O PCAP consiste em duas etapas: 1) Construção dos projetos comunitários, a partir da identificação dos principais problemas e soluções potenciais em conjunto com as comunidades; e 2) Implementação das ações selecionadas pelas comunidades, “envolvendo-as ativamente no processo de gestão e monitoramento dos projetos” (IBAMA, 2007).

As diretrizes em que foram planejados esses planos de compensação são baseadas principalmente nos preceitos da educação ambiental, difundidos pós-Eco 92. Os órgãos ambientais partem de pressupostos difundidos pela nova ordem da ‘sustentabilidade’ e da ‘responsabilidade social’. Isso implica na chamada ‘gestão participativa’ das decisões sobre os recursos.

Como diretriz o PCAP tem o seguinte objetivo: fomentar a construção de projetos locais voltados para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. O Plano de Compensação deverá incluir ações a serem definidas em conjunto com as comunidades pesqueiras afetadas, levando em

³³ Em 1981 foi promulgada a Lei Nº 6.938 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que estabeleceu os instrumentos para a efetivação da ‘gestão ambiental’ no país e previu a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) – este último com poderes reguladores e padronizadores em relação ao ‘meio ambiente’.

consideração suas necessidades, visando capacitá-las, de forma a possibilitar sua participação efetiva na gestão dos recursos ambientais e pesqueiros da região. (IBAMA, 2007, p. 9)

O órgão ambiental responsável pela concessão da licença das atividades de petróleo no mar, por se tratar de área da União, é o IBAMA. Durante o processo de licenciamento, os funcionários da empresa interessada em explorar ou produzir petróleo contratam uma consultoria para realizar os estudos ambientais necessários.

Comparada com outras fases da atividade petrolífera, o licenciamento da sísmica tem menor complexidade. Não é necessário, por exemplo, a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), nem a realização de audiências públicas. Contudo, é feito um relatório mais simplificado, o Relatório de Impacto Ambiental de Sísmica (RIAS), e a realização de reuniões técnicas com a finalidade de envolver os pescadores tradicionais ‘impactados’ no processo decisório do tipo de compensação que será realizada pela empresa responsável pela sísmica.

São essas diretrizes do aparato legal que têm ampliado o campo de ação de certas entidades da pesca. Termos como ‘impactados’ e ‘pescadores artesanais’, são difundidos e apropriados localmente nesse contexto do aumento da produção do petróleo e das consequentes exigências legais para o prosseguimento destas atividades.

O associativismo vinculado às políticas ambientais tem algumas características distintas. A grande maioria se constituiu em decorrência de uma determinada demanda ou (...) por determinação legal. De fato, as associações são as únicas interlocutoras autorizadas a se relacionar com o Estado ou seus representantes. E devo deixar claro que essa exclusividade não foi conquistada pelos grupos sociais e sim concedida ou imposta pelo Estado (LOBÃO, 2011, p. 216).

Na descrição da reunião de Barra de São João veremos como se dá essa dinâmica. Pode-se dizer que esses espaços de debates funcionam como espelho das opiniões confrontadas em outras escalas de relações que envolvem os mesmos grupos. São instâncias onde os grupos são postos em confronto, relacionando-se entre si. Nesse contexto, o evento possibilitou que emergisse a discussão e a confrontação direta dos argumentos dos diferentes atores.

3. O primeiro PCAP na região - CGG

Este primeiro PCAP foi decorrente de uma sísmica realizada pela empresa CGG Veritas.

Entre 2006 e 2007 sísmicas realizadas pela empresa CGG resultaram na necessidade de um PCAP. O processo foi polêmico e demorado. As primeiras reuniões realizadas à época contaram com a participação de lideranças como as de Barra de São João (a ALA), de Cabo Frio (Colônia e Capatazia) e Rio das Ostras (Colônia). Com o passar das inúmeras reuniões houve um esvaziamento – por exemplo, segundo os depoimentos tanto de Luiz quanto de Alexandre, atual presidente da Colônia de Cabo Frio, a líder da Capatazia só participou da primeira reunião e depois não teve mais interesse em acompanhar o processo, fato que hoje ela nega.

Com o esvaziamento das reuniões e a demora no processo, as entidades representativas de cada município contemplado (Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Cabo Frio) optaram por dividir a compensação e fazer projetos separados.

Por exemplo, no centro de Cabo Frio, pelas poucas informações obtidas, o projeto escolhido pelos pescadores foi a abertura de uma cooperativa relacionada a alguma atividade da pesca. Porém não houve pessoal suficiente para levar o projeto à frente, que acabou fracassando. No fim, com os recursos da compensação foram realizados três cursos como os de carpintaria e mecânica, não sendo aplicado em bens materiais. Quem ficou à frente das negociações em Cabo Frio foi a Colônia Z-04, sem a participação da Capatazia.

Em Casimiro de Abreu, no distrito de Barra de São João, a “comunidade pesqueira” foi representada pela ALA nas diversas reuniões de negociação com a CGG e o IBAMA. Dentre os três projetos apresentados por esta instituição, foi escolhido pela empresa CGG para ser executada a proposta chamada “Reserva Extrativista Marinha em Casimiro de Abreu, do controle social a legitimação de uma proposta de sustentabilidade”.

Alguns anos antes da chegada dessa compensação já circulava pelo município e seu entorno a ideia de implantar uma Reserva Extrativista na região que abrange a foz do rio São João. Veremos a partir daqui o início desta ideia, e como a ALA e seus representantes viram na chegada da compensação da CGG, em 2005, uma oportunidade de levá-la à frente.

4. A Resex-Mar como desafio e redenção

A tentativa de implantar uma Reserva Extrativista na região iniciou-se no ano 2000. Foram feitas várias reuniões decorrente de iniciativa e parceria entre o funcionário do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio) Fabio Fabian³⁴, os representantes da recém-criada ALA e membros da Associação de Moradores de Barra de São João, os primeiros a divulgarem a proposta da Reserva para região do rio São João. Nessas reuniões, realizadas em Barra, Rio das Ostras, Cabo Frio e Búzios, foram esclarecidos os pontos sobre as condições da implantação, os benefícios, o levantamento de interesse das lideranças dessas localidades, enfim, foram discutidas as condições da proposta. Os pescadores e seus representantes dos municípios mantiveram posturas diversas perante a proposta da Resex.

Em Rio das Ostras houve recusa total ao projeto. Lá, Abraão é o presidente da Colônia há muitos anos e, com a implantação da Reserva, em um primeiro momento, ele não se beneficiaria do poder dado aos pescadores. Este foi o principal motivo pela área marinha de Rio das Ostras ter ficado fora da proposta apresentada para os limites da reserva, mesmo sendo uma continuidade natural do espaço.

Outro município que nunca recebeu bem a proposta foi Cabo Frio, representado pela Capatazia. Os pescadores do Pontal costumavam pescar com frequência nas águas de Arraial do Cabo. Quando houve a implantação da Resex naquele local, muitos dos pescadores foram surpreendidos. Excluídos da região, muitas vezes de forma truculenta devido a sua modalidade de pesca de rede (proibida em Arraial), eles não têm boas lembranças com relação a essa Reserva Extrativista. Inclusive muitos deles tiveram problemas com Fabio Fabiano, que foi gerente da Resex e fiscalizava pessoalmente muitos dos barcos que iam pescar na área protegida. Vendo-o tentando trazer a ideia da Reserva pra sua região, os pescadores desconfiaram e não apoiaram.

Na praia Rasa, em Búzios, a proposta foi aceita parcialmente. A Reserva Extrativista atenderia plenamente as intenções de preservar o meio ambiente marinho ao qual tem acesso os pescadores, especialmente os quilombolas, preocupados em preservar

³⁴ Fabio Fabiano foi quem teve a ideia de implantar a Resex de Arraial do Cabo, quando responsável pelo posto avançado do IBAMA na localidade, que acabou sendo criada em 1999 com a colaboração e pesquisadores do NUFEP/UFF, que lhe prestaram assessoria técnica. Para mais informações ver PRADO (2002), LOBÃO (2000).

seus locais tradicionais de pesca. Porém, com relação à gestão do espaço, há certa preocupação com a forma que será feita a discussão conjunta. Os pescadores da Rasa se mostraram menos tolerantes a uma interferência coletiva no modo como será manejada a utilização do espaço marinho caso haja de fato a Reserva Extrativista.

Barra de São João, de onde partiu a primeira ideia de uma Reserva na região, foi onde vimos acontecer vários dos desdobramentos deste processo. Durante a realização das reuniões de esclarecimentos e apresentação da proposta nos três municípios envolvidos diretamente com a possível Resex-Mar (além de Casimiro, estão Cabo Frio e Búzios) foram recolhidas assinaturas de pescadores e outros atores que apoiavam a ideia. As primeiras assinaturas recolhidas datam do ano de 2001. Após um número significativo de reuniões e aproximadamente 300 assinaturas recolhidas, foram encaminhadas para o IBAMA (órgão responsável na época)³⁵ como forma de abaixo-assinado necessário para dar início ao processo de implantação da Reserva.

O próximo passo seria a realização dos estudos biológicos e socioeconômicos para atestar a viabilidade de uma Reserva Extrativista na área proposta. Contudo, estes estudos não foram levados à frente pelo órgão do governo e o processo de implantação ficou estagnado.

Em 2005, com a compensação que viria pela CGG Veritas, os membros da ALA viram uma oportunidade de resgatar a proposta da Reserva e colocá-la em prática. Uma empresa de consultoria foi contratada pela CGG, a Habtec, que elaborou, junto com as lideranças o projeto que, posteriormente, foi escolhido para ser realizado. Seu orçamento final ficou em torno de 1 milhão de reais. Dentre as ações previstas estavam projetos de educação ambiental, apoio nas reuniões para formação do conselho gestor e a realização dos estudos necessários de diagnóstico do “meio ambiente biológico, social e econômico”, que subsidiariam sua implantação.

A aprovação do projeto foi muito comemorada pela ALA e amplamente divulgada na região. O valor final, bastante significativo, foi ostentado da mesma forma. Porém uma confusão estava estabelecida. Entendeu-se que, com essa verba, seria implantada a Reserva

³⁵ Em maio de 2007, o IBAMA foi desmembrado em duas instituições com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A função do Instituto Chico Mendes é a de executar exclusivamente ações da Política Nacional de Unidades de Conservação (UCs). Portanto, a partir deste período, o encaminhamento dos processos de criação de novas UCs (incluindo as Resex) passou para a responsabilidade deste órgão.

Extrativista pela ALA e CGG. Contudo não há possibilidade disso acontecer. A implantação de uma Resex engloba diversas esferas do governo Federal. Hoje, o ICMBio é o órgão responsável por iniciar o processo, avaliar e repassar os pareceres para o Ministério responsável, no caso o de Meio Ambiente. Lá, se aprovado, o processo é encaminhado à Casa Civil. Sua criação se realiza somente após assinado decreto pela presidência da República.

Como podemos perceber uma Reserva Extrativista não pode ser criada diretamente por entidades particulares como uma ONG, uma Associação de Pescadores ou empresa de petróleo. A CGG se comprometeu a subsidiar os estudos de viabilidade, que foram realizados pela Habtec. Estes apenas dariam condições para o ICMBio retomar o processo administrativo.

O estudo foi finalizado, mas outras ações previstas não. Até hoje não foi entregue à ALA uma devolutiva, e não houve um parecer oficial do ICMBio sobre o seu recebimento e o andamento do processo. Ou seja, o PCAP foi realizado, porém não houve a devida resposta para os que deveriam ser “compensados” pela empresa.

5. A reunião do segundo PCAP – Petrobras: um evento paradigmático

Aqui pretendo descrever um evento paradigmático que ilustra o contexto de disputa entre as entidades da pesca dos distritos de Barra de São João e Tamoios: a reunião para discutir o Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), que deverá ser empreendido pela Petrobras, proposta pelo IBAMA, como consequência de duas sísmicas realizadas pela empresa em área marinha próxima à região. A primeira delas ocorreu no período de fevereiro a dezembro de 2010 e a segunda foi de fevereiro de 2010 a junho de 2011.

Como vimos, este é o segundo PCAP que acontecerá na região de Barra de São João / Cabo Frio. No presente caso abordado, a reunião foi decorrente de atividades feitas pela estatal Petrobras, empresa até os dias de hoje emblemática para os pescadores quando falamos sobre o impacto do setor nas suas atividades produtivas e ainda predominante no mercado do petróleo no país.

6. O dia anterior – mobilização para a reunião

No dia anterior à reunião, em Barra de São João, acompanhei a visita que os membros da equipe de consultoria contratada fizeram às casas de muitos pescadores, inclusive no bairro do Arroz, para divulgar a reunião e explicar a dinâmica da realização da mesma.

Na reunião que seria realizada, estava prevista para acontecer a votação que decidiria qual o projeto escolhido para a compensação estipulada previamente pelo IBAMA no valor de 120 mil reais. A todo o momento era destacada pelos funcionários da empresa de consultoria a importância da presença de todos já que os votos teriam o mesmo peso tanto para o pescador quanto para a liderança, e a decisão seria tomada de forma “democrática”. A equipe foi acompanhada pelo Luiz, representante da ALA e principal liderança da pesca de Barra de São João. Como há um número reduzido de pescadores, foi contatada a grande maioria residente no município, e todos disseram que compareceriam.

Interessante notar a estratégia do Luiz ao convocar um pescador descrito por ele como alguém que está interessado em “mobilizar” os outros contra a dependência da Colônia. Este pescador é um dos poucos de Barra que tem o registro e que vive exclusivamente da pesca. Há alguns anos atrás ele teve problemas com uma embarcação em alto-mar, quando quase perdeu todo o seu material, e o barco ficou muito avariado. Seu parceiro, que estava a bordo, inclusive quase morreu a deriva. Após o acidente ele tentou, sem sucesso, ter algum tipo de ajuda da Nadia para recuperar seu material e conseqüentemente seu sustento. Com as sucessivas negativas e o “descaso”, segundo ele, com que a representante da Capatazia lhe tratou, desde então ele disse ter “cortado relações” com ela e passou a se desvincular da Colônia, pedindo transferência para a de Macaé. Esse mesmo pescador, pouco tempo antes da reunião, havia procurado Luiz para pedir orientações, pois ele tinha interesse em tentar apresentar aos seus colegas pescadores, principalmente os do Arroz, uma alternativa à Capatazia. Ele apenas não sabia como fazer isso: era possível montar uma nova Colônia em Barra de São João? Ou uma Associação? Ou um Sindicato? Alegou que não se sentia representado por aquela pessoa que “trata mal os pescadores e que só quer saber de ganhar dinheiro às custas deles”. O Luiz demonstrou bastante animação com a resposta positiva deste pescador quando este disse que iria comparecer à reunião. Viu que ele poderia somar em uma possível disputa pela forma como seria aplicado o recurso do PCAP. Inclusive pediu que ele chegasse mais cedo para

que “o pessoal daqui, de Barra” pudesse se reunir antes e traçar alguma estratégia caso houvesse divergências ou mesmo a tentativa de monopolizar as decisões.

Informada pela equipe da empresa que já tinha sido feita a visita alguns dias antes em Tamoios e terminadas todas as visitas em Barra, escolhi, no mesmo dia à tarde, ir sozinha à praia de Pontal de Santo Antônio me certificar quais pescadores estavam sabendo sobre a reunião, suas expectativas, enfim, me inteirar com eles sobre como tinha sido conduzida a divulgação no “outro lado” do rio.

Conversei com alguns pescadores que encontrei na praia, onde acontecia um pequeno churrasco em um dos quiosques, com não mais que 20 pessoas. A maioria deles estava sabendo da reunião e confirmaram a presença, dizendo inclusive que nem iriam “sair pra colocar a rede” para poder comparecer à reunião no horário estabelecido. Todos estes a que me refiro são cadastrados na colônia ou estão em processo de cadastramento. Perguntei se sabiam bem onde era, já que a reunião iria acontecer em uma Colônia de Férias em Barra de São João. Eles disseram que sabiam mas que isso na verdade não importava pois a Nadia, representante da Capatazia, tinha pedido um ônibus para a Petrobras e, desta forma, todos eles iriam com ela.

É importante salientar o porquê da facilidade do fornecimento do ônibus por parte da Petrobras quando é solicitada pela Presidente, fato muito comum e citado em diversos momentos das entrevistas que fiz com os pescadores. Segundo informações do campo, este fornecimento é fruto da parceria que esta representante fez com a empresa na época do projeto Mosaico.

O Projeto Mosaico, lançado no ano de 2004, continua a ser desenvolvido pela Petrobras. À época do seu lançamento, a empresa pretendeu por meio dele investir em projetos de parceria com comunidades pesqueiras de 12 municípios localizados na região da Bacia de Campos. Contudo não encontrei informações atualizadas sobre o andamento do projeto. O site da empresa, por exemplo, não menciona suas ações.

Escrita em 2005, a dissertação de mestrado de Deborah Bronz faz menção à reunião de lançamento do Projeto Mosaico. A autora chama a atenção para o fato de que os municípios contemplados por esse projeto sejam geralmente apontados pelos estudos de impacto ambiental como pertencentes à ‘área de influência’ das atividades da Petrobras sob a pesca praticada por suas populações tradicionais. Embora o perfil dos municípios

escolhidos seja esse, o Mosaico é uma prática corporativa³⁶, e não uma ação cobrada legalmente da empresa por órgãos como, por exemplo, o IBAMA.

Ainda segundo a autora,

Os eventos promovidos pelas empresas de petróleo à época do projeto possibilitavam o encontro entre as lideranças de pesca, facilitando também o seu deslocamento através do transporte que é fornecido pela empresa promotora. Esse tipo de apoio assistencial no fornecimento da logística é reconhecido pelos pescadores como um fator que favorece à organização do grupo e à participação nos momentos de discussão pública, representando uma postura democrática da empresa (BRONZ, 2005, p.110).

Contudo, no contexto local estudado, esse tipo de apoio dado pela empresa claramente segmenta e facilita o acesso apenas dos pescadores que estão vinculados à Capatazia, excluindo aqueles que têm dificuldades para se locomover até Barra de São João e que não fazem parte da entidade.

Percebo, no mesmo churrasco, um grupo de pescadores (incluindo duas mulheres) que eu não conhecia até então. Tentando estabelecer uma conversa, pergunto sobre a reunião. Uma das mulheres fica bastante surpresa e me diz que não está sabendo de reunião alguma. Pergunto se ela é cadastrada na Colônia, ela diz que não porque “não gosta da Nadia”. Ela pede que eu explique do que se trata. Após isso, ela me garante que vai e pede ainda alguns folders para que ela possa avisar a outros pescadores que não são da Colônia. Como carregava algumas poucas cópias comigo, as deixei com ela. Essa pescadora foi muito firme ao demonstrar sua posição com relação à Capatazia e julgou um absurdo que esta reunião não tenha sido melhor divulgada para quem não está vinculada à ela.

Ao caminhar para sair da beira da praia noto que os cartazes que os funcionários da empresa de consultoria me garantiram que penduraram na localidade no dia anterior não se encontravam lá. Não vi um cartaz sequer por todo o trajeto. Aproveitei e passei em uma peixaria cujo dono é pai de um pescador que já foi preso pescando com rede de arrasto de praia e onde também eles possuem relação próxima com certos “opositores” da Capatazia, como o pescador Leonardo, que pretende ser candidato a vereador em 2012. Eles também não estavam informados da reunião. Desta forma avisei-os o local, horário, e expliquei a

³⁶ Associada ao Projeto Fome Zero da Petrobras (implementado desde o início do governo Lula) e vinculado à parte de Responsabilidade Social da empresa.

função do PCAP. Seu Tônico, dono da peixaria, garantiu que estaria lá, já que seria escolhido um projeto por votação e que “é claro que a Nadia ia querer puxar pro lado dela”. Disse ainda que convocaria o Leonardo e seu filho para que fossem e agradeceu pelo aviso.

Findo o trabalho de percepção pré-reunião, deixei o campo e retornei à Barra de São João.

7. A assembleia de validação de projetos como parte do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) da Bacia de Campos - O dia da reunião

A reunião foi realizada no dia 17 de outubro de 2011, uma segunda-feira, dia em que normalmente os pescadores costumam “descasar” do final de semana de vendas no Pontal de Santo Antônio. Não que eles deixem de pescar, mas é um dia de bem menos movimento e que, de vez em quando, eles utilizam pra se reunir na praia e fazer um churrasco. Estes fatores demonstram que foi um dia muito propício para realizar a reunião. Contudo, um forte temporal começou a cair desde muito cedo, e isso contribuiu para o esvaziamento da assembleia.

Aparentemente, em um primeiro momento, poderia parecer que a reunião estava fadada ao fracasso. Cheguei às 9 horas em ponto e as únicas pessoas presentes, fora a equipe da consultoria, os funcionários do IBAMA e da Petrobras, eram os membros da ALA representados por Luiz, Sival e Serginho, que marcaram de chegar mais cedo ao local, mais uma funcionária da Secretaria de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu que compareceu a convite do Luiz, e quatro pescadores moradores de Barra de São João, vinculados à Capatazia.

Aproveitei o pouco movimento inicial para fazer a inscrição para participar da reunião. Nós sentávamos a mesa, com duas funcionárias da consultoria, e uma delas era responsável por preencher um questionário com dados como: nome, endereço, documentos, qual o vínculo com a pesca da região, enfim, informações básicas que identificavam o seu lugar dentro da dinâmica da pesca local. Ao final, quem era de fato classificado como membro da comunidade pesqueira, recebia um crachá de identificação e, acoplado a este, números destacáveis de 1 a 3. Foi explicado que eles seriam utilizados na votação do projeto. Todos os pescadores e lideranças receberam os números para a

votação. Quem não era classificado como diretamente pertencente à pesca já tinha seus números destacados previamente pela funcionária da consultoria. Eu acabei recebendo os números, mas acredito que foi um engano da pessoa que preencheu minha ficha. De toda a forma, achei mais prudente não os utilizar para a votação.

Chegando ao local o que chamava a atenção logo quando se entrava no espaço da Colônia de Férias era a mesa montada com um farto café da manhã, com bolos, sucos, pastinhas, etc. De 9 horas até quase 10, quando chegou o ônibus fretado pela Petrobras trazendo os pescadores da Capatazia, os participantes que haviam chegado não se posicionaram próximos à mesa. O grupo da ALA conversava de um lado. Os pescadores de Barra, mas que não são ligados a ele e sim à Capatazia (quase todos exclusivamente catadores de guaiamum) formavam outro grupo separado e conversavam próximos à entrada. Foi só quando chegou o grupo – de aproximadamente 40 pescadores – trazido pela Nadia no ônibus que estes últimos se sentiram mais a vontade e começaram a se reunir em volta da mesa do café.

Este grupo grande chegou com um atraso de 40 minutos. Já nos primeiros momentos começa a se delimitar os espaços de cada grupo. Nadia cumprimenta rapidamente apenas o Sival, da ALA. Ela não fez questão de ser amigável nem polida com aqueles que ela tem divergências. Quando me viu, não me cumprimentou, talvez pela desconfiança e a falta de entendimento sobre o meu trabalho, que sempre despertou nela suspeitas sobre as reais intenções da pesquisa.

Seu grupo “faz barulho”, inclusive ela. Falam alto, brincam, fazem piadas entre eles. Nadia parece animada, andando entre os pescadores, dando ordens para que se inscrevam logo para pegar o crachá, para que não fiquem com vergonha de comer o café da manhã oferecido e para que “falem bastante” e se manifestem na reunião. A percepção é que sua expectativa era grande.

Já o grupo de Barra de São João se viu muito reduzido frente ao “barulho” causado pela chegada dos pescadores da Capatazia. Dos pescadores convidados no dia anterior, nenhum aparecera até o momento. O grupo se restringia a pessoas da liderança da ALA e a uma técnica da prefeitura que não tinha ligação alguma com a pesca. Não houve interação deles com o resto do grupo, apenas com alguns membros da sede da Colônia localizada no centro de Cabo Frio, que vieram de van a convite da empresa. Ao adotarem desde o início uma postura discreta, em contraste com a da liderança da capatazia de Santo Antônio, tudo indicava que eles não seriam os protagonistas daquela reunião.

Com o atraso do grupo, a tolerância devido a forte chuva e o credenciamento para a assembleia, às 10 h 20 min. da manhã os consultores deram início ao ritual, após uma hora e 20 minutos do horário marcado. Ao todo tinha aproximadamente 60 pessoas presentes, entre funcionários da empresa contratada pela Petrobras, da própria Petrobras, do IBAMA, os pescadores de Pontal de Santo Antônio, de Barra de São João, da sede da Colônia de Cabo Frio e um representante da Colônia de Rio das Ostras. Na sala havia diversos banners confeccionados pela empresa, dispostos na frente do público, com os resultados dos diagnósticos feitos na região e outras informações como o PCAP anterior, os depoimentos dos interlocutores e várias fotos e ilustrações. Não havia uma mesa disposta na frente do público, apenas na lateral com um computador e outros equipamentos, o que demonstra a tentativa de realizar uma reunião mais “democrática” e informal, onde os expositores faziam uma performance mais despojada, de pé, a todo momento mostrando os banners, cartazes. Também escreviam em um quadro branco com frequência, inclusive utilizando desenhos, para ilustrar de forma mais clara o que estava sendo dito. Havia profissionais gravando e fotografando a reunião, com câmera profissional, além do registro em computador de uma ata durante todo o evento. Não havia telão.

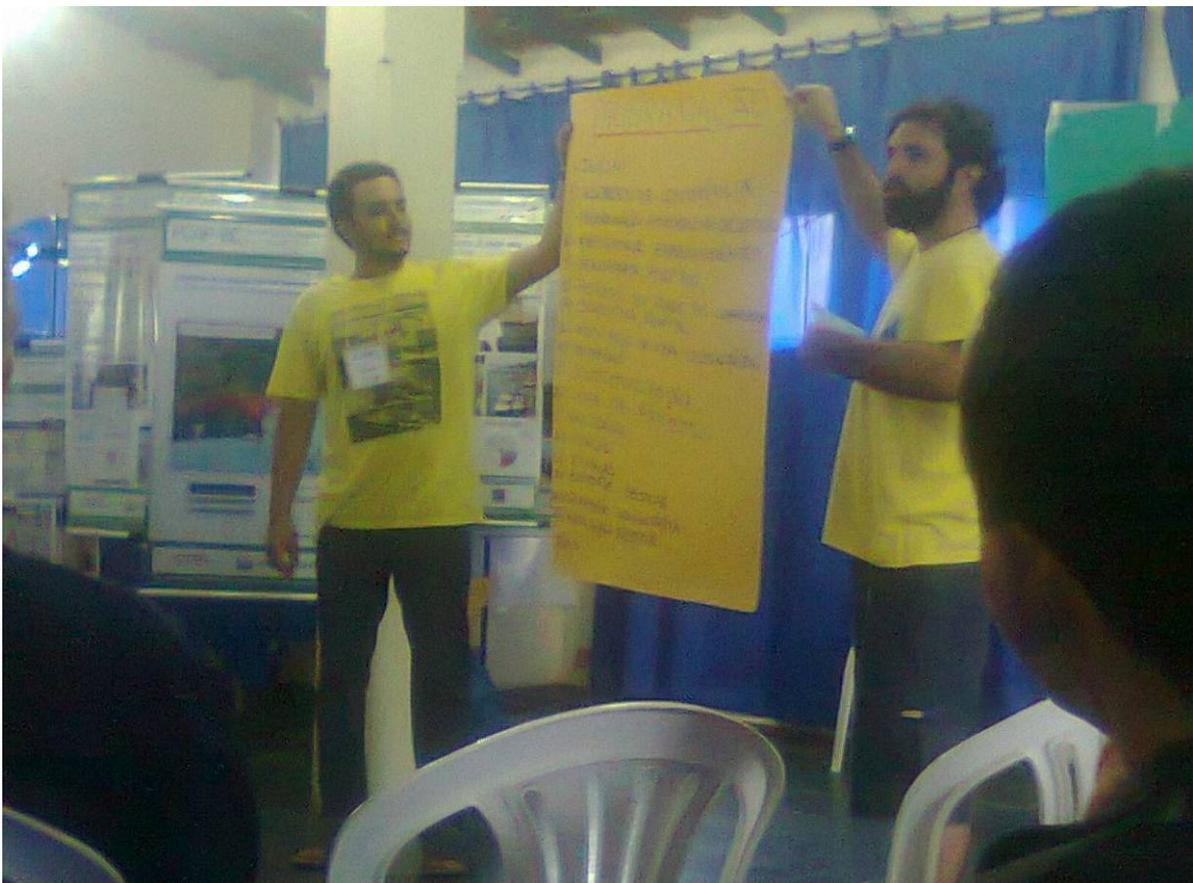


Figura 15. Expositores da empresa de consultoria na reunião sobre o PCAP da Petrobras. Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

A disposição das pessoas na sala foi feita espontaneamente da seguinte forma: nas primeiras fileiras sentaram-se os líderes de Barra de São João, os da Colônia de Cabo Frio e Rio das Ostras e os pescadores dessas regiões que os acompanhavam. No meio estava a maioria dos pescadores de Tamoios; e na parte de trás da sala, mas disposta na parte central, estava a Nadia com sua filha e os pescadores que são mais próximos à ela. Apesar de estar posicionada no fundo da sala, ela tinha a visão total dos participantes, diferentemente de quem estava na frente. No canto esquerdo, na parte de trás, bem ao fundo da sala, estavam os funcionários da Petrobras e técnicos do IBAMA presentes, alguns deles portando máquinas fotográficas pessoais.



Figura 16. Pescadores presentes na reunião do PCAP da Petrobras. Foto: Geraldine de Araujo e Silva.

Não houve nenhum início muito formal. Os dois funcionários da empresa de consultoria deram bom dia e explicaram algumas regras que dariam o tom da reunião, chamadas por eles de “normas de acordo de convivência”, que possibilitariam “conviver durante a reunião com as diferenças de cada grupo”. Aguardar a vez de falar, respeitar as opiniões divergentes e desligar o celular foram algumas citadas.

A linguagem utilizada o tempo todo pelos dois funcionários expositores foi informal, evitando termos técnicos, e sempre explicando detalhadamente cada termo e cada norma. As brincadeiras também deram o tom da reunião, sempre tentando ao máximo não dispersar a atenção dos pescadores, nem sempre com sucesso.

Apesar do despojamento e da aparente informalidade, a reunião seguiu um roteiro programado pela empresa de consultoria e que fora apresentado logo no início. Com previsão de duração de cerca de três horas, ela foi dividida em quatro fases: primeiro seria dada a justificativa da reunião; a segunda fase pretendia resgatar projetos de PCAP e similares realizados anteriormente na região; a terceira seria uma tentativa de traçar conjuntamente as demandas que os pescadores têm, fazer uma espécie de diagnóstico e em cima dessas opiniões traçar quais os projetos que a “comunidade” necessita; após isto, seria feito um intervalo rápido e, na volta, a última parte da reunião previa a votação dos projetos e a formação de uma comissão gestora de acompanhamento do processo do PCAP, formada por pescadores voluntários para essa função. Os três primeiros projetos mais votados são os que vão ser levados a frente para sua possível execução.

Inicia-se a primeira parte da reunião com a fala de um dos funcionários da empresa de consultoria que justifica a realização desse PCAP. Para tanto, é explicado no que consiste a atividades de sísmicas, a existência da necessidade do licenciamento para sua realização, o porquê da exigência do IBAMA por planos de “mitigação” e “compensação” das atividades potencialmente ameaçadoras às populações e porque aqueles pescadores foram selecionados para receber esse projeto de PCAP.

Foi explicado que o município identificado na chamada “área de influência” de ambas as sísmicas foi Casimiro de Abreu, distrito de Barra de São João. Cabo Frio não seria contemplado por estar fora dessa área identificada no estudo realizado. Contudo o IBAMA alertou a empresa de consultoria para a caracterização da pesca da região e, assim, os pescadores do 2º Distrito de Cabo Frio também foram incluídos como parte da população “impactada”.

(...) Aí o IBAMA fez um parecer técnico e falou assim pra Petrobras: quando vocês forem fazer o trabalho lá inclua também o 2º distrito de Tamoios porque a gente tá falando dos dois municípios, mas vocês são uma comunidade, um lado depende do outro. (...) **A cadeia produtiva de vocês não tem fronteiras.** Fronteira é a gente que cria porque alguém um dia disse que aqui é Casimiro e lá é Tamoios, mas no fundo na atividade de pesca vocês fazem uso das duas margens do rio. Então o IBAMA falou: vai lá e inclui o pessoal do segundo distrito, então beleza. Espero

que vocês estejam aqui (...). (Técnico da empresa de Consultoria Ambiental – Grifos meus).

Segundo os técnicos da empresa, como a área está sob jurisdição da Colônia Z-4 de Cabo Frio e também da Colônia Z-22 de Rio das Ostras, foram convidados as suas respectivas lideranças para participarem da reunião.

Curioso perceber que os dados do campo apontam para a pouca ou mesmo nenhuma ligação dos pescadores de Pontal de Santo Antônio e Barra de São João com essas colônias e suas lideranças. Com o presidente da Colônia de Cabo Frio a ligação se dá pela subordinação oficial da Capatazia. Porém muitos dos pescadores relataram em seus depoimentos que não conhecem ou que não veem “há muitos anos” o presidente da Colônia, o que caracteriza a pouca ligação existente entre ele e os pescadores de Tamoios. Quanto ao presidente de Rio das Ostras as pessoas o conhecem por estar há muito anos a frente da Colônia e por ser uma figura polêmica. Porém as entrevistas apontam que não há um número significativo de pescadores de Tamoios associados à ela. Alguns até mesmo estão registrados nas Colônias de suas cidades de origem e mais afastadas tais como a de São Francisco do Itabapoana e Atafona. Raramente a associação à Colônia de Rio das Ostras foi mencionada pelos pescadores nas entrevistas. Portanto, a liderança de Rio das Ostras não apresenta um vínculo tão significativo que justifique tomá-la como possível representante destes pescadores e que tenha necessidade de participar da decisão para a escolha do projeto do PCAP.

Foi convencionado pelos técnicos que conduziram a reunião não falar mais na fronteira estabelecida entre os pescadores, separando-os como sendo de Tamoios ou de Barra de São João. Como tentativa de homogeneizar as reivindicações e diminuir os atritos causados pela separação territorial e simbólica, o grupo passou a ser identificado como “pescadores da foz do rio São João”. Era inclusive desta forma que já se referiam à população nos banners confeccionados espalhados pela sala, retratando-os como uma comunidade aparentemente homogênea.

Contudo, podemos apreender que, devido a esta relação conflituosa, esses grupos possuem uma incomunicabilidade social entre si. Aqui se faz presente uma significativa distância social, apesar da proximidade geográfica, notadamente remetendo a Evans-Pritchard (2008), autor que observou situação semelhante no continente africano em seu clássico ensaio sobre os Nuer.

Se, no caso estudado pelo antropólogo, a distância espacial entre as tribos manifestava também a distância social entre as mesmas, por serem tribos rivais, no caso empírico pesquisado nesta dissertação, os pescadores dos dois municípios à beira das margens do rio utilizam um espaço geográfico comum que, entretanto, alimentam uma rivalidade no campo simbólico. Assim, as situações empíricas diferentes – as do Nuer e as do rio São João – encarnam o mesmo conceito: a distância social, que pode ocorrer entre grupos separados ou não por um espaço físico.

Nessa fase da reunião alguns questionamentos podiam ser feitos pelos participantes, mas apenas Nadia e Alexandre, presidente da Colônia de Cabo Frio, manifestaram-se. Dúvidas com relação ao que é o PCAP, as diferenças entre este e o Programa de Educação Ambiental (PEA) foram perguntadas por Alexandre. Nadia questionou a quantidade de PCAPs que chegam até os pescadores e as atividades sísmicas na região da Bacia de Campos, cada vez mais frequentes. “Então é muita sísmica pra pouco PCAP? Então é isso que eu entendi?”, chegou a dizer, de certa forma desafiando os técnicos ali presentes e reivindicando mais compensações, demonstrando desconhecer os critérios técnicos que regem os planos de compensação e o licenciamento das atividades de petróleo e gás, prontamente explicados por uma funcionária da Petrobras ali presente.

Esclarecidas as primeiras dúvidas, deu-se início à segunda fase da reunião. Iniciou-se a explicação sobre o processo de PCAP anterior realizado na região, o único até então, relacionado às sísmicas realizadas pela empresa CGG entre 2006 e 2007. Como vimos anteriormente, o processo foi polêmico e demorado. A polêmica se colocou na presente reunião quando questionados dois pontos: 1) Nadia reclama por não ter sido chamada para as decisões, o que do seu ponto de vista é errado por justamente a compensação ser direcionada “aos seus pescadores”, e que Cabo Frio e Casimiro de Abreu se apropriaram de uma compensação que deveria chegar aos pescadores da foz; 2) O projeto escolhido pelos pescadores de Barra de São João, representados pela ALA, foi o estudo de viabilidade da Reserva Extrativista Marinha (Resex), um assunto bastante controverso e de pouca aceitação entre os pescadores de Santo Antônio.

Um problema pujante é a confusão causada ao relacionarem a proibição da pesca de rede dentro do rio São João com a suposta implantação da Reserva Extrativista Marinha. Quando a APA do rio São João foi decretada, no ano de 2002, já estava-se em meio às discussões sobre a proposta da Resex e as reuniões com Fabio Fabiano e ALA, para recolher assinaturas, já estavam sendo feitas.

Diante das restrições à pesca incluídas na portaria baixada pelo IBAMA, mais uma vez os pescadores de Pontal de Santo Antônio foram pegos de surpresa, assim como ocorrera quando houve a implantação da Resex-Mar de Arraial do Cabo, em 1999. Tal surpresa se deve ao fato de, durante reuniões decisivas relativas ao decreto da APA, não terem sido consultados membros da comunidade local pesqueira.

No episódio da restrição da pesca de rede no rio São João, notamos uma lógica de tutela por parte de alguns grupos sob os pescadores artesanais que se utilizavam das águas do rio para pescar e que, a partir de uma decisão sem a participação dos maiores interessados, impediu que os mesmos tivessem acesso aos recursos ou as formas de gestão desse espaço.

Após o decreto de proibição, muitos tiveram suas redes apreendidas e alguns chegaram a ser presos. Eles não entendiam o porquê, já que há muitas décadas esse tipo de pescaria era praticada no rio sem comprometer o equilíbrio do ecossistema ali presente. Como nunca houve esclarecimentos sobre os motivos da proibição, muitos confundem esse decreto do IBAMA com a implantação da “tal da Reserva Extrativista”, como mencionado da reunião do PCAP. Até porque muitos desses mesmos pescadores foram diretamente afetados pela implantação da Reserva Extrativista ali próxima, de Arraial do Cabo (RJ). Por desconhecerem os acordos locais, ao pescarem dentro dos limites da reserva também tiveram redes apreendidas, confrontos diretos com os fiscais e ameaças de prisão. Alegam que não houve um esclarecimento adequado quando teve a implantação da Resex, e, por isso, eles desconheciam as novas regras. Da mesma forma que ocorreu em Arraial, vimos se repetir os episódios de confronto entre os pescadores e os fiscais da APA.

São por esses motivos que, entre os pescadores, as duas categorias diferentes de Unidade de Conservação, Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental, passam a ser confundidas pelos pescadores.

Essa reserva que tavam tentando criar tá sendo prejudicado nós pescador do outro lado. Por quê? Porque quando o mar está brabo ninguém pode sair, a gente passa uma semana ou até dez dias sem ir no mar. Então nós temos o rio São João que nós possamos ir no mar pra poder matar nosso sustento. Então nesse meio, no IBAMA, eles proíbe que nós pescamos lá no rio. Não pode botar uma rede de 6 dedos, uma rede de 60x60, pra matar um peixe maior. Eles apreendem esse material, a gente é pego, eles querem dar multa na gente, pescador. Mesmo nós com a carteirinha na mão eles diz que não vale nada (Pescador do 2º Distrito de Cabo Frio – Reunião do PCAP).

Assim, nessa fala fica clara a ideia de que os pescadores só seriam detentores legítimos de seus direitos caso cumprissem determinadas regras impostas pelo IBAMA. Esse debate nos remete à discussão de Wanderley Guilherme dos Santos que definiu a cidadania no Brasil se associada a uma dimensão regulada, uma cidadania regulada:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram **localizados** em qualquer uma das ocupações **reconhecidas** e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de **membro da comunidade**. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como **reconhecido por lei**. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. (SANTOS *apud* MOTA, 2009, p. 259. Grifo do autor)

Logo, mediante a regulamentação por lei, é possível o Estado, estabelecer novas regras para as profissões. No caso da proibição da pesca de rede no rio, esta forma de atividade deixou de ser reconhecida pelo órgão do Estado, o IBAMA. Assim, os pescadores, apesar de detentores do documento que assegurava um reconhecimento de sua profissão, passam para o status de pré-cidadãos por infringirem as novas regras.

Diante destes acontecimentos, percebemos também o porquê dos pescadores imaginarem que uma Reserva vai ser implantada “de cima para baixo”, como viram ocorrer com a determinação da proibição por conta da APA.

Das intervenções realizadas durante a reunião, chamou a atenção aquelas que pareciam se afirmar como tendo uma espécie de saber que faltava aos pescadores artesanais. Não só os técnicos do IBAMA e os da empresa de consultoria tentavam a todo momento ‘traduzir’ os termos técnicos necessários para entender o processo. As lideranças, durante as discussões, também faziam esse papel ao embasar seus discursos ora absorvendo visões de mundo “externas” as do mundo da pesca, ora tentando esclarecê-las aos pescadores.

Durante a fala de um dos técnicos do IBAMA para explicar o porque do PCAP estar sendo realizado, Nadia em certo momento interrompe o funcionário e diz:

É rapidinho. Fala só sempre assim: compensação de atividade de pesca (pausadamente). Pra eles gravarem o que é o PCAP, ta? Sempre repetindo isso pra eles fixar que eles não guardam muito sigla não, ta?

Na discussão sobre a proposta da Reserva Extrativista Marinha, transpareceu também esse ponto de vista da “autoridade” do discurso de alguém de fora da pesca. Uma funcionária da prefeitura de Casimiro de Abreu, que tinha sido convidada por Luiz, pede para dar sua opinião sobre a Resex.

Gente, olha só. Eu gostaria de falar pra vocês, eu não sou pescadora, eu sou interessada em comprar o peixe que vocês pescam. Eu to aqui representando a secretaria de agricultura de Casimiro de Abreu. Eu não tenho interesse nenhum, não posso nem votar porque não sou pescadora, mas quero deixar minha contribuição enquanto bióloga, enquanto profissional, pra vocês pensarem um pouquinho. Vocês apresentaram aqui vários problemas, com barcos de fora que vem pescar na área de vocês, gente que invade o local de vocês venderem, vários problemas que diante do meu conhecimento sobre uma reserva extrativista, que eu não tenho muito conhecimento **mas tenho algum conhecimento enquanto bióloga, eu acho que uma reserva resolveria grande parte desses problemas.**

No que diz respeito à participação das lideranças da ALA, notamos em seus discursos uma característica do que Lobão (2011) afirma sobre a lógica predominante das políticas de Estado que caminham para uma valorização do associativismo como forma de construção de uma cidadania compartilhada. O autor identifica que

Na prática, o processo de construção dessas associações privilegia a identificação e a formação de líderes. Faz com que se construam representantes que se especializam em falar para “fora”, aprendam um novo idioma e percam suas referências comunicativas, para dentro. Em casos limites, vemos representantes que não mais representam os interesses de seus coletivos de origem, mas de seus próprios interesses, ou de outros círculos externos à associação (LOBÃO, 2011, p. 221).

A ALA, com seu discurso da defesa ambiental, não encontra consonância com as demandas dos pescadores artesanais presentes na reunião.

Sival: Pelo o que eu percebo aqui a maioria não tem a menor noção do que vem a ser uma reserva extrativista. Então pra começo de conversa ela é composta no seu conselho gestor por pescadores da comunidade. A reserva extrativista prevê e define que a comunidade é que faz a gestão, é a comunidade que tem interesse. Então por exemplo, nós estamos propondo ali evitar a sobrepesca. Então o que a gente quer... “é, eu não quero a reserva extrativista, eu quero que um cara venha de Macaé e arraste na boca do rio”. É isso que vocês estão pedindo, não tem diferença nenhuma. Quando vocês falaram que não querem reserva

porque vou criar uma regra excusa e vou deixar o pescador de fora. Ah, meus deus do céu, vocês não tão sentando lá na cadeira, vocês não tão participando do processo? Se vocês estão participando do processo, porque que vocês vão votar contra vocês? É essa que é o pensamento de vocês? Vocês tão equivocados. Então to falando isso pra esclarecer a reserva extrativista. Então a proposta que a gente fez aqui é que por força de lei, pra se ter uma reserva, há a necessidade de um estudo sócio ambiental. Pra saber o que a comunidade quer, o que ela pensa. Isso é o estudo. E o que a gente pediu na época foi pra fazer esse estudo pra saber da viabilidade pra fazer essa reserva. (...) Ela ainda tem que ter uma audiência publica na qual todos da comunidade deverão participar pra dizer eu quero e eu não quero. **Mas pra você dizer eu não quero você tem que conhecer. E o que eu percebo é que ninguém conhece nada e tá dizendo eu não quero.** O exemplo que vocês tem de reservas extrativistas ai, pelo o que eu vejo, não é de reserva extrativista. Então é essa a colocação que eu faço com relação a reserva extrativista.

Isso refletiu na última parte da reunião, quando foram escolhidos os projetos que iriam para a votação. A representante da Capatazia escolheu o projeto de construção ou da compra de um prédio para sediar sua entidade, que não possui local adequado para atendimento. Já a ALA veio com projetos como o apoio para o monitoramento da qualidade das águas do rio ou do estudo do ciclo do guaiamum, que, segundo percepção de Luiz, a época do seu defeso não corresponde á do seu ciclo natural de reprodução. Com um estudo feito poderiam embasar esse argumento para reivindicar mudanças no calendário oficial do IBAMA para o defeso da espécie.

Sival ainda tentou chamar a atenção dos pescadores para o fato do projeto da Capatazia não beneficiar todos os pescadores da foz, como tinha sido enfatizado como propósito do PCAP pelos funcionários do IBAMA no inicio da reunião.

Então vocês não podem esquecer que os projetos que a gente tem que pedir aqui é pra evitar a sobrepesca. Eu não to vendo nada pra evitar a sobrepesca. Tem que ter foco coletivo. Eu to vendo só individualismo. E não pode ser atribuição do poder público. E a gente ta pedindo algumas coisas do poder público. Vamos pensar isso.

Entretanto, seus protestos de nada adiantaram. A votação refletiu o quadro que se formou desde o início da reunião, com a chegada do grande grupo no ônibus patrocinado pela Petrobras para a Capatazia e a posição mais discreta do grupo de Barra de São João. O projeto mais votado foi o da compra da sede para a filial da Colônia, seguida da reforma do mercado de peixe no Pontal de Santo Antônio. A proposta do estudo do ciclo do guaiamum foi o único projeto da ALA melhor aceito por seus não membros, ficando em quarto lugar na votação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconstruir os processos de mudança social vivenciados pelos atores da pesca no contexto das três localidades da foz do rio São João, pretendi ressaltar as estratégias distintas adotadas na exploração dos contornos possíveis dentro da configuração (ELIAS, 1993) que se apresenta localmente.

Desta forma, busquei demonstrar quais são as interseções entre as dinâmicas das políticas macro sociais, refletidas nos dispositivos jurídicos implementados nos últimos anos no Brasil, com o quadro de análise microssocial que busquei em Barra de São João e Tamoios e, em menor escala, na Praia Rasa.

Vimos na primeira parte da dissertação que se, com a criação das diversas Associações Livres os pescadores puderam assistir a um aumento de sua autonomia, ao longo dos anos foram criados mecanismos que fizeram com que os pescadores continuassem a manter o vínculo com as Colônias e a associação compulsória a estas.

Com a criação da Pastoral da Pesca, o movimento “libertador” de Frei Alfredo e a posterior conquista à livre associação, há uma aparente autonomia conquistada pelos pescadores. Porém, em um segundo momento da legislação, foi restituído o poder das Colônias. Isso não vem diluir as dificuldades que se tem apontado sobre as formas dos pescadores de se representar no mundo, na esfera pública.

O associativismo que se instalou entre nós nunca foi livre, construído de baixo para cima. Ele não representou uma caixa de ressonância de vozes concordantes em seu diálogo com o Governo, como nos sugere a interpretação sobre o associativismo nórdico. As associações, compulsórias como as Colônias de Pesca, ou livres, como as associações de pescadores, cada uma em seu momento pretendeu “libertar” os pescadores do julgo o Estado, apenas estabelecendo uma outra forma de cerceamento da expressão e da comunicação (LOBÃO, 2011, p. 233).

O decreto de 2003 ilustra este fato. Ao criar o auxílio-defeso, determina que o pagamento deve ser repassado exclusivamente por esta entidade (LOBÃO, 2010). Um outro exemplo mais recente dessa tentativa de privilegiar um sistema de Colônias em detrimento de um sistema baseado na livre associação, tal como preconiza a Constituição Federal de 1988, foi o recente Acordo de Cooperação Técnica nº 02 de 01/08/2012, firmado entre o Ministério da Pesca e Agricultura (representado por seu ministro Marcelo Crivella) e a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (órgão

hierarquicamente superior das Colônias de Pesca). Está previsto a criação de mudanças nas regras para a retirada de novas licenças de pesca, que será feita exclusivamente por Colônias filiadas à Confederação Nacional, deixando de fora Associações, Cooperativas e Sindicatos. Caso este acordo entre em vigor, se confirmará o quadro descrito por Lobão (2010).

É certo que um sistema tão longo teria de encontrar outras formas de se manter estruturado. Assim surgem novas “motivações” para se obrigar aos pescadores a continuarem filiados ao sistema de Colônias de Pesca. Estas tomam o papel de “representantes”, “porta-vozes”, “interlocutores” dos pescadores junto aos órgãos oficiais. Carteira de pescador, auxílio-defeso, redução ICMS sobre o óleo diesel, averbação de tempo de serviço para fins de aposentadoria, enfim, toda a articulação entre os pescadores e os órgãos públicos a que eles deveriam contatar para receber seus direitos passa a ser mediada pelas colônias de pesca. Surgiu um novo padrão de tutela, que privilegiou uma forma de representatividade cada vez mais seletiva, onde só poucos detêm a linguagem para se comunicar com o mundo oficial (LOBÃO, 2010, p. 332).

Esta dissertação apontou também para o problema da representação dos pescadores. No caso da Capatazia localizada no Pontal de Santo Antônio, a atual presidente, assim como as lideranças da ALA de Barra de São João, é uma pessoa de fora do universo da pesca. Com a desistência de um pescador tradicional que tomara a frente da entidade, ela foi ganhando espaço e assumiu o papel de “representante”, segundo suas palavras, dos “verdadeiros” e “únicos” pescadores tradicionais da região. Esta afirmação é fundamentada pela visão apresentada nesta dissertação, de que os pescadores da localidade de Tamoios não reconhecem os pescadores de Barra de São João como legítimos.

Ao deslegitimar os pescadores de Barra como não sendo tradicionais, recusando assim o reconhecimento de sua substância moral digna (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002; MOTA, 2009), a presidente da Capatazia afirmou diversas vezes em entrevistas informais que, conseqüentemente, não os reconhece como legítimos de serem alvo das compensações para a pesca que vinham das empresas de petróleo, dando grande ênfase a este aspecto. Dizia ser injusto o distrito de Barra de São João (e mais especificamente a ALA) ser contemplada nos planos de compensação e a Capatazia, que fica em um local onde há a maioria dos pescadores artesanais da região, nunca receber algum tipo de compensação. Ela diz que se sente isolada, já que a sede da Colônia, que deveria distribuir essas compensações também à sua filial, nunca teve esse tipo de iniciativa. E Barra de São João, quando ganhou esses recursos, não consultou os “verdadeiros” pescadores artesanais da foz.

Contudo, podemos dizer que este cenário vem se modificando. A presidente da Capatazia, nos últimos anos, conseguiu se aproximar da Petrobras e com isso ganhou mais legitimidade perante o IBAMA, fato que foi demonstrado com a sua significativa participação na última reunião do PCAP.

Apesar do aparente sucesso da sua presidência, com a conquista de maior visibilidade perante estes órgãos, nas falas dos pescadores locais percebemos que a visão sobre a legitimidade desta entidade como representante dos interesses dos trabalhadores artesanais ainda é fraca. Em muitas falas eles reconhecem na figura da presidente alguém que está ali para “ajudar os pescadores a se regularizarem”. Mais de uma vez foi falado que ela presta um serviço, em que eles pagam a mensalidade e, em troca, ela providencia transporte até o Rio de Janeiro, para que suas carteiras de pescador profissional artesanal sejam emitidas. Esta pessoa também é responsável pelo repasse do defeso de espécies capturadas na região, como o camarão e o guaiamum, além de facilitar pedidos de aposentadoria especial de pesca. Ou seja, através dos depoimentos dos pescadores transparece a percepção de que a presidente se porta mais como uma mera prestadora de serviços do que uma liderança ou alguém que represente de fato os interesses do grupo.

Aqui são os ecos da lógica “libertadora” e tuteladora de Frederico Villar (1931) que podem ser percebidos nessa que é a única entidade que avoca para si os assuntos pertinentes aos pescadores artesanais locais de Tamoios, porém com uma visão mais personalista que uma visão de grupo.

Exemplo desta conduta personalista, há casos de apropriação de direitos dos pescadores pelos presidentes das Colônias, que tornam-se moeda de troca política disfarçada de dádiva (MAUSS, 1974). Ouvei relatos de pescadores sobre casos em que presidentes utilizam (ou ameaçam utilizar) o poder do corte do benefício caso os pescadores tenham atitudes como não votar, não pagar em dia a mensalidade ou não apoiarem suas decisões. Assim, é a lógica da dádiva que regula essas relações, cujo princípio fundamental tal como preconiza Mauss é o de dar, receber e retribuir. É neste fluxo de trocas que os pescadores têm acesso aos recursos públicos e os presidentes das Colônias são os mediadores que fazem essa ponte.

Encontramos um paralelo dessa relação de poder entre os presidentes das Colônias e os pescadores com as destacadas por Kuschnir (2007) entre políticos e seus eleitores. Neste caso, a autora destacou que

Do ponto de vista “nativo”, os políticos não estão “privatizando bens públicos” (para usar uma definição clássica de clientelismo); ao contrário, os políticos estão *dando acesso* a bens e serviços públicos a pessoas que não os teriam de outra forma. Nesse contexto, a palavra “público” não significa “recursos que pertencem a todos”, mas “recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas”. Ou seja, pessoas “ordinárias” – de estratos inferiores da sociedade – não participariam dessa definição de “público”. Por isso mesmo, o acesso às fontes públicas de bens e serviços precisa ser intermediado pelo político e é visto como um bem extraordinário, “que não tem preço” (KUSCHNIR, 2007, pp. 164-165).

Da mesma forma, como um interlocutor privilegiado entre o Estado e os pescadores, os presidentes muitas vezes são vistos como “pessoas boas” e que trabalham para “ajudar” os pescadores. São afirmadas muitas vezes nas entrevistas que, se não fosse a presença das Colônias, os pescadores não poderiam ter acesso a direitos e benefícios.

Nota-se que ainda é mantida a tutela e práticas ‘clientelistas’, além do caráter ambíguo desta instituição, ora como “representante” dos pescadores, ora como órgão ligado ao Estado.

Desta forma, apesar de possuírem o maior número de atores que, de fato, atuam na foz do rio São João, os pescadores do Pontal de Santo Antônio não tem atuação política local efetiva, nem mesmo um representante reconhecidamente legítimo no interior de seu grupo. Com isso continuam excluídos do espaço do rio, sem criar vínculos com o mesmo, pescando em alto-mar – território onde há grande competitividade pelo espaço e pelos recursos decorrente da presença de grandes barcos industriais e plataformas que ocupam os pontos de pesca.

Os dispositivos explicitados nesta dissertação que dizem respeito especificamente aos direitos da pesca, e também aqueles demonstrados sobre o direito ao “meio ambiente”, são apropriados por estes atores, dependendo do maior ou menor acesso a seus desígnios, e são objeto de evitação, de desejo, de manipulação e de equívocos. Estas estratégias foram identificadas nos seio da dinâmica das micro operações realizadas pelos atores no contexto interacional.

A análise explicitada no presente trabalho pretendeu demonstrar a dinâmica da ação coletiva, especialmente no que diz respeito às suas formas de se organizarem politicamente, empreendida pela imbricação de ambas as esferas: a externa ao contexto social estudado, e a interna.

Internamente, vimos como a alteridade do grupo de pescadores de Tamoios é pensada com relação ao de Barra de São João e vice-versa. Na interação, os grupos são percebidos como “pescadores profissionais” ou não em contraste uns com os outros, ou seja, a diferença entre os grupos de pescadores é produzida na relação, um ponto fundamental da teoria de Fredrik Barth (1998). É na relação e na interação entre os pescadores de Barra, Tamoios e, em certa medida, na praia Rasa, o lugar onde são construídas suas diferenças.

Um outro autor que auxiliou nesta análise da relação contrastiva entre os pescadores da região é Norbert Elias. A teoria de Elias se relaciona com a de Barth ao criticar a afirmação de que os grupos são substancialmente diferentes. No clássico *Estabelecidos e Outsiders* (ELIAS, 2000), notamos paralelos com os relatos etnográficos apresentados nesta dissertação. A interdependência - apresentada tanto em Winston Parva por Elias quanto em Barra de São João no presente trabalho- é um caráter fundamental. Na conclusão do livro o autor afirma que “Nenhum desses grupos poderia ter-se transformado no que era independentemente do outro. Eles só puderam encaixar-se nos papéis de estabelecidos e outsiders por serem interdependentes” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 181). Desta forma, a teoria de Elias nos ajuda a pensar as desigualdades entre os grupos, com o estudo da figuração local em que o elemento fundamental é a interdependência, com relações ambivalentes de tensão e conflito e também de admiração e redenção.

Ao nos voltarmos para a esfera macrossocial, as dificuldades dos pescadores de se representar livremente e ao se associar se apresentam em um universo onde há o imperativo ou exigência de figuras intermediárias que subordinem a voz coletiva e que se façam representar no espaço público.

Por fim, quando pensamos na questão da gestão das Unidades de Conservação Marinhas, a etnografia das configurações locais pode contribuir para a avaliação da proposta da Resex do rio São João.

As dificuldades do processo formal de reivindicação da Resex são conseqüências destas disputas entre as diferentes organizações representativas da pesca. A entidade que reivindicou a Resex e estava à frente desse processo, a ALA, não tem atuação efetiva de pesca nessas áreas que seriam destinadas à gestão da UC. Desta forma, vimos que prevaleceu a lógica da preservação ambiental não mais a da proteção da produção pesqueira. No momento em que chega efetivamente a demanda pela caracterização da pesca e das atividades pesqueiras que os tocam, as organizações que representam os

pescadores artesanais de fato não se juntam com a reivindicação da ALA que tem demandas e discursos estranhos às atividades e necessidades da pesca artesanal, baseadas na lógica da proteção ao meio ambiente e na atividade de aquicultura. Assim, a demanda é capitaneada por um grupo que efetivamente não detém representatividade perante os pescadores que atuam nos espaços dos recursos naturais renováveis da área da proposta da Reserva Extrativista Marinha.

Da mesma forma, a outra localidade abrangida pela proposta da Resex, a praia Rasa, tem outro processo de reivindicação, que está vinculado à identidade quilombola, e que não está necessariamente ligado à pesca. Assim, estes atores estão mais centrados em disputas fundiárias. Essa ênfase na questão da pesca em Búzios não é direcionada à questão da pesca em si, do território do mar, mas sim da terra e da manutenção da identidade quilombola.

Portanto, no contexto descrito, a reserva enquanto gestão e enquanto uma unidade integradora desaparece para centrar na disputa da representação da pesca e das várias associações. Isto seria um problema para a definição necessária de quem são os atores destinatários e sujeitos da política pública da Reserva Extrativista Marinha.

BIBLIOGRAFIA

- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras [1969]. In: Poutignat, Philippe; StreiffFenart, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- _____. Etnicidade e o conceito de cultura. In: **Antropolítica**, V. 19 – revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Eduff, 2005.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo - RJ**. Niterói: EdUFF, 1999.
- BRONZ, Deborah. **Pesca e Petróleo na Bacia de Campos – RJ. Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2005.
- CALVENTE, Pedro de M. **A urbanização na Vila de Tamoios (Cabo Frio) e a sua inserção na Região dos Lagos (RJ): caracterização, implicações e consequências físico-ambientais e culturais**. (Dissertação de Mestrado). UFF, 2008.
- CEFAI, Daniel; MOTA, Fabio R.; VEIGA, Felipe B. Introdução. In: ____ *et al.*(org.) **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EdUFF, 2011.
- COLAÇO, José. **Quanto custa ser pescador artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

- _____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- _____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- DUARTE, Luiz Fernando D. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EdUFF, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador – uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- _____ e SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. (2ª ed.) Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- HABTEC Engenharia Ambiental Ltda.. **Plano de Compensação da Atividade Pesqueira referente à Atividade de Aquisição de Dados Sísmicos Marítimos 3D – Estudo Socioambiental**. Rio de Janeiro, 2010.
- IBAMA. História do IBAMA. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)**, versão digital: <http://www.ibama.gov.br>, acessado em 29/03/2011.
- _____. **A Interferência das Atividades Marítimas de Exploração de Petróleo e Gás na Pesca Artesanal: Exigências do Licenciamento Ambiental**. Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG/DILIC/IBAMA. 2007.
- KANT DE LIMA, Roberto & PEREIRA, Luciana. **Pescadores de Itaipu**. Niterói: EdUFF, 1998.
- KANT DE LIMA, Roberto *et al.* Uma visão multidisciplinar sobre políticas públicas - uma quarta fase na produção bibliográfica sobre pescarias e pescadores. In: **VII Reunião de Antropologia da Mercosul**, 2007, Porto Alegre. VII Reunião de Antropologia da Mercosul, 2007.

- _____. *et al.* **Formação de Recursos Humanos para a Concepção, Consolidação, Gestão de Políticas Públicas de Conservação e Manejo de Recursos Naturais Renováveis e Áreas Marinhas Protegidas.** Projeto aprovado pelo Programa CAPES Ciências do Mar. 2010.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, nº 64, p. 163-167, 2007.
- LOBÃO, Ronaldo J. da S. **Reservas Extrativistas Marinhas: Uma reforma agrária no mar?** Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de Mestre, 2000.
- _____. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo. Como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento.** Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília: UnB, 2006.
- _____. Testemunhas, infratores, parceiros, invisíveis ou criminosos: papéis múltiplos em uma relação singular entre pescadores e a exploração do petróleo na Bacia de Campos. In: HERCULANO, S (org.) **Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas - o caso de Macaé (RJ).** Niterói: PPGSD da UFF, 2010.
- _____. Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonização em Reservas Extrativistas. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fabio R.; VEIGA, Felipe B. (org.) **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa.** Niterói: EdUFF, 2011.
- MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** Coleção Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril. 1976.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Sociologia e Antropologia.** EPU. São Paulo, 1974.
- MENDONÇA, S. & VALENCIO, N. **O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal.** B. Inst. Pesca, v. 34, no. 1, p. 107 – 116. São Paulo, 2008.
- MIBIELLI, Bruno. **Mestre Cambuci e o “sumiço da tainha”:** uma nova imagem sobre **Itaipu.** Trabalho apresentado à Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais. Niterói, 2004.

- MOTA, Fábio R. **Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco: uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de quilombos na Ilha da Marambaia.** Dissertação de mestrado apresentada ao PPGA/UFF. 2003.
- _____. O que é de um, não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- _____. Quando a cidade vira meio ambiente: notas antropológicas sobre conflitos ambientais no Brasil. In: **Anais da First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb).** Lisboa (Portugal), 2007.
- _____. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França.** Tese de doutorado em Antropologia no PPGA/UFF, 2009.
- PESSANHA, Elina. **Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu.** Eduff, Niterói, 2003
- PETROBRAS, S.A. **Relatório de Impacto Ambiental de Sísmica. Empreendimento: Pesquisa Sísmica Marítima 3D/4C nas concessões de Bonito/Piraúna, Marimbá, Corvina, Parati/Anequim, Garoupa e Carapeba na Bacia de Campos.** Geodata Meio Ambiente LTDA., 2009.
- PRADO, Simone Moutinho. **Da Anchoa ao Salário Mínimo. Uma Etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo.** EdUff. Niterói, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da Desordem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SILVA, Luiz Geraldo (coord.) **Os Pescadores na História do Brasil. Volume I: Colônia e Império.** Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores. 1988.
- _____. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs XVII ao XIX).** Campinas: Papirus, 2001.
- THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel. Sociologie des régimes de l'engagement.** Paris, La Découverte, Politique et Société, 2006

- VELSEN, J. Van. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- VIANNA, Marcelo (org.) **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro: FAERJ: SEBRAE-RJ, 2009.
- VILLAR, Cap. Frederico. **O problema da Pesca no Brasil**. Ed. da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. 1931.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei n.º 2.544/1912. (Cria as Colônias de Pescadores)

_____. Decreto 14.086/1920. (Cria o Conselho Nacional da Pesca)

_____. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente)

_____. Resolução CONAMA 003, de 16 de março de 1988(a) (Fiscalização Ambiental)

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988(b).

_____. Decreto 98.897 de 30 de janeiro de 1990 (Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras Providências)

_____. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. (Lei de Crimes Ambientais / Lei da Natureza)

_____. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000(a) (Lei do SNUC).

_____. Mensagem n.º 967, de 18 de julho de 2000(b) (Vetos à Lei do SNUC).